Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 7

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 8

3.2 - Medições Não Contábeis 9

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 10

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 11

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 12

3.7 - Nível de Endividamento 13

3.8 - Obrigações 14

3.9 - Outras Informações Relevantes 15

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 16

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 31

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 33

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 35

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 36

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 37

4.7 - Outras Contingências Relevantes 38

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 39

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 40

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 41

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 42

5.4 - Programa de Integridade 43

5.5 - Alterações significativas 46

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 47

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 48

6.3 - Breve Histórico 49

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 51

6.6 - Outras Informações Relevantes 52

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 53

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 67

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 68

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 69

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 70

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 71

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 72

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 73

7.8 - Políticas Socioambientais 74

7.9 - Outras Informações Relevantes 75

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 76

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 77

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 78

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 79

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 80

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 81

9.2 - Outras Informações Relevantes 82

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 83

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 109

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 111

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 112

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 113

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 114

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 115

10.8 - Plano de Negócios 116

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 117

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 118

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 119

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 120

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 126

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 127

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 128

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 129

12.7/8 - Composição Dos Comitês 134

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 135

Índice

12.12 - Outras informações relevantes 136

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 137

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 138

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 139

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 140

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 141

13.6 - Opções em Aberto 142

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 143

13.8 - Precificação Das Ações/opções 144

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 145

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 146

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 147

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 148

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 149

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 150

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 151

13.16 - Outras Informações Relevantes 152

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 153

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 154

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 155

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 156

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 157

15. Controle E Grupo Econômico

Índice

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 158

15.3 - Distribuição de Capital 250

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 251

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 252

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 253

15.7 - Principais Operações Societárias 254

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 256

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 257

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 258

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 259

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 260

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 261

17.5 - Outras Informações Relevantes 262

18. Valores Mobiliários

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 263

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 264

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 265

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 267

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 268

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 269

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 270

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 271

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 275

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 276

Índice

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 277

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 278

20. Política de Negociação

20.2 - Outras Informações Relevantes 279

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 280

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 281

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 282

21.4 - Outras Informações Relevantes 283

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Renato Ricciardi**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Alexandre Tujisoki**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

Declaração – Diretor Presidente

O Diretor Presidente da Companhia declara que:

a. reviu o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

_____

José Renato Ricciardi

Diretor Presidente

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

Declaração – Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia declara que:

a. reviu o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

_____

Alexandre Tujisoki

Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3. Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores vide item 1.1 e 1.2 deste formulário de referência

Declaração do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores vide item 1.1 e 1.2 deste formulário de referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	ERNST & YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	01/01/2018
Descrição do serviço contratado	Prestação de serviço de revisão de reporting package para fins de consolidação, revisão de suas informações financeiras intermediárias (ITR) e auditoria de suas Demonstrações Financeiras semestrais e anuais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Revisão do reporting package, revisão de informações financeiras trimmestrais (ITR) e auditoria das demonstrações financeiras: R$ 201.362,00
Justificativa da substituição	
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Adilvo França Junior	01/01/2018	740.975.555-53	Avenida José de Souza Campos, 900, 1 e 3 andares, Nova Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33220561, Fax (19) 33220559, e-mail: adilvo.franca@br.ey.com
Luis Alexandre Marini	11/08/2018	078.662.708-56	Avenida José de Souza Campos, 900, 1 e 3 andares, Nova Campinas, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-123, Telefone (19) 33220757, Fax (19) 33220559, e-mail: luis.marini@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	15/04/2021
Descrição do serviço contratado	Prestação de serviço de revisão de reporting package para fins de consolidação, revisão de suas informações financeiras intermediárias (ITR) e auditoria de suas Demonstrações Financeiras semestrais e anuais
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	
Justificativa da substituição	A referida contratação foi motivada pelo término do contrato de prestação de serviços com a anuência da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) e está alinhada a política de contratação de auditoria do acionista controlador.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
FERNANDA ANTONIA TESSARI DA SILVA	15/04/2021	277.652.418-85	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39401500, Fax (011) 39401500, e-mail: ftessari@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2018	2019	2020
a) Regras sobre a retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia vigente à época determinava que a Companhia deveria reter lucros no valor necessário para: : (a) cumprir com o plano de negócios consolidado da Companhia e o orçamento operacional anual; e (b) evitar qualquer aumento de capital que seja razoavelmente previsível para: (i) recompor o capital social mínimo exigido pelas Leis aplicáveis; ou (ii) cumprir obrigações financeiras razoável e expressamente estabelecidas nos contratos de financiamento da Companhia ou (iii) capacitar a Companhia a realizar qualquer investimento expressamente exigido por força dos contratos de concessão, cuja não realização se possa razoavelmente esperar que prejudique a respectiva concessão. Nos termos do art. 202, § 3º, da Lei n.º 6.404/76, a Assembleia Geral da Companhia podia deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido por se tratar de companhia fechada à época.	O Estatuto Social da Companhia vigente à época determinava que a Companhia deveria reter lucros no valor necessário para: : (a) cumprir com o plano de negócios consolidado da Companhia e o orçamento operacional anual; e (b) evitar qualquer aumento de capital que seja razoavelmente previsível para: (i) recompor o capital social mínimo exigido pelas Leis aplicáveis; ou (ii) cumprir obrigações financeiras razoável e expressamente estabelecidas nos contratos de financiamento da Companhia ou (iii) capacitar a Companhia a realizar qualquer investimento expressamente exigido por força dos contratos de concessão, cuja não realização se possa razoavelmente esperar que prejudique a respectiva concessão. Nos termos do art. 202, § 3º, da Lei n.º 6.404/76, a Assembleia Geral da Companhia podia deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido por se tratar de companhia fechada à época.	O Estatuto Social da Companhia vigente à época determinava que a Companhia deveria reter lucros no valor necessário para: : (a) cumprir com o plano de negócios consolidado da Companhia e o orçamento operacional anual; e (b) evitar qualquer aumento de capital que seja razoavelmente previsível para: (i) recompor o capital social mínimo exigido pelas Leis aplicáveis; ou (ii) cumprir obrigações financeiras razoável e expressamente estabelecidas nos contratos de financiamento da Companhia ou (iii) capacitar a Companhia a realizar qualquer investimento expressamente exigido por força dos contratos de concessão, cuja não realização se possa razoavelmente esperar que prejudique a respectiva concessão. Nos termos do art. 202, § 3º, da Lei n.º 6.404/76, a Assembleia Geral da Companhia podia deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido por se tratar de companhia fechada à época.
b) Regras sobre a distribuição de dividendos	Conforme o Estatuto Social da Companhia, esta é autorizada a distribuir dividendos até o máximo previsto em lei, desde que respeitadas as retenções discriminadas no item “a” acima.	Conforme o Estatuto Social da Companhia, esta é autorizada a distribuir dividendos até o máximo previsto em lei, desde que respeitadas as retenções discriminadas no item “a” acima.	Conforme o Estatuto Social da Companhia, esta é autorizada a distribuir dividendos até o máximo previsto em lei, desde que respeitadas as retenções discriminadas no item “a” acima.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anualmente, porém, mediante aprovação do Conselho de Administração da Companhia, poderão ser declaradas distribuição de dividendos intermediários da Companhia bem como de juros sobre o capital próprio, desde que tais distribuições sejam sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.	Anualmente, porém, mediante aprovação do Conselho de Administração da Companhia, poderão ser declaradas distribuição de dividendos intermediários da Companhia bem como de juros sobre o capital próprio, desde que tais distribuições sejam sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.	Anualmente, porém, mediante aprovação do Conselho de Administração da Companhia, poderão ser declaradas distribuição de dividendos intermediários da Companhia bem como de juros sobre o capital próprio, desde que tais distribuições sejam sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Nos termos do Edital n.º 070/06, a Companhia somente poderá distribuir dividendos aos seus acionistas ou realizar o pagamento de participação nos resultados aos seus administradores no exercício seguinte àquele em que tiverem sido integralmente atendidas as Condições Operacionais Mínimas da Rodovia e executadas as Intervenções Obrigatórias indicadas no Anexo VI - Diretrizes para a Apresentação da Metodologia de Execução.	Nos termos do Edital n.º 070/06, a Companhia somente poderá distribuir dividendos aos seus acionistas ou realizar o pagamento de participação nos resultados aos seus administradores no exercício seguinte àquele em que tiverem sido integralmente atendidas as Condições Operacionais Mínimas da Rodovia e executadas as Intervenções Obrigatórias indicadas no Anexo VI - Diretrizes para a Apresentação da Metodologia de Execução.	Nos termos do Edital n.º 070/06, a Companhia somente poderá distribuir dividendos aos seus acionistas ou realizar o pagamento de participação nos resultados aos seus administradores no exercício seguinte àquele em que tiverem sido integralmente atendidas as Condições Operacionais Mínimas da Rodovia e executadas as Intervenções Obrigatórias indicadas no Anexo VI - Diretrizes para a Apresentação da Metodologia de Execução.

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6. Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2020	780.799,00	Índice de Endividamento	3,82000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		208.000.000,00	252.000.000,00	0,00	0,00	460.000.000,00
Total			208.000.000,00	252.000.000,00	0,00	0,00	460.000.000,00
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1. Descrever fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a) Com relação à Companhia:

Término Antecipado da Concessão.

Em caso de descumprimento parcial ou total das obrigações assumidas no Contrato de Concessão Patrocinada para Exploração de Rodovia nº 007/2007, celebrado em 21 de maio de 2007, entre a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas, a Companhia, a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais -DER-MG ("Contrato de Concessão"), a Companhia está sujeita à caducidade da concessão. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ao Poder Concedente, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido. O parágrafo 6º, do artigo 38, da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões), dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária, ademais, não há garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, os debenturistas receberão o pagamento dos direitos emergentes da Concessão.

A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente poderá impedir a realização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.

Em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Contrato de Concessão, a concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada, caso em que o direito de usos dos ativos da concessão será revertido em favor do Poder Concedente. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade, que é o caso de inadimplemento grave por parte da Companhia de obrigações previstas no Contrato de Concessão, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, podendo o valor ser reduzido até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades. Adicionalmente, esse processo de indenização pode demandar tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar o lucro não auferido e/ou os investimentos não amortizados realizados durante o prazo de vigência da Concessão.

A Companhia celebrou 2 (dois) Termos de Ajustamento de Conduta (TAC´s) com Superintendência Regional de Regularização Ambiental - Supram Alto São Francisco garantindo assim a regularização de sua operação até a emissão da licença de Operação Corretivas e o término das obras em execução na época da assinatura do TAC.LIC

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 17 de julho de 2008 foi concedido à Companhia o Certificado LO nº 015/2008 – Licença Ambiental, para o funcionamento da atividade de obras de implantação de medidas de melhoria para a adequação de capacidade, recapeamento e restauração de trecho rodoviário, bem como a autorização para o início da atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição, com prazo de vigência até 17 de julho de 2012. Em 19 de março de 2012, a Companhia protocolou ofício solicitando a renovação da licença e não obteve uma resposta do Superintendente Regional de Regularização Ambiental – Supram Alto São Francisco, o qual realizou duas declarações, em 03/07/2013 e em 07/08/2014, informando que o processo de revalidação ainda estava em análise. Após um evento de fiscalização em 03/06/2015, onde os fiscais exigiram a suspensão das atividades da Companhia, com lacres nas cancelas das praças de pedágio da rodovia, a Companhia impetrou um Mandado de Segurança e, desde 04/06/2015, opera sob a liminar concedida atestando a regularidade de suas atividades, a qual foi confirmada por meio de sentença proferida em 02/12/2016. No âmbito administrativo, a Companhia aguardava julgamento do recurso apresentado contra decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM. Em razão de tratativas com a Supram Alto São Francisco e para atender a sua exigência, a Companhia protocolou pedido de desistência do referido recurso administrativo, em 03/05/2017, a fim de iniciar o processo de emissão da licença de operação corretiva. Neste sentido, em 13/06/2017 a Companhia e a SUPRAM/ASF firmaram os Termos de Ajustamento de Conduta – TAC - nºs TAC.LOC/ASF/38/2017 (25 condicionantes) e TAC.LIC/ASF/39/2017 (9 condicionantes) que garantiram a regularidade da operação do empreendimento e da execução das obras, à época em execução. Em 13 de junho de 2018, com vigência de 12 meses, foi assinado novo TAC - TAC.LOC/ASF/16/2018 (12 condicionantes) que garante a Operação do sistema rodoviário e em 4 de abril de 2018, com vigência de 6 anos de vigência para a implantação das obras e 10 anos de vigência para a operação dessas obras, foi emitida a LIC+LO nº 001/2018 que garante a Implantação de obras. O descumprimento de qualquer umas das condicionantes estabelecidas no TAC representa um grande risco à Companhia.

A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A qualidade dos serviços prestados pela administração da Companhia tem influência direta e relevante na condução dos negócios da Companhia e em seus resultados, do modelo de negócios e estratégia de investimentos adotado pela Companhia. Os membros da administração não estão vinculados à Companhia por contratos de trabalho de longo prazo e não estão impedidos de concorrer com a Companhia. Não é possível garantir que a Companhia logrará manter os atuais membros de sua administração e/ou contratar novos profissionais qualificados para integrar a sua administração e dar continuidade no seu crescimento. Tanto a perda dos membros da administração da Companhia, quanto a impossibilidade de atrair profissionais qualificados pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O aumento inesperado dos custos de construção e manutenção pode afetar negativamente a condição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.

Fatores alheios ao controle da Companhia, tais como flutuações no custo de mão de obra e matéria-prima, inclusive eventual aumento nos preços dos materiais de construção civil, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis e negociações com o Poder Concedente podem afetar a capacidade da Companhia de (i) concluir adequadamente as obras em andamento e as futuras obras e projetos exigidos pelo contrato de concessão; (ii) contratar os custos adequados para a manutenção e conservação das rodovias; e (iii) desenvolver e implementar os projetos acessórios exigidos pelo contrato de concessão. Caso esses fatores causem o aumento significativo dos custos de construção sem que a Companhia possa repassar tais custos a terceiros, o fluxo de caixa, a condição econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados.

Nossas rodovias estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.

As rodovias da Companhia passam por algumas áreas que estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores. Em caso de deslizamentos, desmoronamentos, quedas de barreiras e danos extraordinários nas nossas rodovias, poderá ocorrer a interdição da pista, resultando, consequentemente em aumento de custos e diminuição de receita, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas.

A Companhia não possui processos administrativos junto ao Poder Concedente, contudo, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível. Os processos estão provisionados em função da probabilidade de perda de causa, após análise dos relatórios dos advogados externos contratados pela Companhia. Existem casos cujo valor, em razão do seu estágio, não pode ser mensurado. Não há garantia de que a Companhia venha a obter resultados favoráveis em seus questionamentos ou que eventuais processos judiciais propostos contra a Companhia venham ser julgados improcedentes. Caso o valor total das provisões feitas pela Companhia com relação a estas contingências não seja suficiente para fazer frente às contingências que se tornem exigíveis, a Companhia incorrerá em custos maiores do que o previsto, os quais poderão afetar negativamente os seus resultados e sua condição financeira.

A Companhia possui contingências trabalhistas avaliadas como de perda possível, conforme andamento dos processos administrados pelos seus assessores legais, decorrentes substancialmente de casos semelhantes, em que os autores incluem a Companhia como corresponsável, cabendo direito de regresso para a Companhia na maioria de tais casos.

Para mais informações sobre os processos em que a Companhia é parte, veja o item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A maior parte dos bens da Companhia está vinculada à prestação de serviços públicos, assim, esses bens não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

A maior parte dos bens da Companhia está vinculada a prestação de serviços públicos. Esses bens não estarão disponíveis em caso de falência, poderão ficar indisponíveis em caso de recuperação judicial ou extrajudicial e não estão sujeitos à penhora para garantir a execução de decisões judiciais, de acordo com a legislação aplicável. Em decorrência dessas restrições, os valores destinados ao pagamento de credores da Companhia nos casos acima podem ser reduzidos significativamente. Essa condição poderá, ainda, ter um efeito negativo na capacidade da Companhia obter financiamentos.

A Companhia possui endividamento financeiro e poderá buscar novos contratos financeiros, caso entenda oportuno ou necessário. O endividamento financeiro da Companhia pode restringir sua capacidade de obter novos empréstimos, assim como impor restrições e obrigações à Companhia, tais como a manutenção de índices financeiros e o dever de observar hipóteses de vencimento antecipado da dívida.

No exercício social encerrado em dezembro de 2020, o endividamento financeiro da Companhia, caracterizado pelas dívidas contraídas com bancos comerciais e mercado de capitais é de R$ 532.463 mil. Não há garantias de que a Companhia, respeitadas as obrigações com dívidas vigentes, não buscará captar novos recursos por meio da celebração de contratos financeiros e tampouco que tais recursos estarão disponíveis em termos e condições satisfatórios à Companhia. Além disso, instrumentos de crédito poderão conter cláusulas e condições que imponham obrigações de manutenção, pela Companhia, de índices financeiros, sob pena de vencimento antecipado, o que poderá restringir sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos, prejudicando assim sua capacidade de realizar novos investimentos e podendo afetar o desempenho da Companhia no futuro. Os referidos instrumentos de financiamento poderão vir a estabelecer, dentre as hipóteses de vencimento antecipado, o vencimento antecipado de outros contratos celebrados pela Companhia ou descumprimento de outras obrigações da Companhia, protestos legítimos e reiterados de títulos e a alteração do controle acionário da Companhia. Caso seja declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas em contratos financeiros, a Companhia pode não dispor de recursos suficientes em caixa para pagar o saldo devedor destas obrigações e impactar adversamente a Companhia.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

A Companhia está sujeita a diversos riscos relacionados a acidentes geológicos, disputas trabalhistas, danos ao meio ambiente, fenômenos da natureza, avaria de máquinas e veículos próprios, perda de receitas, danos materiais e/ou físicos a terceiros, entre outros. As coberturas contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os prejuízos diretos causados pela ocorrência de um sinistro. A ocorrência de eventos que não estejam cobertos por seguro ou que excedam os limites assegurados poderá acarretar custos relevantes para reforma ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reconstrução de trechos da rodovia, e/ou reposição de instalações e equipamentos, danos a terceiros, bem como perdas não previstas, impactando de forma negativa os resultados da Companhia.

b) Com relação ao controlador, direto ou indireto, da Companhia, ou ao grupo de controle:

A Companhia não possui fatores de risco relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de acionistas.

c) Com relação aos acionistas da Companhia:

A Companhia possui um plano de negócio que lhe permite cumprir o objeto social com regularidade, notadamente em razão da capacidade de geração de caixa e endividamento, sem a previsão de outros recursos advindo dos seus acionistas, diretos ou indiretos, não obstante um dos acionistas indiretos da Companhia esteja em processo de recuperação judicial.

d) Com relação a controladas e coligadas da Companhia:

A Companhia não possui fatores de risco relacionados à suas controladas e/ou coligadas.

e) Com relação aos fornecedores da Companhia:

A Companhia está exposta a riscos relacionados à terceirização de parte de suas atividades. Atualmente, a Companhia terceiriza parcela considerável de certas atividades, podendo responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento. Além disso, eventual descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia.

f) Com relação aos clientes da Companhia:

A Companhia está exposta aos riscos relacionados ao volume de tráfego. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, 89,5% da receita bruta (excluindo receita de serviços de construção) da Companhia decorreu das receitas com arrecadação de pedágio, cujo volume é diretamente dependente do número de veículos de carga e de passeio que transitam pelas rodovias administradas pela Companhia e da frequência com que eles viajam. Diversos fatores poderiam causar a redução do tráfego de veículos pelas rodovias da Companhia, dentre os quais: redução da atividade econômica, aumento da inflação, aumento das taxas de juros, aumento do preço dos combustíveis ou das tarifas de pedágio e a criação de novas opções de transporte. Tal efeito poderia ser também observado como consequência da redução no comércio em geral, que levasse ao uso reduzido de veículos comerciais. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de adaptar as suas operações no caso de alterações abruptas no volume do tráfego e receita dos pedágios, o que pode afetar negativamente os seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. Até o presente momento, as consequências econômicas, revelaram uma queda parcial no tráfego da rodovia, em eixos equivalentes, a partir da segunda semana de março de 2020, de aproximadamente -5,2% (-4,1% acumulado desde 1 de janeiro de 2020).

No cenário atual, não é possível prever com exatidão o impacto e a extensão da pandemia de Covid-19 nos negócios da Companhia e na economia mundial. Também não é possível prever quanto a pandemia vai durar e quais serão os impactos na atividade econômica para retornar aos patamares anteriores. Uma situação prolongada pode acarretar uma desaceleração econômica, que pode causar um efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da Covid-19.

Além disso, o Contrato de Concessão prevê o compartilhamento dos riscos relacionados à demanda de tráfego nas rodovias, em relação ao volume projetado no estudo de tráfego do edital, na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para o DEER/MG. De acordo com Contrato de Concessão, o tráfego acumulado realizado desde o início da Concessão será comparado ao tráfego acumulado projetado no estudo de tráfego do edital. Sobre as diferenças apuradas, serão aplicadas as seguintes regras:

Variações do tráfego a maior:

• Dentro da faixa de 10%, reverterão integralmente para a Companhia.

• Verificadas acima da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, sendo o montante de receitas a ser compartilhado com o DER/MG, compensada mediante a redução proporcional da Contraprestação.

Variações do tráfego a menor:

• Dentro da faixa de 10%, serão integralmente assumidas pela concessionária, e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

• Abaixo da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DEER/MG, na proporção de 50% para cada uma, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

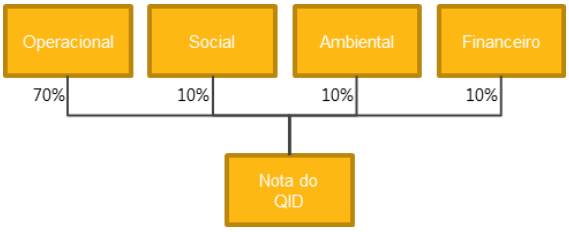
Os 10,5% remanescentes da receita bruta (excluindo receita de serviços de construção) da Companhia, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, foram decorrentes da contraprestação pecuniária ("CP"), onde o Governo de Minas Gerais paga determinado valor para a Companhia, mediante um critério de avaliação, a fim de assegurar à Companhia as condições necessárias para a prestação dos serviços aos usuários das rodovias.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Na hipótese do Governo de Minas Gerais não realizar o pagamento da contraprestação pecuniária, a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia poderá ser afetada. Caso os pagamentos acordados no âmbito da concessão não sejam efetuados na sua totalidade e no momento predefinido, as obras poderão ser interrompidas ou sofrerem atrasos indefinidamente. Caso o Governo de Minas Gerais venha a faltar com o pagamento dos montantes contratuais devidos, nos termos do Contrato de Concessão, após o início de suas operações, a Companhia poderá ser compelida a continuar a operar o projeto com prejuízo. A ocorrência de qualquer desses eventos pode afetar material e adversamente o fluxo de caixa e retorno financeiro desses projetos e, consequentemente, os negócios da Companhia, seus resultados operacionais e condição financeira.

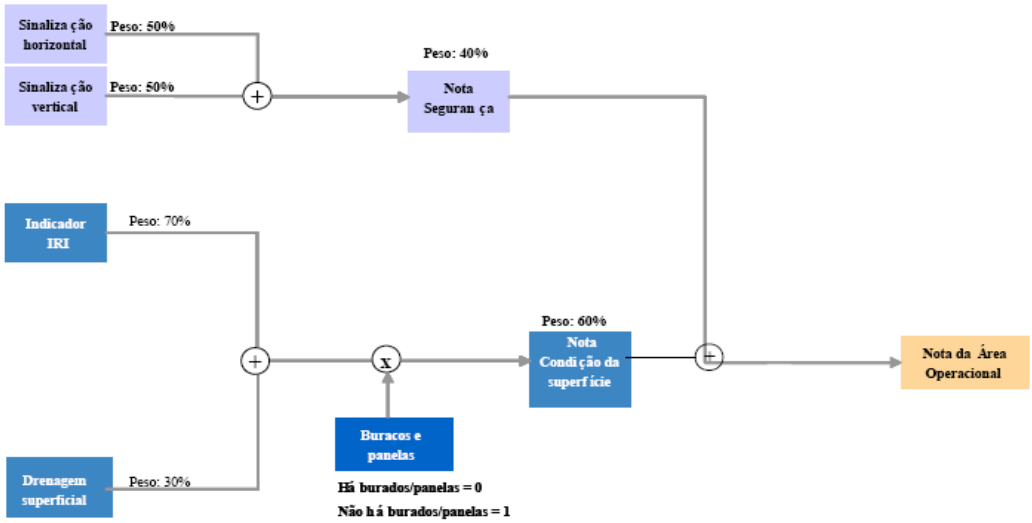
Para o pagamento da contraprestação o Governo de Minas Gerais, utiliza um critério de avaliação, medindo mensalmente o desempenho da Concessionária, por meio de um Quadro Indicador de Desempenho ("QID"), que ajusta o valor da contrapartida do Governo. O valor da CP mensal devida à Concessionária é determinada segundo nota do QID atribuída ao desempenho da Concessionária na execução dos serviços durante o mês correspondente, em conformidade com o sistema de avaliação mensal de desempenho, conforme previsto nas cláusulas 5 e 33 do contrato.

A avaliação de desempenho da Concessionária é mensurada mediante a utilização do QID. A nota do QID incide sobre o valor da CP reajustado nos termos do contrato. Cada indicador é medido periodicamente e as notas do QID são atribuídas mensalmente de acordo com critérios de desempenho definidos no QID. A nota do QID de cada indicador de desempenho variará de 0 (nota mínima) a 10 (nota máxima). Os indicadores de desempenho estão divididos em quatro áreas de responsabilidade, sendo que a cada área atribuiu-se um peso para o cálculo da nota do QID final:

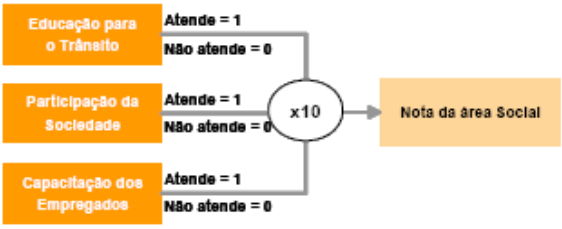


Nota Operacional: A nota operacional avalia os serviços de engenharia, estado do pavimento, sinalização, segurança do tráfego, atendimento ao usuário e fluxo de veículos, conforme imagem abaixo:

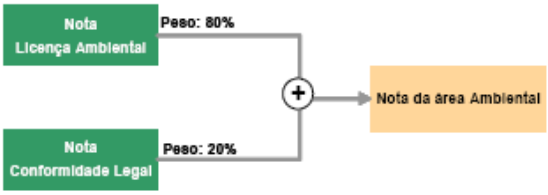
4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



Nota Social: É avaliado o tratamento dispensado aos usuários e habitantes ao longo do sistema existente, conforme imagem abaixo:

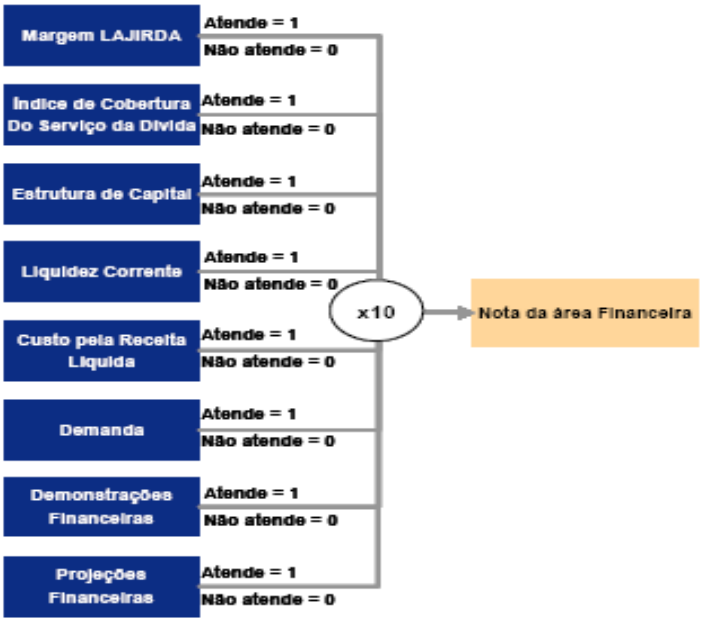


Nota Ambiental: A avaliação é feita com base em critérios, como: controle de poluição, trânsito de cargas perigosas, ruídos, desmatamento e preservação de acidentes ambientais.



Nota Financeira: São avaliados o gerenciamento de custos, a otimização de investimentos, do endividamento e a adoção de práticas contábeis transparentes, conforme imagem abaixo:

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco



A aferição dos índices do QID será feita mensalmente pelo verificador independente (contratado pelo DEER/MG). O valor da CP a ser pago a cada mês à Companhia poderá ser inferior ao valor indicado na proposta econômica em razão do não cumprimento integral, pela Companhia, dos índices constantes do QID, conforme resultar da aferição do verificador independente. A ocorrência de tal evento poderá afetar material e adversamente o fluxo de caixa e retorno financeiro desses projetos e, consequentemente, os negócios da Companhia, seus resultados operacionais e condição financeira.

g) Com relação ao setor de atuação da Companhia:

Os negócios da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de encargos e/ou de redução de tarifas, sejam implementados com atraso ou não gerem tempestivamente um aumento do fluxo de caixa da Companhia.

O Contrato de Concessão estabelece um mecanismo para manutenção do equilíbrio econômico financeiro, o qual possibilita a Companhia e o Poder Concedente buscarem ajustes com o fim de acomodar eventuais alterações dos elementos econômicos do contrato de concessão, as quais eram imprevistas na época da assinatura do contrato de concessão. A Companhia terá que confiar nesse mecanismo no caso de: (i) modificação unilateral do contrato de concessão pelo Poder Concedente; (ii) caso fortuito ou força maior, nos termos do contrato de concessão; (iii) ocorrência de eventos excepcionais causadores de significativas alterações nos mercados financeiro e cambial, que resultem em alterações substanciais nas projeções financeiras adotadas pela concessionária; ou (iv) alterações normativas de caráter específico, que tenham impacto significativo e direto sobre as receitas de pedágio ou sobre os custos relacionados aos serviços

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

vinculados à exploração da concessão ajustes no Contrato de Concessão. Tais ajustes podem resultar na prorrogação ou redução do prazo da concessão, revisão extraordinária da tarifa de pedágio ou combinação das modalidades anteriores. Ademais, poderão ser adotadas outras medidas, como o reajuste do valor da contraprestação e do valor da tarifa básica do pedágio, de modo a refletir a inflação medida pelo IPCA-IBGE, desde que definido de comum acordo entre as partes, sendo que referidos ajustes estão fora do controle da Companhia e podem ser insuficientes para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente, de forma que a Companhia não pode garantir que o equilíbrio econômico-financeiro será reestabelecido. Além disso, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um aumento de fluxo de caixa, seja por meio de alteração do prazo da concessão, redução de investimentos futuros, aumento de valor nominal de tarifas, ou compensação direta por parte do Poder Concedente, seja por meio da combinação destas alternativas, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

O Poder Concedente possui discricionariedade para determinar os termos e as condições aplicáveis à Concessão. Assim, é possível que a Companhia tenha de se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.

A Companhia obtém quase a totalidade de sua receita da cobrança de pedágio de acordo com o previsto no Contrato de Concessão, o qual consiste em um contrato administrativo regido pelas leis brasileiras. Essas leis e regulamentos fornecem ao Poder Concedente discricionariedade para determinar os termos e as condições aplicáveis à Concessão e as tarifas que a Companhia pode cobrar dos usuários das rodovias. A Companhia pode ter sua condição financeira e os seus resultados operacionais afetados adversamente caso (i) os seus custos aumentem ou suas receitas diminuam significativamente, (ii) tenha de efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista na legislação ou nos contratos aplicáveis, ou (iii) ocorram medidas unilaterais, por parte dessas autoridades, a condição financeira da Companhia e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente, ainda que ela tenha direito à recomposição econômico-financeira dos contratos por parte do Poder Concedente. Ademais, o Poder Concedente possui função de fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Concessão. Caso sejam apurados descumprimentos de obrigações contratuais e/ou regulamentares quanto ao objeto da concessão, poderão ser aplicadas diversas penalidades à concessionária, incluindo multas pecuniárias. No curso ordinário de suas atividades, a Companhia está sujeita a fiscalizações do Poder Concedente que já resultaram na aplicação de multas após não terem sido acatadas as justificativas da Companhia quanto a atrasos no cumprimento de obrigações acessórias e/ou descumprimento de prazos, multas estas já encerradas por meio de acordo celebrado entre a Companhia e o Poder Concedente em âmbito do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

A redução do tráfego de veículos decorrente de mudanças adversas nas condições econômicas, bem como o aumento do preço dos combustíveis, inclusive em decorrência do aumento da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

inflação, de taxas de juros e de crises externas, pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Os negócios da Companhia dependem da quantidade e da frequência de veículos comerciais e de passeio que trafegam em suas rodovias. A redução do trafego pode decorrer da desaceleração da atividade econômica bem como do aumento do preço dos combustíveis. Fatores macroeconômicos, tais como (a) eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no Brasil que force o governo federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, (b) taxas de juros mais elevadas e (c) eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros. A retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar diminuição da circulação de veículos nas rodovias, afetando direta e negativamente os resultados da Companhia. Adicionalmente, o nível de tráfego em determinada rodovia também é influenciado por sua integração com outras partes dos sistemas rodoviários federal, estadual e municipal, bem como com outras malhas rodoviárias que não estão sob administração e controle da Companhia. A redução do tráfego de veículos, seja pela queda do desempenho da economia, ou pelo aumento do preço dos combustíveis, dentre outros fatores, poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As receitas da Companhia e a sua participação no mercado poderão ser negativamente afetados em razão de um aumento da concorrência no setor de atuação da Companhia ou do desenvolvimento de outros sistemas de transporte.

Os principais concorrentes da Companhia são as rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, bem como outras sociedades ou grupos privados atuantes no setor de concessão de rodovias. Muitas rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, não cobram pedágio e, consequentemente, desviam parte do tráfego das rodovias operadas pela Companhia. Por outro lado, a concorrência privada no setor de operação de rodovias por concessão tende a provocar a elevação das despesas realizadas pelas concessionárias, como forma de tornar as rodovias mais atrativas aos usuários, diminuindo as margens praticadas. Assim o aumento da concorrência por parte do setor público ou do setor privado poderá resultar na diminuição do trafego nas rodovias administradas pela Companhia ou de suas margens, impactando seu resultado de forma adversa. Além disso, a Companhia está sujeita à competição de outros sistemas de transporte coletivo, como o ferroviário e o aéreo, podendo o aumento da utilização desses meios de transporte afetar negativamente o tráfego nas vias pedagiadas da Companhia, e, consequentemente, reduzir sua receita operacional.

As rodovias administradas pela Companhia estão localizadas no Estado de Minas Gerais e quaisquer mudanças que afetem a política governamental das rodovias nesse Estado poderão afetar a Companhia significativamente.

As atividades da Companhia localizam-se no Estado de Minas Gerais, tendo sido o contrato de concessão celebrado com o governo do Estado de Minas Gerais. Como consequência, qualquer

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas pelo Estado de Minas Gerais poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e, consequentemente, o seu resultado operacional. Não é possível garantir que a Companhia terá êxito nas negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de eventuais ações governamentais.

Caso a taxa de inflação aumente substancialmente no Brasil, a dificuldade da Companhia em aumentar as tarifas de pedágio adequadamente em tempo hábil pode afetar os seus resultados operacionais.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou periodicamente altas taxas de inflação. Embora as tarifas estejam sujeitas a reajustes para compensar os efeitos da inflação, tais reajustes, em geral, somente podem ser feitos periodicamente, em conformidade com a Lei nº 9.069/95, a Lei do Plano Real e o Contrato de Concessão. Atualmente são permitidos reajustes automáticos anuais em decorrência da taxa de inflação e revisões em decorrência do mecanismo de equilíbrio econômico financeiro. Esse mecanismo possui ineficiências que podem atrasar seus resultados e está sujeito à discricionariedade do Governo. Portanto, se a inflação for bastante elevada e não formos capazes de reajustar a tarifa ou de fazer uso de algum outro mecanismo apropriado, os resultados operacionais da Companhia, a liquidez e fluxo de caixa poderiam ser afetados adversamente.

h) Com relação à regulação do setor de atuação da Companhia:

A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais, tendo o Poder Concedente, inclusive, discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis à Concessão, fazendo com que Companhia tenha que se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas.

A principal atividade comercial da Companhia, qual seja a operação, exploração, manutenção e melhoria de rodovias e pontes, é um serviço público delegado à iniciativa privada por meio de um Contrato de Concessão Patrocinada para Exploração de Rodovia (PPP), firmado com Poder Concedente, estando, portanto, a Companhia sujeita a um ambiente altamente regulado. Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis à Concessão, incluindo regras de fiscalização e aplicação de multas e outras sanções. Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista nos contratos, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar os resultados da Companhia adversamente. Adicionalmente, a Companhia pode ser afetada pelas decisões do governo federal, estadual e municipal com relação à decisão de não prosseguir com o programa de concessões de rodovias, limitar a sua capacidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de crescer e implementar a sua estratégia comercial. A Companhia não pode assegurar quais serão as ações futuras tomadas pelo governo e em que medidas tais ações poderão afetar seus resultados operacionais. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diversa daquela estabelecida em seu plano de negócio, seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos de saúde e de segurança que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores despesas com investimentos de capital.

A Companhia está sujeita a ampla legislação federal, estadual e municipal relativa a saúde e segurança. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades desenvolvidas pela Companhia. A aprovação de leis e regulamentos referentes à proteção à saúde e à segurança pode acarretar em investimentos substanciais por parte da Companhia, causando um efeito material adverso sobre a condição financeira da Companhia, os seus negócios e os seus resultados operacionais. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas pessoais aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, podendo ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, dificultar a captação de recursos junto ao mercado financeiro.

i) Com relação aos países estrangeiros onde a Companhia atua:

Não aplicável, pois a Companhia não atua em outros países.

j) Com relação a questões socioambientais:

A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

A prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Desde a implementação dos programas de concessão de rodovias, a cobrança de tarifas, que anteriormente ocorria em poucas estradas brasileiras, tem aumentado. Em decorrência da disseminação da cobrança de pedágios, houve um aumento nas reações negativas por parte dos usuários, que envolveram, inclusive, bloqueio de estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados usuários do pagamento de pedágio. Esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio, assim como podem reduzir a receita dispersando o tráfego de vias pedagiadas. Esses fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As operações da Companhia estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, que sujeitam a Companhia à obtenção de licenças e autorizações de autoridades governamentais para determinadas atividades que desenvolve, bem como à observância de diversos padrões ambientais no decorrer de suas operações. O cumprimento da legislação ambiental aplicável às atividades da Companhia, bem como das condições e obrigações ambientais pactuadas nos contratos de concessão, é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas e disposições contratuais. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas pecuniárias de valor elevado, a suspensão e revogação de licenças, a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia e até mesmo a imposição de embargo e demolição de obras. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou nos impactos ambientais das atividades da Companhia, assim como a incapacidade de obter as licenças e autorizações necessárias, pode exigir que a Companhia incorra em custos adicionais significativos, incrementando o valor dos investimentos já planejados. Tais alterações podem ter efeito material adverso relevante sobre a condição financeira da Companhia e sobre seus resultados. Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como, por exemplo, na hipótese de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para as atividades da Companhia, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados, ou o pagamento de indenização, quando a reparação do dano não for possível. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, penas privativas de liberdade aos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo nas receitas da Companhia e/ou inviabilizar suas captações de recursos junto ao mercado financeiro. As atividades da Companhia podem estar localizadas em zonas ou regiões que apresentam relevante interesse ambiental e cultural, sujeitando-se à observância de restrições e normas ambientais específicas. Ademais, a operação dos empreendimentos da Companhia também se sujeita às normas de ordenamento territorial, bem como às restrições impostas pela criação de espaços territorialmente protegidos, podendo resultar, por exemplo, em conflitos de compatibilidade com unidades de conservação, acarretando no aumento dos investimentos necessários para mitigação e compensação de impactos ambientais decorrentes das atividades da Companhia. Os atrasos ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais e demais autoridades envolvidas no processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos da Companhia. A inobservância da legislação ambiental ou das obrigações que a Companhia assumiu por meio de termos de ajustamento de conduta, acordos judiciais e extrajudiciais, poderá causar impacto adverso relevante na imagem, nas receitas e nos resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Mudanças climáticas podem ocasionar danos às rodovias administradas pela Companhia, resultando em custos adicionais. Inclusive, as rodovias da Companhia estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.

A ocorrência de mudanças climáticas relevantes, tais como inundações e erosões, causados pelo aumento de chuvas ou de outros agentes erosivos, podem demandar novos investimentos além dos planejados pela Companhia. Além disso, as rodovias da Companhia passam por algumas áreas que estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores. O aumento significativo do nível de chuvas em determinada região pode acarretar em desmoronamentos, deslizamentos e quedas de barreiras, com a consequente interdição de pistas. A ocorrência de tais fenômenos pode resultar na redução do tráfego nos trechos atingidos e/ou na dificuldade da utilização adequada das pistas, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Além disso, condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento não planejado nos cronogramas dos projetos e de investimentos da Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios. Caso a Companhia não seja capaz de adaptar-se satisfatoriamente a eventuais mudanças climáticas, mantendo o nível de qualidade de suas rodovias e serviços face às condições climáticas adversas e dos danos provocados em decorrência da alteração dessas condições, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos de mercado em função de suas atividades. Esses riscos envolvem, principalmente, mudanças adversas na política econômica, em taxas de juros, inflação (índices de preços) e taxas de crescimento (PIB).

A inflação e os esforços do Governo Federal de controle à inflação poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades, capacidade de pagamento da Companhia.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos anos anteriores. A taxa anual de inflação:

i. medida pelo Índice Geral de Preços Mercado (“IGP-M”) foi de 7,19%, -0,53%, 7,55%, 7,32% e 23,14% em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, respectivamente;

ii. medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) foi de 6,29%, 2,95%, 3,75% e 4,31% e 4,52% em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, respectivamente.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa.
Futuras medidas do Governo Federal, inclusive aumento das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão ser utilizadas no controle inflacionário do país.
O Governo Federal poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais. A alta na taxa de juros pode ter um efeito adverso nas atividades, e capacidade de pagamento da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos de taxas de juros, uma vez que parte significativa de suas obrigações financeiras está indexada a taxas flutuantes.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que a maior parte de suas obrigações financeiras está atrelada a taxas flutuantes (CDI). O saldo contábil da dívida da Companhia indexada ao CDI em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R$ 557.375 mil. Caso o Governo Federal venha a aumentar as taxas de juros, em especial a SELIC, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento das taxas de juros, os encargos que a Companhia paga em suas dívidas aumentará, afetando adversamente sua condição econômico-financeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM 475/08 que requer que sejam apresentados dois cenários e foram considerados aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures, líquidos das aplicações financeiras

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2020.

- Cenário II: aumento de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

- Cenário III: aumento de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2020.

	Valor contábil	**Cenário provável**	**Cenário II 25%**	**Cenário III 50%**
Variação do CDI	**-**	**2,85%**	**3,56%**	**4,28%**
Empréstimos indexador				
Debêntures 1ª série - CDI	**(260.791)**	**(19.771)**	**(21.714)**	**(23.658)**
Debêntures 2ª série - CDI	**(297.395)**	**(26.828)**	**(29.074)**	**(31.320)**
	(558.186)	**(46.599)**	**(50.788)**	**(54.978)**
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários				
Indexador				
CDB e operações compromissadas - CDI	**24.288**	**664**	**829**	**995**
Exposição líquida - perda	**(533.898)**	**(45.935)**	**(49.959)**	**(53.983)**
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário-base	**-**	**-**	**(4.024)**	**(8.048)**

(*)Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F/Bovespa projetado para 2020.

A instabilidade política pode prejudicar o resultado operacional da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia. As incertezas e especulações sobre as medidas do novo Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Seção 4.3 Processos Relevantes não Sigilosos

As provisões para contingências são contabilizadas pela Companhia de acordo com a deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, que aprovou o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 25 sobre provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas. Em observância ao referido pronunciamento, a Companhia constitui provisão para os processos cuja estimativa de perda é provável.

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (exceto trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas (inclusos administrativos) e tributários (inclusos administrativos).

A Administração constituiu, com base na opinião dos advogados responsáveis pelos casos, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações.

Em complemento a análise com a classificação de perda ou êxito, conforme o caso, a Companhia apresenta abaixo os processos considerados relevantes por valor, independentemente da sua classificação de probabilidade. O critério de relevância adotado pela companhia para divulgação dos processos descritos abaixo levou em conta os valores de tais casos e a capacidade de impactar de forma significativa o caixa da Companhia e/ou outros fatores que poderiam influenciar a decisão do público investidor.

Processos Cíveis – Contingência Passiva

PROCESSO: 5003761-68.2016.8.13.0223	
a. Juízo	2ª Vara Cível de Divinópolis
b. Instância	1ª
c. Data de instauração	08/06/2016
d. Partes no processo	Autor: Prumo Engenharia LTDA Réu: Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$15.774.387,27
f. Principais fatos	Trata-se de ação de natureza indenizatória, por supostas perdas sofridas pelo Autor em razão de desequilíbrio contratual. Processo ainda em fase postulatória. Apresentação da contestação e reconvenção no dia 07/02/2017. Em 26/07/2019, proferida decisão oportunizando às partes especificarem provas que pretendem produzir. Em 23/07/2020 foi proferido o despacho saneador, no qual o juiz: a) Postergou a análise das prejudiciais meritórias arguidas (prescrição e decadência), por se confundem com o mérito. b) Declarou o processo saneado ante a existência de outras preliminares; c) Deferiu a produção de prova pericial técnica; d) Indeferiu a produção de prova documental e prova oral.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de trânsito em julgado de sentença favorável aos autores, a Companhia deverá arcar com o valor da condenação a ser apurado.

Processos Administrativos (Outros) – Polo Passivo

PROCESSO: R.01.11.003_2017 – Ofício SIT 127/17	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) – Diretoria de Concessões
b. Instância	1ª
c. Data de instauração	04/12/2017
d. Partes no processo	Autor: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP) Réu: Concessionária da Rodovia MG-050 S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 45.520.150,00
f. Principais fatos	Trata-se de autuação lavrada pelo Poder Concedente sob suposta violação à cláusula 14.1.2 do Contrato de Concessão. Foi apresentada defesa administrativa em 13/12/2017 e até o momento não houve decisão pelo órgão competente.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda a Concessionária poderá optar pela discussão na via judicial.

***

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Seção 4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da companhia ou de suas controladas:

NÃO HÁ

***

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Seção 4.5 - Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas fazem parte e que não foram divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, análise do impacto em caso de perda e valores envolvidos:

NÃO HÁ

***

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Seção 4.6 – Processos Judiciais Repetitivos ou Conexos

Além dos processos reportados no item 4.3 e ainda que pela linguagem técnico-jurídica não haja conexão, continência ou requisitos para incidentes repetitivos, para fins de divulgação ao mercado, forem considerados pela Companhia as seguintes demandas com similaridade de pedidos ou eventos:

(a) Administrativos (exceto trabalhista ou tributários)

A Companhia possui discussões de natureza administrativa, que em sua maioria refletem autuações lavradas pelo Poder Concedente, em razão dos termos e condições do contrato de concessão.
Além destes casos, a Companhia também figura em inquéritos cíveis promovidos pelo Ministério Público de Minas Gerais com relação a direito ambiental.

(b) Cíveis

A Companhia é parte em ações que, em sua maioria, envolvem pleitos indenizatórios promovidos pelos usuários da rodovia administrada pela Companhia. Em tais casos, muitas vezes, tem sido aplicada a teoria da responsabilidade objetiva, o que é combatido pela Companhia dentre do devido processo legal.

Além destes processos, a Companhia é parte em ações de indenização por desapropriação indireta, em alegada inutilização da parte remanescente não desapropriada ou em razão da proximidade da rodovia e também em ações com fornecedores, as quais discutem o cumprimento de contratos e retenções técnicas.

Existem ainda ações cíveis públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais com relação a direito ambiental.

(c) Trabalhistas

A Companhia possui discussões de natureza trabalhista, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, inclusive de concorrentes ou outras pessoas jurídicas, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros.

***

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Seção 4.7 - Processos relevantes não abrangidos pelos itens anteriores:

NÃO HÁ

***

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8. Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar:

a. restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

b. restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

c. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

d. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

e. outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois a Companhia é uma sociedade nacional.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2. Em relação aos riscos indicados no item 4.2, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. . os riscos de mercado para os quais se busca proteção

ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

iii. i. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A administração da Companhia entende que não há deficiências significativas apontadas no relatório dos auditores independente sobre os controles internos que asseguram a elaboração das demonstrações financeiras. Desta forma considerando a relevância e necessidade de informar, não há itens relevantes e deficiências significativas a serem divulgadas neste formulário de referência.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não há comentários dos diretores a respeito das deficiências apontadas no relatório dos auditores independentes sobre os controles internos que asseguram a elaboração das demonstrações financeiras.

5.4 - Programa de Integridade

5.4. Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

O código de ética é um documento fundamental que foi aprovado pelo Conselho de administração e teve sua última versão atualizada em maio de 2016. Ele auxilia no andamento das atividades da companhia, de forma amplamente divulgada e sempre à disposição no site da cia. Utilizado para que a companhia continue operando dentro dos mais altos padrões éticos em todas as suas atividades, ele é aplicável a todos os colaboradores, bem como aos trabalhadores temporários e aos demais terceiros contratados pela companhia como fornecedores, consultores, agentes, representantes e todas outras pessoas que atuam de alguma forma em nome do grupo.
O documento aborda temas como conflito de interesses, lavagem e dinheiro, livre concorrência, atividades políticas, presentes e entretenimento.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A companhia possui uma área que atua avaliando o cumprimento do Código de Ética e uma área de Compliance que monitora os mecanismos de integridade, bem como a realização de auditorias internas para avaliar as eficiências dos processos e a aplicação das políticas, normas e procedimentos internos.
O programa de Compliance é formalmente aprovado pelo conselho de administração e gerenciado pela área de Compliance que se reporta diretamente ao presidente da companhia, e anualmente remetido para conhecimento e aprovação do conselho, junto com os relatórios das atividades e resultados das auditorias do ano anterior.
Além disso, anualmente ocorre auditorias internas/externas supervisionadas pela controladora Atlantia S. p. A.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética é aplicável a todos os colaboradores, bem como aos trabalhadores temporários, aos demais terceiros contratados, como fornecedores, consultores, agentes, representantes e todas outras pessoas que atuam, de alguma forma, em nome da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

Se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os Colaboradores tomam conhecimento do Código de Ética e demais procedimentos da Companhia no momento de sua admissão, e periodicamente, em conjunto com a área de comunicação, ocorrem divulgação de temas éticos e treinamento para fortalecer o Código de Ética em vigor.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Todas as comunicações recebidas de possíveis desvios de conduta, através do canal próprio de comunicação, são avaliadas e qualquer descumprimento de valores da Companhia são tratados, podendo ensejar no desligamento do colaborados, rescisão de contrato de serviços e ou fornecimentos, e exclusão do rol de fornecedores da Companhia.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Os acionistas da AB Concessões S.A. ("Controlador"), controlador integral da Companhia, aprovaram, em 29 de junho de 2012, nos termos da cláusula 13.1 do Acordo de Acionistas do Controlador, que a Companhia adote o Código de Ética e Conduta do Grupo Atlantia. O Código encontra-se registrado sob n.º 2.175.759 de 01/03/2019 no Livro de Registro B do 10º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo e também está disponível nos seguintes sites na Internet: http://www.abconcessoes.com.br/pt-BR/Codigo_Etica e https://www.atlantia.it/en/corporate-governance/code-of-ethics.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Grupo Atlantia disponibiliza um canal de denúncias, divulgado no Código de Ética e no próprio site: ethic_officer@atlantia.it

Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

A fim de incentivar a denúncia de possíveis violações do Código de Ética, por qualquer pessoa que venha a tomar conhecimento das mesmas, a controladora do Grupo Atlantia preparou e disponibilizou ferramentas idôneas para comunicação com o Departamento de Ética, que representam o canal recomendado para tais denúncias, e que são indicadas na página web www.atlantia.it/it/corporate-governance/codice-etico.html, além do e-mail ethic_officer@atlantia.it.

Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

O contato pode ser feito de forma anônima.

Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Toda investigação e apuração de denúncias ocorre vinculada à Área de Ética sobre responsabilidade do Gestor de Ética com auxílio da Área de Auditoria Interna e Compliance.

5.4 - Programa de Integridade

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Não aplicável.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	16/05/2007
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de Sociedade Anonima Aberta
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	13/06/2032
Data de Registro CVM	06/03/2017

6.3 - Breve Histórico

A Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. (“Companhia” ou “Nascentes das Gerais”) é uma Sociedade de Propósito Específico, que foi constituída em 16 de maio de 2007, tendo iniciado suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007. O objeto social da Companhia é executar atividades abrangidas pelo Contrato de Concessão Patrocinada SETOP nº 007/2007, conforme aditado, celebrado com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (“SETOP”), com interveniência anuência da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG (“CODEMIG”) e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG (“DER-MG”), referente ao Edital de Concorrência nº 070/2006 (“Contrato de Concessão” e “Edital de Concorrência”, respectivamente).

A Companhia é a primeira Parceria Público Privada do Setor de concessões rodoviárias no Brasil e tem como atividade a operação, a ampliação e a manutenção das rodovias que compreendem o trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) – Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso da Rodovia MG-050, o trecho de entroncamento MG050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e o trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265 (em conjunto, o “Sistema Nascentes das Gerais”), mediante concessão na modalidade patrocinada.

O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007, sendo que as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Em 11 de maio de 2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo nº 7 (“TA07”) do Contrato de Concessão, que teve como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio principalmente de:

(i) atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (ii) reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária com a respectiva atualização monetária, que foi compensado para a conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária.

A figura abaixo destaca sobre o mapa do Estado de Minas Gerais o mapa do trecho concedido:

6.3 - Breve Histórico

Acionista controlador

A AB Concessões, criada em 2012, é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Brasil, Chile, Índia e Polônia.

A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%).

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5. Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não aplicável, pois até a data da publicação deste Formulário não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Concessionária da Rodovia MG-050 S.A. ("Companhia" ou "Nascentes das Gerais") é uma Sociedade de Propósito Específico, que foi constituída em 16 de maio de 2007, tendo iniciado suas atividades pré-operacionais em 22 de maio de 2007. O objeto social da Companhia é executar atividades abrangidas pelo Contrato de Concessão Patrocinada SETOP nº 007/2007, conforme aditado, celebrado com a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas ("SETOP"), com interveniência anuência da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG ("CODEMIG") e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG ("DERMG"), referente ao Edital de Concorrência nº 070/2006 ("Contrato de Concessão" e "Edital de Concorrência", respectivamente).

A Companhia é a primeira Parceria Público Privada do Setor de concessões rodoviárias no Brasil e tem como atividade a operação, a ampliação e a manutenção das rodovias que compreendem o trecho de entroncamento BR-262 (Juatuba) – Itaúna - Divinópolis - Formiga - Piumhi - Passos - São Sebastião do Paraíso da Rodovia MG-050, o trecho de entroncamento MG050 e BR-265, BR-491, do Km 0,00 ao Km 4,65 e o trecho São Sebastião do Paraíso – divisa MG/SP da Rodovia BR-265 (em conjunto, o "Sistema Nascentes das Gerais"), mediante concessão na modalidade patrocinada.

O Contrato de Concessão tem como objetivo a execução e a gestão dos serviços delegados, o apoio na execução dos serviços não delegados e a gestão e fiscalização dos serviços complementares pelo prazo de 25 anos, com início em junho de 2007, sendo que as cláusulas contratuais vêm sendo devidamente cumpridas.

Em 11 de maio de 2017 foi homologada a versão definitiva do Termo Aditivo nº 7 ("TA07") do Contrato de Concessão, que teve como objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio principalmente de:

(i) atualização do cronograma de execução das intervenções obrigatórias para reequilíbrio econômico-financeiro; (ii) reconhecimento do valor a receber de contraprestação pecuniária com a respectiva atualização monetária, que será compensado para a conclusão de todos os processos em arbitragem junto ao Poder Concedente e demais processos administrativos, bem como regularização dos pagamentos futuros de contraprestação pecuniária.

Após a homologação do TA07 definitivo, a Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes do contrato de concessão patrocinada:

- Duplicação do trecho compreendido entre o km 57,6 e o km 61,1, localizado no município de Juatuba, com implantação de uma passagem inferior de veículos e de pedestres e duas passagens inferiores de pedestres, além de vias marginais (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 61,1 e o km 66,9, localizado entre os municípios de Juatuba e Mateus Leme, com implantação de três passagens inferiores de veículos e de pedestres, um dispositivo de retorno com uma passagem superior, três passagens inferiores de pedestres e uma passarela de pedestres (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 69,1 e o km 72,8 e km 73,4 ao km 75,7, localizado no município de Mateus Leme, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída).
- Passarela de pedestres km 62,8 (concluída);
- Passarela de pedestres km 73,3 (concluída);
- Duplicação do km 84,8 ao km 89,3, localizado no município de Itaúna, com implantação de 03 interseções com execução de duas passagens inferiores de veículos e pedestres e 01 passagem superior, e implantação de dispositivo de retorno em nível (concluída);
- Passarela de pedestres km 85,3 (concluída);

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Duplicação do km 120,9 ao km 122,4, localizado no município de Divinópolis, com Implantação de Ponte sobre o Rio Itapecerica e Passagem Inferior para travessia de Pedestres no km 122 (concluída);
- Duplicação do km 124,9 ao km 127,2, localizado no município de Divinópolis, com implantação de Interseção para acesso à BR-491 com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Duplicação do trecho compreendido entre o km 200,3 e o km 201,8, localizado no município de Formiga, com implantação de dois dispositivos de retorno em nível (concluída);
- Alteração de traçado e greide travessia do município de Córrego Fundo com implantação de ponte, do km 212,4 ao km 213,15 com 0,75 km de extensão (concluída);
- Duplicação no trecho compreendido entre o km 263,4 ao km 264,2 localizado no município de Piumhi, com implantação de um dispositivo de retorno em nível (concluída);
- Interseção em dois níveis acesso a Alpinópolis/MG-446 km 330,8 ao km 331,4 (concluída);
- Duplicação do km 372,4 ao km 373,8, localizado no município de Itaú de Minas, com implantação de Interseção a MG-344/Cássia e fábrica Itaú com execução de passagem inferior de veículos e pedestres (concluída);
- Realização de 26,4km de Adequações Geométricas, com correções do traçado da rodovia (concluída);
- Implantação de 29,3 km de acostamentos ao longo da rodovia (concluída);
- Implantação de 71,8 km de terceiras faixas na rodovia (concluída);
- Execução de 07 dispositivos em nível (concluída);
- Duplicações ao longo da rodovia totalizando 28,0 km;
- Correções de traçado ao longo da rodovia, totalizando 7,4 km;
- Implantação de terceiras faixas ao longo da rodovia, totalizando 29,9 km;
- Implantação de interseções, rotatórias alongadas, dispositivos em nível e em desnível ao longo da rodovia, totalizando 23,0 km.

Rodovia BR-491

- Duplicação do trecho compreendido entre o km 1,50 e o km 4,45, localizado no município de São Sebastião do Paraíso, com implantação de dois retornos em desnível, duas passagens superiores e duas passarelas para travessia de pedestres (concluída).

Rodovia BR-265

- Realização de 7,5 km de Adequações Geométricas, com correções do traçado (concluída);
- Implantação de 21,9 km de acostamentos (concluída);
- Implantação de 18,6 km de terceiras faixas (concluída).

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A figura abaixo destaca sobre o mapa do Estado de Minas Gerais o mapa do trecho concedido:

As atividades da Companhia estão sujeitas à fiscalização do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da SETOP e do DERMG.

Praças de Pedágio Administradas pela Companhia

A Companhia possui 6 praças de pedágio, cuja localização e detalhes das tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2020 são mencionados nas tabelas abaixo:

Praça de Pedágio	Tarifa vigente
P1 – Itaúna	6,40
P2 - São Sebastião do Oeste	6,40
P3 - Córrego Fundo	6,40
P4 – Piumhi	6,40
P5 – Passos	6,40
P6 – Pratápolis	6,40

As tarifas de pedágio cobradas dos usuários do Sistema Nascentes das Gerais são predefinidas no Contrato de Concessão, com previsão de reajuste anual no mês de junho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (pelo período de 12 meses) ocorrida até 30 de abril. Os cálculos dos valores atualizados das tarifas básicas de cada praça de pedágio são elaborados pela Companhia em conformidade com a metodologia especificada no Contrato de Concessão e apresentados à apreciação do DERMG, para verificação da consistência da atualização. Posteriormente, os cálculos são encaminhados para aprovação pelo Poder Concedente.

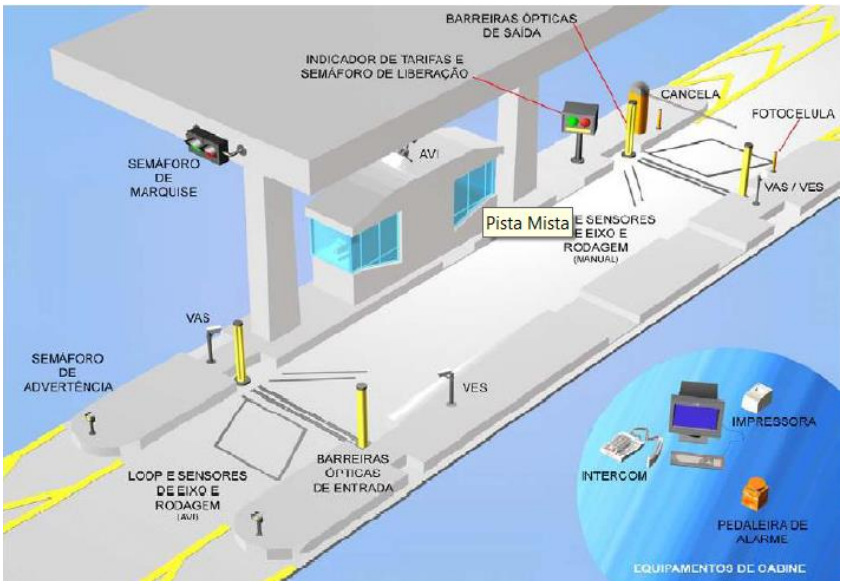
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 16 de abril de 2015 foi sancionado o Decreto Federal 8.433/2015, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão patrocinada, a Sociedade possui o direito a recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade do referido decreto.

As tarifas de pedágio efetivamente cobradas pela Companhia são o resultado do produto da tarifa básica de pedágio pelo fator multiplicador da tarifa correspondente a cada categoria de veículo. A classificação é feita de acordo com o tipo, o número de eixos do veículo e rodagem, conforme quadro abaixo:

Categoria	Tipo de Veículo	N° de Eixos	Rodagem	Multiplicador de Tarifa
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	simples	1
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão trator e furgão	2	dupla	2
3	Caminhão trator, caminhão trator com semi reboque e ônibus	3	dupla	3
4	Caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	4	dupla	4
5	Caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	5	dupla	5
6	Caminhão com reboque, caminhão trator com semi reboque	6	dupla	6
7	Automóvel ou caminhonete com semi reboque	3	simples	1,5
8	Automóvel ou caminhonete com reboque	4	simples	2
9	Motocicleta, motoneta e bicicleta a motor	2	simples	0,5

Os valores de tarifas e receitas acessórias são fixados e reajustados de acordo com fórmula fixada pelo Poder Concedente e dependem de homologação do Poder Concedente. A imagem a seguir demonstra o controle feito nas cabines de pedágio da Companhia:



7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Histórico do Volume de Tráfego do Sistema Nascentes das Gerais

A Companhia mede o tráfego das suas rodovias com base no número total de eixos equivalentes[1] para cada praça de pedágio. Nos termos do Contrato de Concessão, a unidade de eixo equivalente é usada como base para cobrança das tarifas de pedágio e é calculada adicionando-se aos veículos leves (passeio), os veículos pesados (comerciais) multiplicados pelos respectivos números de eixos. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. Os veículos são medidos automaticamente por um sensor em cada praça de pedágio que detecta o número de eixos do veículo.

A tabela abaixo indica o volume do tráfego em eixos equivalentes da Companhia desde 2009 (em milhares de eixos equivalentes):

Categoria	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Leves	7.656	8.094	8.391	8.898	9.211	9.655	9.655	9.728	10.214	10.104	10.427	9.245
Pesados	10.100	11.428	11.763	11.337	11.618	11.570	10.631	11.298	11.289	11.665	12.289	12.527
Total	**17.756**	**19.522**	**20.154**	**20.235**	**20.829**	**21.225**	**20.286**	**21.026**	**21.503**	**21.770**	**22.716**	**21.772**

Categoria	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Leves	43%	41%	42%	44%	44%	45%	48%	46%	48%	46%	46%	42%
Pesados	57%	59%	58%	56%	56%	55%	52%	54%	52%	54%	54%	58%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

O Contrato de Concessão prevê o compartilhamento dos riscos relacionados à demanda de tráfego nas rodovias, em relação ao volume projetado no estudo de tráfego do edital, na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para o DER/MG. De acordo com Contrato de Concessão, o tráfego acumulado realizado desde o início da Concessão será comparado ao tráfego acumulado projetado no estudo de tráfego do edital. Sobre as diferenças apuradas, serão aplicadas as seguintes regras:

Variações do tráfego a maior:

• Dentro da faixa de 10%, reverterão integralmente para a Companhia.

• Verificadas acima da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, sendo o montante de receitas a ser compartilhado com o DER/MG, compensada mediante a redução proporcional da Contraprestação.

Variações do tráfego a menor:

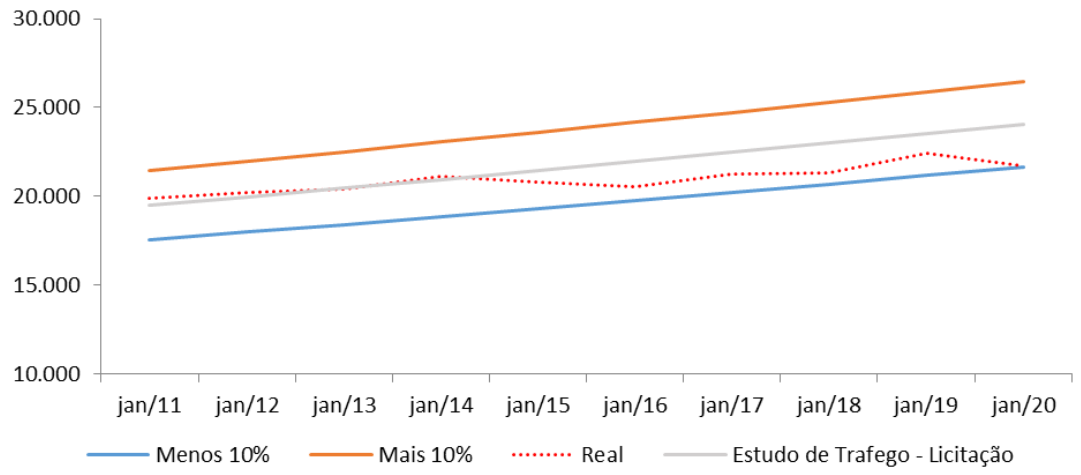
• Dentro da faixa de 10%, serão integralmente assumidas pela concessionária, e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

• Abaixo da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

[1] Eixo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus, são convertidos em eixo equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ano Concessão	jun/11	jun/12	jun/13	jun/14	jun/15	jun/16	jun/17	jun/18	jun/19	jun/20
Estudo de Trafego - Licitação	19.509	19.987	20.472	20.962	21.460	21.966	22.479	22.999	23.527	24.064
Menos 10%	17.558	17.988	18.424	18.866	19.314	19.769	20.231	20.699	21.175	21.658
Mais 10%	21.460	21.986	22.519	23.059	23.606	24.163	24.727	25.299	25.880	26.471
Real	19.887	20.248	20.399	21.155	20.772	20.538	21.268	21.343	22.443	21.687



Vantagens Competitivas da Companhia

A Companhia acredita possuir as seguintes vantagens competitivas:

Experiência dos administradores e acionistas controladores

A Companhia conta com administradores que possuem larga experiência no setor de infraestrutura brasileira, conforme apresentado no item 12.5 deste Formulário de Referência, todos com capacidade de implementar e executar as estratégias e os planos de negócios, sempre respeitando os termos do Contrato de Concessão.

A AB Concessões (acionista controladora) está sediada em São Paulo – Capital e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades como acionista ou quotista, cujo objeto social seja a exploração de rodovias por meio de concessões públicas, ou por meio de outras modalidades de investimento, como a subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários emitidos por sociedades direta ou indiretamente atuantes no setor de concessões rodoviárias.

A AB Concessões é uma holding controlada pelo grupo italiano Atlantia, atualmente o maior grupo no segmento de operação de rodovias da Itália e que, em conjunto com suas subsidiárias, caracteriza-se por um dos maiores players do segmento no mundo, atuando na gestão de mais de quatorze mil quilômetros de rodovias na Itália, França, Espanha, Polônia, Brasil, Chile, Argentina, México, Porto Rico e Índia.

A controladora AB Concessões é responsável pela concessionária mineira AB Nascentes das Gerais (100%) e pelas concessionárias paulistas Rodovias das Colinas (100%) e Triângulo do Sol (100%).

Área de influência direta no tráfego da Companhia

A área de influência do Sistema Nascentes das Gerais abrange a região metropolitana de Belo Horizonte, regiões sul e centro-oeste de Minas Gerais, ligando polos localizados na região metropolitana de Belo

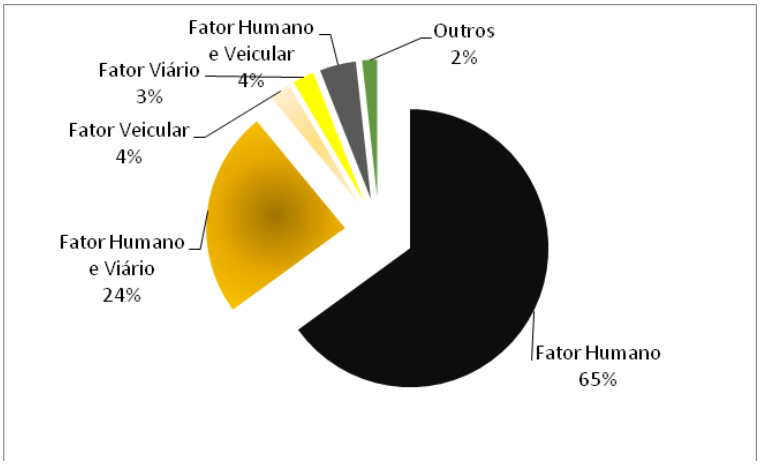
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Horizonte, regiões sul e centro-oeste de Minas Gerais, totalizando 50 municípios. Os principais municípios influenciados por esse corredor são: Juatuba, Divinópolis, Formiga, Passos, Itaúna, Piumhí e São Sebastião do Paraíso. A região tem na mineração e na siderurgia a sua principal fonte de receita. O setor têxtil também tem grande impacto na economia da região, principalmente na cidade de Divinópolis.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Segurança Viária

Segundo estudos, os acidentes de trânsito ocorrem basicamente devido a 3 elementos principais, a saber: (I) fatores humanos, (II) viário e ambiental e (III) veicular, que colaboram isoladamente ou relacionados entre si para a ocorrência de acidentes. A figura a seguir ilustra, no Brasil, a influência de cada um dos fatores, assim como a combinação dos mesmos de forma geral.



Fonte: Estudo "Método de avaliação da segurança potencial de segmentos rodoviários rurais de pista simples", de Nodari e Lindau (2004), apresentado em Nova York no XIII Congresso Panamericano de Engenharia de Trânsito e Transporte.

Por fator viário, entendemos o ambiente por onde passa o fluxo de veículos e sua infraestrutura. De acordo com o mencionado estudo, quando considerada como causa única dos acidentes, o fator viário é responsável por apenas 2,5% das ocorrências. Contudo, os acidentes que decorrem da combinação de outros fatores com o viário chegam a 28,25% do total de ocorrências, ainda segundo o mesmo estudo.

As condições de segurança viária, via de regra, estão diretamente relacionadas à geometria e traçado das pistas, estado técnico e superfície do pavimento, estado técnico e credibilidade da sinalização, presença e estado técnico dos acostamentos, condições de drenagem, presença de obstáculos protetivos laterais, condições de iluminação, existência de estruturas adequadas à travessia das vias para pedestres e ciclistas, presença ou não de animais de grande porte nas proximidades da rodovia e respectivas ações de prevenção, dentre outros.

Os investimentos previstos no Sistema Nascentes das Gerais, em sua grande maioria, trarão significativas melhorias para a segurança viária. Os projetos de duplicação de trechos urbanos das rodovias embutem a construção de dispositivos (trevos, viadutos e passarelas) que vão eliminar os cruzamentos em nível, tanto para veículos como para pedestres. Esses trechos são naturais concentradores de tráfego e, por conseguinte, de ocorrências e são prioritários para receberem intervenções. Da mesma forma, a construção de faixa adicional nos principais aclives de toda extensão das rodovias atua diretamente na redução de acidentes ao facilitar as ultrapassagens pela criação de faixa para os veículos mais lentos, mormente veículos pesados. As correções de curvas, principalmente considerando as condições peculiares das rodovias, são obras muito importantes para a redução de acidentes graves. Assim como a implantação de faixas adicionais, a adequação da geometria das curvas contribui para a diminuição de ocorrências de colisões frontais e do número de vítimas fatais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Serviços de Segurança do Tráfego

Nos termos do Contrato de Concessão, o serviço de atendimento de urgência a acidentes nas rodovias é de responsabilidade do Poder Concedente, por meio de unidades de corpo de bombeiros sediadas em cidades localizadas ao longo das Rodovias, incluindo atendimento médico no local, a remoção dos acidentados e a internação em unidades de pronto socorro e hospitais da região, cabendo à Companhia colaborar com as unidades de resgate para que o atendimento de urgência a acidentes se faça com a maior brevidade possível e fornecer veículos e equipamentos às unidades de corpo de bombeiros, em quantidades específicas, estabelecidas no Contrato de Concessão.

Informações de Tráfego

A Companhia detém vários sistemas de informações de tráfego ao usuário, tais como números de discagem gratuita em todo o Sistema Nascentes das Gerais (através do 0800 202 0505) e página na *Internet* com o mesmo fim.

Produtos e Serviços Prestados e Participação na Receita Total

Atualmente, quase toda a receita da Companhia advém das tarifas cobradas nos pedágios e apenas 5,4% da receita advém da Contraprestação Pecuniária paga pela SETOP à Companhia, conforme previsto no Contrato de Concessão.

O pagamento da Contraprestação Pecuniária, pela SETOP à Companhia é garantido pela parcela das receitas provenientes da distribuição de lucros da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia ("CBMM") para a CODEMIG, que é mantida em conta vinculada, observado o valor mensal da Contraprestação Pecuniária. No caso de não pagamento da Contraprestação Pecuniária, a Companhia deve notificar a CODEMIG, para que esta determine ao banco no qual fica mantida a conta vinculada que efetue o pagamento da importância devida à Companhia.

Propriedade Intelectual

Marcas:
A Companhia não possui marcas nem outros direitos de propriedade intelectual cuja ausência pudesse acarretar um efeito adverso na operação de seus negócios.

Patentes:
A Companhia não possui patentes nem outros direitos de propriedade intelectual cuja ausência pudesse acarretar um efeito adverso na operação de seus negócios.

Nomes de Domínio:
A Companhia é titular dos nomes de domínio "abnascentes.com.br", "abnascentesdasgerais.com.br", "nascentesmg.com.br", e "nascentesnet.com.br" registrados junto ao Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (NIC. br), órgão responsável no Brasil pelo registro de nomes de domínio. Todos os domínios ainda estão vigentes.

Aspectos Ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais nos níveis municipal, estadual e federal. Essas normas estabelecem procedimentos e obrigações relativas, por exemplo, à geração de ruído, áreas protegidas, desmatamento e destinação de resíduos sólidos.

No intuito de estabelecer a implantação e a operação das rodovias no Brasil, as concessionárias de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. De acordo com

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

a Política Nacional do Meio Ambiente (delineada na Lei Federal nº 6.938/81) a implantação, a operação e a ampliação de empreendimentos e/ou atividades que poluam ou que potencialmente possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, causem ou possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

O procedimento administrativo de licenciamento ambiental compreende 3 etapas, seguindo a Resolução nº 237/97 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

(i) Licença Prévia (LP): concedida durante a fase preliminar de planejamento do empreendimento, e estabelece (a) a aprovação para localização e concepção do empreendimento; (b) a viabilidade ambiental do empreendimento; e (c) os requisitos básicos a serem atendidos durante as fases subsequentes de implementação do empreendimento;

(ii) Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados pelas autoridades, incluindo as medidas de controle ambiental; e

(iii) Licença de Operação (LO): autoriza a operação do empreendimento, após (a) o efetivo cumprimento das condições estabelecidas nas licenças descritas acima; e (b) confirmação pelas autoridades de que as medidas de controle ambiental requeridas tenham sido cumpridas.

A Companhia tem em trâmite junto ao órgão ambiental competente alguns processos de licenciamento ambiental voltados a autorizar a implantação de novas obras e intervenções necessárias ao exercício de suas atividades, bem como para a operação do sistema rodoviário, e deve cumprir com todas as condicionantes e exigências técnicas das licenças ambientais obtidas, assim como às medidas de monitoramento, compensatórias e/ou mitigadoras que lhes venham a ser impostas pelo órgão licenciador.

Responsabilização ambiental:
Além da responsabilidade penal e da obrigação de reparar possíveis danos ambientais ou de pagar a indenização correspondente, quando os danos forem irreparáveis, sejam estes causados diretamente pela Companhia ou seus contratados e parceiros, a não obtenção das licenças ambientais necessárias, a inobservância das determinações dos órgãos ambientais ou o não cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis, poderão resultar na responsabilização administrativa da Companhia. As sanções que podem ser impostas pela prática de eventuais crimes e infrações ambientais incluem, dentre outras:

(i) a imposição de multas que, no âmbito administrativo, de acordo com a gravidade dos fatos e antecedentes, podem ser agravadas em caso de reincidência;

(ii) a suspensão ou interdição de atividades do respectivo empreendimento;

(iii) a perda de benefícios, tais como suspensão de financiamentos e não habilitação para certificação e concorrência, e incentivos fiscais;

(iv) a perda da licença ambiental (licença de instalação ou licença de operação); e

(v) aprisionamento.

Os administradores, sejam eles diretores, gerentes, coordenadores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, se concorrerem para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

No Brasil, os danos ambientais desencadeiam a responsabilidade civil solidária e objetiva. Isso significa que a obrigação de reparação poderá afetar a todos aqueles que direta ou indiretamente derem causa à violação ou contaminação, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Dessa forma, tanto as atividades potencialmente poluidoras do meio ambiente desenvolvidas pela Companhia, quanto a contratação de terceiros para proceder a qualquer serviço em empreendimentos da Companhia, incluindo, por exemplo, a supressão de vegetação e o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela própria Companhia e pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da Companhia, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

Termos de compromisso ou de ajustamento de conduta podem ser celebrados com as autoridades ambientais competentes ou com o Ministério Público caso sejam detectadas desconformidades ambientais durante as instalações ou na operação da Companhia. O descumprimento das obrigações assumidas em termos de compromisso ou de ajustamento de conduta pode resultar na imposição de multas, bem como na execução judicial de tais instrumentos.

Responsabilidade Socioambiental

Seguindo um sistema de gestão que maximiza o conceito de responsabilidade social, a AB Concessões investe em ações que valorizam a comunidade e o meio ambiente. Portanto, o investimento social privado do Grupo é direcionado especialmente para programas que valorizam a integridade, a segurança nas estradas e o bem-estar dos usuários e da comunidade de forma eficaz. Assim, realiza um trabalho de inteligência, no qual é produzido um estudo detalhado dos eventos no perímetro da malha rodoviária concedida e que tem sido a base para o desenvolvimento de projetos focados na redução de acidentes. A pesquisa mostra os principais pontos críticos dessas estradas.

Com base nesses dados, uma equipe de profissionais altamente qualificados identifica as causas prováveis e elabora a estratégia a ser aplicada para evitar novos acidentes. Há também programas de redução e prevenção de acidentes, um trabalho preventivo no qual as concessionárias fazem investimentos em segurança viária em pontos que são diagnosticados como críticos. Os programas também promovem campanhas educativas em parceria com a Polícia Rodoviária.

Com foco nos caminhoneiros, a AB Nascentes das Gerais realiza ações gratuitas em diversas partes da malha rodoviária concedida. Na campanha Caminhoneiro na Via, estão disponíveis atividades para os caminhoneiros, como medição da pressão arterial, teste de diabetes, teste de bioimpedância e corte de cabelo. Além disso, os motoristas recebem orientações sobre direção segura, inspeção veicular e elétrica dos caminhões.

A AB Nascentes das Gerais leva a campanha Motociclista na Via a pontos com alta concentração de motociclistas. Nestes locais, itens de segurança são verificados nas motocicletas, há a distribuição de folhetos com dicas de direção segura e fixação de adesivos refletivos em capacetes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Os pedestres também estão sob os holofotes da concessionária. A campanha Pedestre na Via distribui panfletos com dicas de prevenção para evitar atropelamentos. Um café da manhã é oferecido aos usuários nas passarelas, que são instruídos a usar com prudência os cruzamentos sinalizados existentes nas rodovias bem como as passarelas.

Agentes em destaque nas rodovias, os usuários recebem atenção especial na campanha Usuário na Via, que visa reduzir o número de acidentes e aumentar a segurança nas rodovias. Ao longo do ano, com ênfase em feriados, férias e outras datas em que há maior fluxo de veículos nas estradas, intensifica-se o número de palestras, blitzes de informação e saúde e distribuição de folhetos com conteúdo de segurança, meio ambiente, entre outros.

Todos sabem que as crianças e jovens de hoje serão os impulsionadores do amanhã. Por isso, a AB Nascentes das Gerais desenvolve a campanha “Educação na Via”, que investe em ações de conscientização de crianças e jovens. Com o apoio da Polícia Rodoviária, crianças e adolescentes são informados das medidas de proteção ao usar as rodovias. Essas atividades acontecem em escolas, quando equipes devidamente treinadas levam as informações aos alunos e professores.

Com esta campanha, as propriedades lindeiras são visitadas pelas equipes do AB Nascentes das Gerais a fim de alertar os moradores sobre a importância da instalação de cercas para que seus animais não invadam a pista. Dentro do Comunidade na Via, os colaboradores (diretos e indiretos) também recebem orientações, por meio de palestras, sobre conservação ambiental, segurança, educação no trânsito e saúde. As empresas situadas às margens da rodovia também são visitadas e recebem orientações, por meio de palestras, sobre educação e segurança no trânsito.

Desde o início da pandemia da Covid-19, a AB Nascentes das Gerais realizou ações com os caminhoneiros que se mantiveram em atividade para abastecimento do país no decorrer de 2020. As ações foram realizadas em diversos pontos da rodovia.

Foram entregues, no período, 6.000 kits com alimentos e produtos de higiene. Outra iniciativa foi a distribuição de 500 tags de pagamento automático de tarifa, feita com o objetivo de reduzir o contato humano no momento de passagem pelas praças de pedágios, garantindo a saúde dos caminhoneiros e dos colaboradores da concessionária. Além de ganharem o dispositivo para utilizarem as pistas de passagem automática, os motoristas receberam como benefício a isenção temporária de taxas administrativas do serviço.

Outras ações importantes foram: aferição da temperatura corporal, divulgação dos postos de serviços em funcionamento (pelos sites e 0800) e exibição de mensagens de prevenção ao coronavírus nos painéis eletrônicos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Concorrência

Há duas formas principais de concorrência: outros modais de transporte e rodovias não pedagiadas. O Sistema Nascentes das Gerais não possui um concorrente para o sistema como um todo. Todavia, há trechos de concessão da Companhia que sofrem concorrência com outras rodovias, pedagiadas ou não.

Cenário Atual:
Outros meios de transporte, especialmente aéreo e ferroviário, também representam concorrência. Entretanto, historicamente, o transporte rodoviário predomina como meio de transporte de passageiros e transporte de cargas.

Relacionamento com Fornecedores e Clientes

A Companhia, para cumprir com suas obrigações decorrentes do Contrato de Concessão, contrata fornecedores para a prestação de serviços relacionadas à execução de obras, conservação e operação do Sistema Nascentes das Gerais, bem como fornecimento de equipamentos e sistemas necessários.

Por ser uma concessionária de serviços públicos, a Companhia não tem clientes, mas sim usuários. O relacionamento da Companhia com seus Fornecedores e Usuários é norteado pelos princípios de integridade e transparência.

Recursos Humanos e Geração de Empregos:

Atendendo sua diretriz de valorizar a mão de obra regional, a Companhia tem priorizado a geração de empregos entre moradores das cidades abrangidas pelo Sistema Nascentes das Gerais.

Atualmente, a Companhia gera, em toda a região de influência de suas rodovias, 340 empregos, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 22 municípios do entorno das rodovias sob sua administração.

Preocupada com a capacitação de seus funcionários para o exercício de suas funções, e com o objetivo de aprimorar a qualidade e o desempenho individual, a Companhia investe no desenvolvimento de sua equipe, com programas de incentivo a formação superior e treinamentos diversos.

Pessoal

O vínculo sindical mantido pela Companhia é com o Sindicato Federação Nacional dos Empregados nas Empresas Concessionárias do Ramo de Rodovias Públicas, Estradas em Geral e Pedágios.

Não houve greve e qualquer paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra a Companhia, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2019/2020 foi de 4,5%. O salário normativo da categoria é de R$ 1.314,75.

A Companhia confere aos seus colaboradores, nos termos de sua política de benefícios, assistência médica, seguro de vida e assistência odontológica. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordos coletivos de trabalho.

Não há planos de opção de compra de ações internamente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Adicionalmente, os programas da Companhia relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

Treinamentos e Desenvolvimento profissional:

A Companhia investe continuamente em seu capital humano, proporcionando desenvolvimento profissional e pessoal. Entre os programas de desenvolvimento humano estão o programa de incentivo à formação que abrange os níveis de graduação, pós-graduação e idiomas, e treinamentos específicos para a função, alcançando todos os níveis hierárquicos da Companhia.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

a. produtos e serviços comercializados

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

a. características do processo de produção

b. características do processo de distribuição

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

ii. condições de competição nos mercados

d. eventual sazonalidade

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

iii. eventual volatilidade em seus preços

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6. . Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8. Em relação a políticas socioambientais, indicar:

a. se o emissor divulga informações sociais e ambientais

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevantes que não se enquadre como operação normal dos negócios da companhia nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da companhia nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não houve celebrações de contratos relevantes pela companhia que não estejam relacionados diretamente com suas atividades operacionais nos últimos 3 exercícios sociais encerrados em 2018, 2019 e 2020.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1. Descrever os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor, indicando em especial:

a. ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização

b. ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores, informando:

i. duração

ii. eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

iii. possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

c. as sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

i. denominação social

ii. sede

iii. atividades desenvolvidas

iv. participação do emissor

v. se a sociedade é controlada ou coligada

vi. se possui registro na CVM

vii. valor contábil da participação

viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados

xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais

xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Concessões	Exploração do sistema rodoviário	25 anos	A Concessão extinguir-se-á por: (i) Advento de termo contratual; (ii) Encampação, mediante autorização do Poder Concedente, sempre que motivos de interesse público justifiquem; (iii) Caducidade da Concessão, quando houver, por parte da Concessionária, a inexecução total ou parcial das obrigações contratuais; (iv) Rescisão, por iniciativa da Concessionária, mediante ação judicial movida especialmente para esse fim, no caso de descumprimento, pelo Contratante, de suas obrigações; (v) Falência ou extinção da Concessionária.	Em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação aplicável e pelo Contrato de Concessão, a concessão está sujeita à rescisão unilateral antecipada, caso em que o direito de usos dos ativos da concessão será revertido em favor do Poder Concedente. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão por caducidade, que é o caso de inadimplemento grave por parte da Companhia de obrigações previstas no Contrato de Concessão, a indenização não precisará ser prévia e/ou englobar os lucros cessantes, podendo o valor ser reduzido até zero, por meio de imposição de multas ou outras penalidades. Adicionalmente, esse processo de indenização pode demandar tempo e a Companhia não pode garantir que a indenização devida pelo Poder Concedente seja suficiente para compensar o lucro não auferido e/ou os investimentos não amortizados realizados durante o prazo de vigência da Concessão.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio, bem como cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo até o vencimento da concessão.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, medida principalmente pela relação entre dívida líquida sobre Patrimônio Líquido apresenta níveis de alavancagem sustentáveis. Abaixo a companhia apresenta seus cálculos de endividamento:

	Exercício encerrado em		
	em milhares de reais		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Patrimônio Líquido	204.427	236.496	242.399
Endividamento Total[1]	780.799	766.101	743.412
Dívida Líquida[2]	532.463	496.678	427.121
Índice de Endividamento[3]	3,82	3,24	3,07
Dívida Líquida / Patrimônio Líquido	2,60	2,10	1,76

[1]Endividamento Total = Passivo Circulante + Passivo não Circulante
[2]Dívida Líquida = Debêntures – Caixa e equivalentes de caixa
[3]Índice de Endividamento = Endividamento Total / Patrimônio Líquido

A Companhia possui índice de endividamento líquido de 3,82 (3,24 em 2019), decorrente da 4ª emissão de debêntures e de maior saldo de caixa disponível. A Companhia possui saldo de Dívida Líquida no valor de R$ 532.463 mil em 31 de dezembro de 2020. Estas debêntures são um empréstimo ponte e foram emitidas tendo em vista o financiamento de longo prazo junto a outros agentes financeiros. Caso a Companhia não obtenha êxito nos contratos de financiamento junto as instituições financeiras, os recursos poderão ser obtidos junto à sua controladora.

A Companhia apresenta abaixo seu índice de liquidez corrente, referente a divisão entre o ativo circulante e o passivo circulante, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Exercício encerrado em		
	em milhares de reais		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Ativo Circulante	35.769	47.789	86.169
Passivo Circulante	245.037	210.710	121.663
Índice de Liquidez Corrente	**0,15**	**0,23**	**0,71**

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta o valor do passivo circulante superior ao valor do ativo circulante, entretanto, com sua geração de caixa operacional e aportes de sua controladora somados ao caixa disponível, permitiu que os compromissos fossem honrados. Caso ocorra a necessidade de novos recursos para fazer frente as suas obrigações, a Companhia poderá levantar novos financiamentos junto as instituições financeiras ou com sua controladora.

b) estrutura de capital

O capital social da Companhia é de R$ 518.879 mil, totalmente subscrito e integralizado, sendo representado por 575.557.061 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A Companhia apresenta abaixo a proporção do capital próprio em relação ao ativo total e a proporção do capital de terceiros sobre o ativo total para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Exercício encerrado em		
	(em milhares de reais)		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Patrimônio Líquido	204.427	236.496	242.399
Ativo Total	985.226	1.002.597	985.811
Capital próprio sobre Ativo Total	**20,7%**	**23,6%**	**24,6%**

	Exercício encerrado em		
	(em milhares de reais)		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Passivo Circulante + Passivo não Circulante	780.799	766.101	743.412
Ativo Total	985.226	1.002.597	985.811
Capital de Terceiros sobre Ativo Total	**79,3%**	**76,4%**	**75,4%**

	Exercício encerrado em		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Capital Próprio	20,7%	23,6%	24,6%
Capital de Terceiros	79,3%	76,4%	75,4%
Relação entre Capital Próprio e de Terceiros	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, o seu fluxo de caixa, sua posição de liquidez e forte estrutura acionária, a Diretoria acredita que a Companhia tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá igual. Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar investimentos, a Diretoria da Companhia acredita que ela tem capacidade para contratá-los atualmente.

Abaixo, encontra-se uma tabela demonstrando o endividamento da Companhia (debêntures):

	31/12/2020				
	(em milhares de reais)				
Tipo de Dívida	**inferior a 1 ano**	**de 1 a 3 anos**	**de 3 a 5 anos**	**Superior a 5 anos**	**Total**
Garantia Real	208.000.000	252.000.000	0	0	
	208.000.000	**252.000.000**	**0**	**0**	**460.000.000**

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes:

As principais fontes de recursos da Companhia são (i) o caixa gerado por meio das suas atividades operacionais; (ii) empréstimos e financiamentos contraídos com instituições financeiras e (iii) captações de recursos junto a investidores no mercado de capitais.

Parte dos recursos destinados ao desenvolvimento dos serviços delegados pelo contrato de concessão celebrado com o Estado de Minas Gerais foi obtida através de financiamentos com bancos comerciais e de sua própria geração de fluxo de caixa operacional.

Os empréstimos e financiamentos mantidos em 31 de dezembro de 2012 foram integralmente liquidados em 14 de junho de 2013, através dos recursos captados pela 1ª emissão de debêntures no valor de R$ 205.000 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 20 de agosto de 2014 a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de espécie quirografária com vencimento final em 17 de abril de 2015, sendo os juros pagos na data de vencimento. O montante total da emissão foi de R$ 100.000 mil.

Em 16 de abril de 2015 a Companhia efetuou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com vencimento final em 16 de outubro de 2016, sendo os juros pagos na data de vencimento. O montante total da emissão foi de R$ 530.000 mil.

Em 16 de junho de 2017 a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com vencimento final em 14 de junho de 2022, com pagamentos de juros semestrais e amortização conforme definidos na escritura de emissão. O montante total da emissão foi de R$ 460.000 mil.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez:

Para fazer frente aos investimentos não-circulantes de longo prazo, a Companhia utilizará sua geração de caixa operacional e também poderá acessar novamente o mercado de capitais para a obtenção de recursos.

f) níveis de endividamento e características das dívidas:

A tabela abaixo apresenta informações gerais sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia (passivo circulante mais passivo não-circulante) referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Exercício encerrado em		
	(em milhares de reais)		
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Passivo Circulante	245.037	210.710	121.663
Passivo não Circulante	535.762	555.391	621.749
Endividamento Total	**780.799**	**766.101**	**743.412**

Empréstimos e Financiamentos

A tabela abaixo apresenta informações sobre os contratos de endividamento financeiro da Companhia, vigentes em cada um dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
4ª emissão:						
1ª série	260	CDI a 100% + 4,60 a.a.	jun/22	260.791	260.850	261.047
2ª série	200	CDI a 100% + 6,00 a.a.	jul/22	297.395	273.068	243.047
				558.186	533.918	504.094
Custo de transação				(811)	(1.814)	(2.953)
Saldo líquido				**557.375**	**532.104**	**501.141**
Circulante				176.881	103.774	1.047
Não circulante				380.494	428.330	500.094

Onde:
CDI: Certificado de Depósito Interbancário

Debêntures Simples

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 14 de junho de 2017 a Sociedade efetuou a 4ª. emissão de debêntures simples no montante total de R$ 460.000 mil, sendo 460 debêntures com valor nominal unitário de R$1.000 mil, em duas séries:

- 1ª. série: 260 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real. Serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4,6% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente, em junho e dezembro e o vencimento do principal será em 14 de junho de 2022;
- 2ª. série: 200 debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada e com garantia adicional fidejussória. Serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros serão pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14 de julho de 2022.

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora.
2. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.
3. Fiança da controladora AB Concessões S.A.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

A Companhia possui saldo de Dívida no valor de R$ 557.375 mil em 31 de dezembro de 2020, como resultado da 4ª emissão de debêntures. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

A discussão a seguir, sobre a situação financeira, patrimonial e sobre os resultados operacionais da Companhia, deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes.

As informações financeiras apresentadas abaixo são derivadas de nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A preparação das informações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão para a amortização dos ativos intangíveis, determinação de taxas de desconto a valor presente, utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação da provisão para manutenção e investimentos, determinação de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e o cronograma esperado de desembolsos, elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Administração, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, seus efeitos são reconhecidos no período em que são revisadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao Balanço Patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais).

ATIVOS	31/12/2020	31/12/2019	Var R$	Var %
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	25.723	37.240	(11.517)	-30,9%
Contas a receber de clientes	6.774	5.723	1.051	18,4%
Contas a receber do Poder Concedente	1.467	3.113	(1.646)	-52,9%
Impostos a recuperar	840	809	31	3,8%
Outros ativos	965	904	61	6,7%
Total dos ativos circulantes	35.769	47.789	(12.020)	-25,2%
NÃO CIRCULANTES				
Impostos a recuperar	617	18	599	3327,8%
Outros ativos	8.609	14.762	(6.153)	-41,7%
Despesas antecipadas		3.689	(3.689)	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	102.474	113.584	(11.110)	-9,8%
Depósitos e bloqueios judiciais	24.492	28.174	(3.682)	-13,1%
Direito de uso	1.228	1.114	114	10,2%
Intangível	738.634	713.254	25.380	3,6%
Ativo contratual	73.403	80.213	(6.810)	-8,5%
Total dos ativos não circulantes	949.457	954.808	(5.351)	-0,6%
TOTAL DOS ATIVOS	985.226	1.002.597	(17.371)	-1,7%

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTES				
Debêntures	176.881	103.774	73.107	70,4%
Arrendamento Mercantil	537	598	(61)	-10,2%
Fornecedores	26.276	35.515	(9.239)	-26,0%
Partes relacionadas	274	504	(230)	-45,6%
Obrigações sociais e trabalhistas	3.744	3.637	107	2,9%
Obrigações fiscais	1.706	2.309	(603)	-26,1%
Provisão para manutenção e investimentos	34.141	63.615	(29.474)	-46,3%
Outras contas a pagar	1.478	758	720	95,0%
Total dos passivos circulantes	245.037	210.710	34.327	16,3%
NÃO CIRCULANTES				
Debêntures	380.494	428.330	(47.836)	-11,2%
Arrendamento Mercantil	743	539	204	37,8%
Dividendos a pagar	5.785	5.785	-	0,0%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	50.750	55.073	(4.323)	-7,8%
Provisão para manutenção e investimentos	97.990	65.664	32.326	49,2%
Total dos passivos não circulantes	535.762	555.391	(19.629)	-3,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	518.879	468.879	50.000	10,7%
Reservas de capital	7.401	7.401	-	0,0%
Prejuízos acumulados	(321.853)	(239.784)	(82.069)	34,2%
Total do patrimônio líquido	204.427	236.496	(32.069)	-13,6%
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	985.226	1.002.597	(17.371)	-1,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativos

Circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

A conta de caixa e equivalentes de caixa da Companhia passou de R$ 37.240 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 25.723 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A diminuição no saldo de caixa é decorrente dos pagamentos de juros da 4ª emissão de debêntures e dos investimentos realizados na rodovia ao longo de 2020.

Não circulantes

Intangível e ativo contratual

Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual. A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída. Do total do intangível em rodovias em 31 de dezembro de 2020, R$73.403 mil representam intangíveis em rodovia em andamento (R$80.213 mil em 31 de dezembro de 2019), os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativo contratual".

Passivos

Não circulantes

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

As demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Patrimônio Líquido

Capital Social

Ao longo do ano de 2020 a Companhia recebeu aporte de capital feitos por sua controladora, totalizando R$ 50.000 mil.

Prejuízos Acumulados

A Companhia teve prejuízo contábil no ano de 2020 no valor de R$ 82.069 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais).

	31/12/2020	AV%	31/12/2019	AV%	Var R$	Var %
RECEITA LÍQUIDA	238.905	100,0%	213.988	100,0%	24.917	11,6%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(230.980)	-96,7%	(189.567)	-88,6%	(41.413)	21,8%
LUCRO BRUTO	7.925	3,3%	24.421	11,4%	(16.496)	-67,5%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(23.072)	-9,7%	(5.018)	-2,3%	(18.054)	359,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	54	0,0%	290	0,1%	(236)	-81,4%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(15.093)	-6,3%	19.693	9,2%	(34.786)	-176,6%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	735	0,3%	4.288	2,0%	(3.553)	-82,9%
Despesas financeiras	(56.601)	-23,7%	(65.885)	-30,8%	9.284	-14,1%
	(55.866)	-23,4%	(61.597)	-28,8%	5.731	-9,3%
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(70.959)	-29,7%	(41.904)	-19,6%	(29.055)	69,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	(11.110)	-4,7%	14.001	6,5%	(25.111)	-179,4%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(82.069)	-34,4%	(27.903)	-13,0%	(54.166)	194,1%
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$	(0,14)		(0,06)		(0,09)	158,7%

Receita Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2020	AV%	2019	AV%	Var R$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	136.537	100,0%	137.956	100,0%	(1.419)	-1,0%
Outras receitas	16.034	11,7%	12.360	9,0%	3.674	29,7%
Receita de serviços de construção (*)	95.561	70,0%	76.528	55,5%	19.033	24,9%
Receita bruta	248.132	181,7%	226.844	164,4%	21.288	9,4%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(6.608)	-4,8%	(6.677)	-4,8%	69	-1,0%
PIS	(465)	-0,3%	(1.101)	-0,8%	636	-57,8%
COFINS	(2.154)	-1,6%	(5.078)	-3,7%	2.924	-57,6%
Receita líquida	238.905	175,0%	213.988	155,1%	24.917	11,6%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	143.344	100,0%	137.460	100,0%	5.884	4,3%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R$ 137.460 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R$ 143.344 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) em 2020, houve aumento no valor da contraprestação pecuniária em razão da melhora na nota média do QID (Quadro de Indicadores de Desempenho), cuja aferição é efetuada mensalmente, visando assegurar as condições necessárias à prestação de serviços da concessionária; ii) reajuste do valor da tarifa básica de pedágio em +2,3% a partir de 11 de setembro de 2020;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados passaram de R$ 189.567 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 230.980 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 5.018 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R$ 23.072 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

	2020	AV%	2019	AV%	Var R$	Var %
Serviços de terceiros - conserva, manutenção e operação das rodovias	(38.299)	15,1%	(17.736)	9,1%	(20.563)	115,9%
Amortização de intangível	(67.531)	26,6%	(61.219)	31,5%	(6.312)	10,3%
Gastos com prestadores de serviços	(19.064)	7,5%	(20.207)	10,4%	1.143	-5,7%
Gastos com funcionários	(16.243)	6,4%	(15.965)	8,2%	(278)	1,7%
Gastos com materiais e equipamentos	(1.975)	0,8%	(2.056)	1,1%	81	-3,9%
Custos com construção	(95.561)	37,6%	(76.528)	39,4%	(19.033)	24,9%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(7.177)	2,8%	(981)	0,5%	(6.196)	631,6%
Reembolso de Seguros	(6.153)	2,4%	3.236	-1,7%	(9.389)	-290,1%
Despesas com seguros	(650)	0,3%	(620)	0,3%	(30)	4,8%
Outras despesas	(1.399)	0,6%	(2.509)	1,3%	1.110	-44,2%
Outras receitas	54	0,0%	290	0,1%	(236)	-81,4%
	(253.998)	100,0%	(194.295)	100,0%	(59.703)	30,7%
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(230.980)	90,9%	(189.567)	102,0%	(41.413)	21,8%
Gerais e administrativas	(23.072)	9,1%	(5.018)	2,7%	(18.054)	359,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	54	0,0%	290	0,2%	(236)	-81,4%
Total	(253.998)	100,0%	(194.295)	100,0%	(68.094)	36,6%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

	2020	AV%	2019	AV%	Var %
Funcionários	(16.243)	13,5%	(15.965)	16,0%	1,7%
Materiais e equipamentos	(1.975)	1,6%	(2.056)	2,1%	-3,9%
Prestadores de serviços	(19.064)	15,9%	(20.207)	20,2%	-5,7%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(7.177)	6,0%	(981)	1,0%	631,6%
Reembolso de Seguros	(6.153)	5,1%	3.236	-3,2%	-290,1%
Outras receitas/ despesas	(1.995)	1,7%	(2.839)	2,8%	-29,7%
Sub Total	(52.607)	43,8%	(38.812)	38,8%	35,5%
Depreciação e amortização	(67.531)	56,2%	(61.219)	61,2%	10,3%
Sub Total	(120.138)	100,0%	(100.031)	100,0%	20,1%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2.020	AV%	2.019	AV%	Var %
Conserva especial	(24.409)	33,0%	(44.174)	23,0%	103,9%
Constituição da provisão para manutenção	(38.299)	28,6%	(17.736)	18,8%	115,9%
Utilização da provisão para manutenção	24.409	33,0%	44.174	23,0%	103,9%
Despesas com construção	(95.561)	71,4%	(76.528)	81,2%	24,9%
Sub Total	(133.860)	100,0%	(94.264)	100,0%	42,0%
Total Custos e Despesas Operacionais	(253.998)		(194.295)		30,7%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:
- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R$ 19.693 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para prejuízo operacional de -R$ 15.093 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2020.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia foi de -R$ 55.866 mil em 2020 (-9,3%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira.

Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de - R$ 41.904 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para -R$ 70.959 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição Social diferidos passaram de R$ 14.001 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para -R$ 11.110 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Prejuízo Líquido do Exercício

O prejuízo líquido do Exercício passou de -R$ 27.903 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para -R$ 82.069 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (em milhares de reais).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2020	AV%	31/12/2019	AV%	Var R$	Var %
Fluxo de caixa de atividades operacionais:						
Prejuízo do exercício	(82.069)	-122%	(27.903)	-65%	(54.166)	194%
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.110	17%	(14.001)	-33%	25.111	-179%
Amortização do intangível	67.531	101%	61.219	143%	6.312	10%
Baixa do intangível	15	0%	-	0%	15	0%
Juros sobre debêntures	43.732	65%	57.103	133%	(13.371)	-23%
Provisão para manutenção e investimentos	45.156	67%	25.734	60%	19.422	75%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	7.177	11%	981	2%	6.196	632%
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	595	1%	(708)	-2%	1.303	-184%
Impostos a recuperar e outros ativos	8.447	13%	(8.208)	-19%	16.655	-203%
Depósitos e bloqueios judiciais	3.648	5%	(50)	0%	3.698	-7396%
Fornecedores	(2.565)	-4%	1.781	4%	(4.346)	-244%
Fornecedores partes relacionadas	(231)	0%	(7.989)	-19%	7.758	-97%
Obrigações sociais e trabalhistas	107	0%	211	0%	(104)	-49%
Obrigações fiscais	(569)	-1%	852	2%	(1.421)	-167%
Provisão para manutenção - utilização	(24.409)	-36%	(44.174)	-103%	19.765	-45%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(11.500)	-17%	(3.301)	-8%	(8.199)	248%
Outras contas a pagar	863	1%	1.406	3%	(543)	-39%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	67.038	100%	42.953	100%	24.085	56%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Aquisição de intangivel	(110.079)	-164%	(78.546)	-183%	(31.533)	40%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(110.079)	-164%	(78.546)	-183%	(31.533)	40%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Empréstimo:						
Captação	5.000	7%	-	0%	5.000	0%
Pagamento de principal	(5.000)	-7%	-	0%	(5.000)	0%
Pagamento de juros de empréstimos	(15)	0%	-	0%	(15)	0%
Debêntures:	-	0%	-	0%	-	0%
Captações	-	0%	-	0%	-	0%
Pagamento de principal	-	0%	-	0%	-	0%
Pagamento de juros de debêntures	(18.461)	-28%	(26.140)	-61%	7.679	-29%
Aumento de Capital Social	50.000	75%	22.000	51%	28.000	127%
Caixa oriundo das atividades de financiamento	31.524	47%	(4.140)	-10%	35.664	-861%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(11.517)	-17%	(39.733)	-93%	28.216	-71%
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	37.240	56%	76.973	179%	(39.733)	-52%
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do período	25.723	38%	37.240	87%	(11.517)	-31%

As principais variações dos fluxos de caixa da Companhia foram:

Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa oriundo das atividades operacionais

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Fluxo de caixa de operações de investimentos

Aquisição de ativo intangível

O volume de obras, conforme previsto no cronograma de obras, foi maior se comparado ao volume realizado em 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de caixa de atividades financeiras

Aumento de capital

Ao longo do ano de 2020 a Companhia recebeu sucessivos aportes de capital feitos por sua controladora, totalizando R$ 50.000 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao Balanço Patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais).

ATIVOS	31/12/2019	31/12/2018	Var R$	Var %
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	37.240	76.973	(39.733)	-51,6%
Contas a receber de clientes	5.723	5.008	715	14,3%
Contas a receber do Poder Concedente	3.113	3.120	(7)	-0,2%
Impostos a recuperar	809	241	568	235,7%
Outros ativos	904	827	77	9,3%
Total dos ativos circulantes	47.789	86.169	(38.380)	-44,5%
NÃO CIRCULANTES				
Impostos a recuperar	18	658	(640)	-97,3%
Outros ativos	14.762	11.526	3.236	28,1%
Despesas antecipadas	3.689	313	3.376	1078,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.584	99.583	14.001	14,1%
Depósitos e bloqueios judiciais	28.174	28.326	(152)	-0,5%
Direito de uso	1.114	-	1.114	0,0%
Intangível	713.254	720.638	(7.384)	-1,0%
Ativo contratual	80.213	38.598	41.615	107,8%
Total dos ativos não circulantes	954.808	899.642	55.166	6,1%
TOTAL DOS ATIVOS	1.002.597	985.811	16.786	1,7%
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTES				
Debêntures	103.774	1.047	102.727	9811,6%
Arrendamento Mercantil	598	-	598	0,0%
Fornecedores	35.515	27.970	7.545	27,0%
Partes relacionadas	504	8.493	(7.989)	-94,1%
Obrigações sociais e trabalhistas	3.637	3.426	211	6,2%
Obrigações fiscais	2.309	1.659	650	39,2%
Provisão para manutenção e investimentos	63.615	78.578	(14.963)	-19,0%
Outras contas a pagar	758	490	268	54,7%
Total dos passivos circulantes	210.710	121.663	89.047	73,2%
NÃO CIRCULANTES				
Debêntures	428.330	500.094	(71.764)	-14,4%
Arrendamento Mercantil	539	-	539	0,0%
Dividendos a pagar	5.785	5.785	-	0,0%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	55.073	57.393	(2.320)	-4,0%
Provisão para manutenção e investimentos	65.664	58.477	7.187	12,3%
Total dos passivos não circulantes	555.391	621.749	(66.358)	-10,7%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	468.879	446.879	22.000	4,9%
Reservas de capital	7.401	7.401	-	0,0%
Prejuízos acumulados	(239.784)	(211.881)	(27.903)	13,2%
Total do patrimônio líquido	236.496	242.399	(5.903)	-2,4%
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.002.597	985.811	16.786	1,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativos

Circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

A conta de caixa e equivalentes de caixa da Companhia passou de R$ 76.973 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 37.240 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A diminuição no saldo de caixa é decorrente dos pagamentos de juros da 4ª emissão de debêntures e dos investimentos realizados na rodovia ao longo de 2019.

Não circulantes

Intangível e ativo contratual

Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual. A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída. Do total do intangível em rodovias em 31 de dezembro de 2019, R$80.213 representam intangíveis em rodovia em andamento (R$38.598 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram reclassificados para a rubrica de "Ativo contratual".

Passivos

Não circulantes

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

As demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Patrimônio Líquido

Capital Social

Ao longo do ano de 2019 a Companhia recebeu aporte de capital feitos por sua controladora, totalizando R$ 22.000 mil.

Prejuízos Acumulados

A Companhia teve prejuízo contábil no ano de 2019 no valor de R$ 27.903 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais).

	31/12/2019	AV%	31/12/2018	AV%	Var R$	Var %
RECEITA LÍQUIDA	213.988	100,0%	177.220	100,0%	36.768	20,7%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(189.567)	-88,6%	(141.574)	-79,9%	(47.993)	33,9%
LUCRO BRUTO	24.421	11,4%	35.646	20,1%	(11.225)	-31,5%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(5.018)	-2,3%	(44.356)	-25,0%	39.338	-88,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	290	0,1%	26	0,0%	264	1015,4%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	19.693	9,2%	(8.684)	-4,9%	28.377	-326,8%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	4.288	2,0%	1.450	0,8%	2.838	195,7%
Despesas financeiras	(65.885)	-30,8%	(70.928)	-40,0%	5.043	-7,1%
	(61.597)	-28,8%	(69.478)	-39,2%	7.881	-11,3%
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(41.904)	-19,6%	(78.162)	-44,1%	36.258	-46,4%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	14.001	6,5%	26.491	14,9%	(12.490)	-47,1%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(27.903)	-13,0%	(51.671)	-29,2%	23.768	-46,0%
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$	(0,06)		(0,13)		0,07	-57,6%

Receita Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2019	AV%	2018	AV%	Var R$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	137.956	100,0%	127.595	100,0%	10.361	8,1%
Outras receitas	12.360	9,0%	14.113	11,1%	(1.753)	-12,4%
Receita de serviços de construção (*)	76.528	55,5%	47.647	37,3%	28.881	60,6%
Receita bruta	226.844	164,4%	189.355	148,4%	37.489	19,8%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(6.677)	-4,8%	(6.172)	-4,8%	(505)	8,2%
PIS	(1.101)	-0,8%	(1.062)	-0,8%	(39)	3,7%
COFINS	(5.078)	-3,7%	(4.901)	-3,8%	(177)	3,6%
Receita líquida	213.988	155,1%	177.220	138,9%	36.768	20,7%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	137.460	100,0%	129.573	100,0%	7.887	6,1%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R$ 129.573 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R$ 137.460 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) em 2019, o tráfego em eixos equivalentes foi de 22.716 mil, volume 4,3% acima do tráfego registrado no ano de 2018 (21.770 mil de eixos equivalentes); ii) reajuste do valor da tarifa básica de pedágio, baseado na evolução do IPCA até abril/2019, para vigorar a partir de 13 de junho de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados passaram de R$ 141.574 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 189.567 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 44.356 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 5.018 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

	2019	AV%	2018	AV%	Var R$	Var %
Serviços de terceiros - conserva, manutenção e operação das rodovias	(17.736)	9,1%	(17.932)	9,6%	196	-1,1%
Amortização de intangível	(61.219)	31,5%	(53.808)	28,9%	(7.411)	13,8%
Gastos com prestadores de serviços	(20.207)	10,4%	(18.241)	9,8%	(1.966)	10,8%
Gastos com funcionários	(15.965)	8,2%	(15.069)	8,1%	(896)	5,9%
Gastos com materiais e equipamentos	(2.056)	1,1%	(2.276)	1,2%	220	-9,7%
Custos com construção	(76.528)	39,4%	(47.647)	25,6%	(28.881)	60,6%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(981)	0,5%	(38.592)	20,8%	37.611	-97,5%
Reembolso de Seguros	3.236	-1,7%	11.526	-6,2%	(8.290)	-71,9%
Despesas com seguros	(620)	0,3%	(745)	0,4%	125	-16,8%
Outras despesas	(2.509)	1,3%	(3.146)	1,7%	637	-20,2%
Outras receitas	290	0,1%	26	0,0%	264	1015,4%
	(194.295)	100,0%	(185.904)	100,0%	(8.391)	4,5%
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(189.567)	97,6%	(141.574)	76,2%	(47.993)	33,9%
Gerais e administrativas	(5.018)	2,6%	(44.356)	23,9%	39.338	-88,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	290	0,1%	26	0,0%	264	1015,4%
Total	(194.295)	100,0%	(185.904)	100,0%	(8.391)	4,5%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

	2019	AV%	2018	AV%	Var %
Funcionários	(15.965)	16,0%	(15.069)	12,5%	5,9%
Materiais e equipamentos	(2.056)	2,1%	(2.276)	1,9%	-9,7%
Prestadores de serviços	(20.207)	20,2%	(18.241)	15,2%	10,8%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(981)	1,0%	(38.592)	32,1%	-97,5%
Reembolso de Seguros	3.236	-3,2%	11.526	-9,6%	-71,9%
Outras receitas/ despesas	(2.839)	2,8%	(3.865)	3,2%	-26,5%
Sub Total	(38.812)	38,8%	(66.517)	55,3%	-41,7%
Depreciação e amortização	(61.219)	61,2%	(53.808)	44,7%	13,8%
Sub Total	(100.031)	100,0%	(120.325)	100,0%	-16,9%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2.019	AV%	2.018	AV%	Var %
Conserva especial	(44.174)	46,9%	(21.667)	33,0%	103,9%
Constituição da provisão para manutenção	(17.736)	18,8%	(17.932)	27,3%	-1,1%
Utilização da provisão para manutenção	44.174	46,9%	21.667	33,0%	103,9%
Despesas com construção	(76.528)	81,2%	(47.647)	72,7%	60,6%
Sub Total	(94.264)	100,0%	(65.579)	100,0%	43,7%
Total Custos e Despesas Operacionais	(194.295)		(185.904)		4,5%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- Funcionários: i) reajuste salarial negociado junto ao sindicato de categoria; e ii) reajustes nos valores dos benefícios oferecidos aos funcionários.

- Prestadores de serviços: i) reajustes contratuais com prestadores de serviços;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro
O prejuízo operacional antes do resultado financeiro passou de -R$ 8.684 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para lucro operacional de R$ 19.693 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2019.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia foi de -R$ 61.597 mil em 2019 (-11,3%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira.

Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos passou de -R$ 78.162 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para -R$ 41.904 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição Social passaram de R$ 26.491 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 14.001 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Prejuízo Líquido do Exercício

O prejuízo líquido do Exercício passou de -R$ 51.671 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para -R$ 27.903 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares de reais).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2019	AV%	31/12/2018	AV%	Var R$	Var %
Fluxo de caixa de atividades operacionais:						
Prejuízo do exercício	(27.903)	-65%	(51.671)	-75%	23.768	-46%
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.001)	-33%	(26.491)	-39%	12.490	-47%
Amortização do intangível	61.219	143%	53.808	78%	7.411	14%
Baixa do intangível	-	0%	3	0%	(3)	-100%
Juros sobre debêntures	57.103	133%	55.494	81%	1.609	3%
Provisão para manutenção e investimentos	25.734	60%	32.408	47%	(6.674)	-21%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	981	2%	43.783	64%	(42.802)	-98%
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	(708)	-2%	(3.523)	-5%	2.815	-80%
Impostos a recuperar e outros ativos	(8.208)	-19%	(7.151)	-10%	(1.057)	15%
Depósitos e bloqueios judiciais	(50)	0%	(702)	-1%	652	-93%
Fornecedores	1.781	4%	(4.351)	-6%	6.132	-141%
Fornecedores partes relacionadas	(7.989)	-19%	3.171	5%	(11.160)	-352%
Obrigações sociais e trabalhistas	211	0%	157	0%	54	34%
Obrigações fiscais	852	2%	327	0%	525	161%
Provisão para manutenção - utilização	(44.174)	-103%	(21.668)	-32%	(22.506)	104%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(3.301)	-8%	(5.191)	-8%	1.890	-36%
Outras contas a pagar	1.406	3%	212	0%	1.194	563%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	42.953	100%	68.615	100%	(25.662)	-37%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Aquisição de intangivel	(78.546)	-183%	(67.817)	-99%	(10.729)	16%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(78.546)	-183%	(67.817)	-99%	(10.729)	16%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Debêntures:						
Captações	-	0%	-	0%	-	0%
Pagamento de principal	-	0%	-	0%	-	0%
Pagamento de juros de debêntures	(26.140)	-61%	(27.029)	-39%	889	-3%
Aumento de Capital Social	22.000	51%	88.353	129%	(66.353)	-75%
Caixa oriundo das atividades de financiamento	(4.140)	-10%	61.324	89%	(65.464)	-107%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(39.733)	-93%	62.122	91%	(101.855)	-164%
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	76.973	179%	14.851	22%	62.122	418%
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do período	37.240	87%	76.973	112%	(39.733)	-52%

As principais variações dos fluxos de caixa da Companhia foram:

Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa oriundo das atividades operacionais

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Fluxo de caixa de operações de investimentos

Aquisição de ativo intangível

O volume de obras, conforme previsto no cronograma de obras, foi maior se comparado ao volume realizado em 2018.

Fluxo de caixa de atividades financeiras

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Aumento de capital

Ao longo do ano de 2019 a Companhia recebeu sucessivos aportes de capital feitos por sua controladora, totalizando R$ 22.000 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao Balanço Patrimonial da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais).

ATIVOS	31/12/2018	31/12/2017	Var R$	Var %
CIRCULANTES				
Caixa e equivalentes de caixa	76.973	14.851	62.122	418,3%
Contas a receber de clientes	5.008	4.605	403	8,8%
Contas a receber do Poder Concedente	3.120	-	3.120	0,0%
Impostos a recuperar	241	3.945	(3.704)	-93,9%
Partes relacionadas	-	2.647	(2.647)	-100,0%
Outros ativos	827	906	(79)	-8,7%
Total dos ativos circulantes	86.169	26.954	59.215	219,7%
NÃO CIRCULANTES				
Impostos a recuperar	658	1.563	(905)	-57,9%
Outros ativos	11.526	-	11.526	0,0%
Despesas antecipadas	313	-	313	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	99.583	73.092	26.491	36,2%
Depósitos e bloqueios judiciais	28.326	27.685	641	2,3%
Intangível	720.638	759.558	(38.920)	-5,1%
Ativo contratual	38.598	-	38.598	0,0%
Total dos ativos não circulantes	899.642	861.898	37.744	4,4%
TOTAL DOS ATIVOS	985.811	888.852	96.959	10,9%
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTES				
Debêntures	1.047	104	943	906,7%
Fornecedores	27.970	32.927	(4.957)	-15,1%
Partes relacionadas	8.493	7.564	929	12,3%
Obrigações sociais e trabalhistas	3.426	3.269	157	4,8%
Obrigações fiscais	1.659	1.393	266	19,1%
Provisão para manutenção e investimentos	78.578	67.129	11.449	17,1%
Contas a pagar ao Poder Concedente	-	405	(405)	-100,0%
Outras contas a pagar	490	278	212	76,3%
Total dos passivos circulantes	121.663	113.069	8.594	7,6%
NÃO CIRCULANTES				
Debêntures	500.094	472.572	27.522	5,8%
Dividendos a pagar	5.785	5.785		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	57.393	18.801	38.592	205,3%
Provisão para manutenção e investimentos	58.477	72.908	(14.431)	-19,8%
Total dos passivos não circulantes	621.749	570.066	51.683	9,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	446.879	358.526	88.353	24,6%
Reservas de capital	7.401	7.401	-	0,0%
Prejuízos acumulados	(211.881)	(160.210)	(51.671)	32,3%
Total do patrimônio líquido	242.399	205.717	36.682	17,8%
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	985.811	888.852	96.959	10,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativos

Circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

A conta de caixa e equivalentes de caixa da Companhia passou de R$ 14.851 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R$ 76.973 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. O aumento no saldo de caixa é decorrente dos aportes de capital realizado por sua controladora ao longo do ano de 2018.

Não circulantes

Intangível e ativo contratual

Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual. A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída. A aplicação do CPC47 a partir de 1º de janeiro de 2018, gerou uma reclassificação de ativo intangível em curso para ativo contratual (infraestrutura em construção) no montante de R$ 25.558 mil.

Passivos

Não circulantes

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

As demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Patrimônio Líquido

Capital Social

Ao longo do ano de 2018 a Companhia recebeu sucessivos aportes de capital feitos por sua controladora, totalizando R$ 88.353 mil.

Prejuízos Acumulados

A Companhia teve prejuízo contábil no ano de 2018 no valor de R$ 51.671 mil.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais).

	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	Var R$	Var %
RECEITA LÍQUIDA	177.220	100,0%	207.037	100,0%	(29.817)	-14,4%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(141.574)	-79,9%	(203.697)	-98,4%	62.123	-30,5%
LUCRO BRUTO	35.646	20,1%	3.340	1,6%	32.306	967,2%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Despesas gerais e administrativas	(44.356)	-25,0%	(44.677)	-21,6%	321	-0,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	26	0,0%	352	0,2%	(326)	-92,6%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(8.684)	-4,9%	(40.985)	-19,8%	32.301	-78,8%
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	1.450	0,8%	10.449	5,0%	(8.999)	-86,1%
Despesas financeiras	(70.928)	-40,0%	(76.230)	-36,8%	5.302	-7,0%
	(69.478)	-39,2%	(65.781)	-31,8%	(3.697)	5,6%
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(78.162)	-44,1%	(106.766)	-51,6%	28.604	-26,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - DIFERIDO	26.491	14,9%	36.130	17,5%	(9.639)	-26,7%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(51.671)	-29,2%	(70.636)	-34,1%	18.965	-26,8%
PREJUÍZO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - R$	(0,13)		(0,20)		0,07	-35,0%

Receita Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da receita líquida (em milhares de reais) e sua variação:

	2018	AV%	2017	AV%	Var R$	Var %
Receita com arrecadação de pedágio	127.595	100,0%	121.269	100,0%	6.326	5,2%
Outras receitas	14.113	11,1%	11.011	9,1%	3.102	28,2%
Receita de serviços de construção (*)	47.647	37,3%	85.884	70,8%	(38.237)	-44,5%
Receita bruta	189.355	148,4%	218.164	179,9%	(28.809)	-13,2%
Impostos sobre as receitas:						
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	(6.172)	-4,8%	(5.683)	-4,7%	(489)	8,6%
PIS	(1.062)	-0,8%	(969)	-0,8%	(93)	9,6%
COFINS	(4.901)	-3,8%	(4.475)	-3,7%	(426)	9,5%
Receita líquida	177.220	138,9%	207.037	170,7%	(29.817)	-14,4%
Receita Líquida (exclui receita de construção)	129.573	100,0%	121.153	100,0%	8.420	6,9%

A receita líquida (excluindo receita de construção) da Companhia passou de R$ 121.153 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R$ 129.573 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação resultou principalmente da combinação de dois fatores: i) em 2018, o tráfego em eixos equivalentes foi de 21.770 mil, volume 1,2% acima do tráfego registrado no ano de 2017 (21.503 mil de eixos equivalentes); ii) reajuste do valor da tarifa básica de pedágio, baseado na evolução do IPCA até abril/2018, para vigorar a partir de 13 de junho de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Os custos dos serviços prestados passaram de R$ 203.697 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$ 141.574 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

As despesas gerais e administrativas passaram de R$ 44.677 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$ 44.356 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

	2018	AV%	2017	AV%	Var R$	Var %
Serviços de terceiros - conserva, manutenção e operação das rodovias	(17.932)	9,6%	(48.355)	19,5%	30.423	-62,9%
Amortização de intangível	(53.808)	28,9%	(43.246)	17,4%	(10.562)	24,4%
Gastos com prestadores de serviços	(18.241)	9,8%	(21.280)	8,6%	3.039	-14,3%
Gastos com funcionários	(15.069)	8,1%	(14.233)	5,7%	(836)	5,9%
Gastos com materiais e equipamentos	(2.276)	1,2%	(2.191)	0,9%	(85)	3,9%
Custos com construção	(47.647)	25,6%	(85.884)	34,6%	38.237	-44,5%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(38.592)	20,8%	(30.298)	12,2%	(8.294)	27,4%
Reembolso de seguros	11.526	-6,2%	-	0,0%	11.526	0,0%
Despesas com seguros	(745)	0,4%	(1.064)	0,4%	319	-30,0%
Outras despesas	(3.146)	1,7%	(1.823)	0,7%	(1.323)	72,6%
Outras receitas	26	0,0%	352	0,1%	(326)	-92,6%
	(185.904)	100,0%	(248.022)	100,0%	62.118	-25,0%
Classificadas como:						
Custo dos serviços prestados	(141.574)	76,2%	(203.697)	82,1%	62.123	-30,5%
Gerais e administrativas	(44.356)	23,9%	(44.677)	18,0%	321	-0,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	26	0,0%	352	0,1%	(326)	-92,6%
Total	(185.904)	100,0%	(248.022)	100,0%	62.118	-25,0%

O quadro abaixo detalha as principais variações dos custos e despesas operacionais

	2018	AV%	2017	AV%	Var %
Funcionários	(15.069)	12,5%	(14.233)	12,5%	5,9%
Materiais e equipamentos	(2.276)	1,9%	(2.191)	1,9%	3,9%
Prestadores de serviços	(18.241)	15,2%	(21.280)	18,7%	-14,3%
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(38.592)	32,1%	(30.298)	26,6%	27,4%
Reembolso de seguros	11.526	-9,6%	-	0,0%	0,0%
Outras receitas/ despesas	(3.865)	3,2%	(2.535)	2,2%	52,5%
Sub Total	(66.517)	55,3%	(70.537)	62,0%	-5,7%
Depreciação e amortização	(53.808)	44,7%	(43.246)	38,0%	24,4%
Sub Total	(120.325)	100,0%	(113.783)	100,0%	5,7%
Despesas Relacionadas a Ampliações e Manutenção	2018	AV%	2017	AV%	Var %
Conserva especial	(21.667)	33,0%	(21.489)	16,0%	0,8%
Constituição da provisão para manutenção	(17.932)	27,3%	(48.355)	36,0%	-62,9%
Utilização da provisão para manutenção	21.667	33,0%	21.489	16,0%	0,8%
Despesas com construção	(47.647)	72,7%	(85.884)	64,0%	-44,5%
Sub Total	(65.579)	100,0%	(134.239)	100,0%	-51,1%
Total Custos e Despesas Operacionais	(185.904)		(248.022)		-25,0%

Em relação às despesas inerentes à operação, as principais variações foram:

- Funcionários: i) reajuste salarial negociado junto ao sindicato de categoria; e ii) reajustes nos valores dos benefícios oferecidos aos funcionários.

- Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: i) as demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro

O prejuízo operacional antes do resultado financeiro passou de R$ 40.985 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$ 8.684 mil no exercício findado em 31 de dezembro de 2018.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro da Companhia foi de -R$ 69.478 mil em 2018 (5,6%). O principal fator que explica a variação entre os períodos é a redução da receita financeira.

Prejuízo Operacional Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social passou de R$ 106.766 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$ 78.162 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição Social passaram de R$ 36.130 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$ 26.491 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Prejuízo Líquido do Exercício

O prejuízo líquido do Exercício passou de R$ 70.636 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$ 51.671 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	Var R$	Var %
Fluxo de caixa de atividades operacionais:						
Prejuízo do exercício	(51.671)	-75%	(70.636)	-76%	18.965	-27%
Ajustes para conciliar o prejuízo do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.491)	-39%	(36.130)	-39%	9.639	-27%
Amortização do intangível	53.808	78%	43.246	46%	10.562	24%
Baixa do intangível	3	0%	-	0%	3	0%
Juros sobre debêntures	55.494	81%	59.708	64%	(4.214)	-7%
Juros sobre contraprestação pecuniária	-	0%	(6.345)		6.345	-100%
Provisão para manutenção e investimentos	32.408	47%	60.604	65%	(28.196)	-47%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	43.783	64%	30.298	32%	13.485	45%
Variações nos ativos e passivos operacionais:						
Contas a receber de clientes e do Poder Concedente	(3.523)	-5%	5.786	6%	(9.309)	-161%
Impostos a recuperar e outros ativos	(7.151)	-10%	4.671	5%	(11.822)	-253%
Depósitos e bloqueios judiciais	(702)	-1%	4.175	4%	(4.877)	-117%
Fornecedores	(4.351)	-6%	5.956	6%	(10.307)	-173%
Fornecedores partes relacionadas	3.171	5%	3.795	4%	(624)	-16%
Obrigações sociais e trabalhistas	157	0%	273	0%	(116)	-42%
Obrigações fiscais	327	0%	220	0%	107	49%
Provisão para manutenção - utilização	(21.668)	-32%	(21.488)	-23%	(180)	1%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários - utilização	(5.191)	-8%	9.253	10%	(14.444)	-156%
Outras contas a pagar	212	0%	52	0%	160	308%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	68.615	100%	93.438	100%	(24.823)	-27%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:						
Aquisição de intangivel	(67.817)	-99%	(93.702)	-100%	25.885	-28%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(67.817)	-99%	(93.702)	-100%	25.885	-28%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:						
Debêntures:						
Captações	-	0%	460.000	492%	(460.000)	-100%
Pagamento de principal	-	0%	(530.000)	-567%	530.000	-100%
Pagamento de juros de debêntures	(27.029)		(69.795)			
Aumento de Capital Social	88.353	129%	145.000	155%	(56.647)	-39%
Caixa oriundo das atividades de financiamento	61.324	89%	5.205	6%	56.119	1078%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	62.122	91%	4.941	5%	57.181	1157%
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	14.851	22%	9.910	11%	4.941	50%
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do período	76.973	112%	14.851	16%	62.122	418%

As principais variações dos fluxos de caixa da Companhia foram:

Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa oriundo das atividades operacionais

Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As demandas e processos judiciais/administrativos são acompanhados pelos assessores jurídicos da Companhia que, em função de seu andamento, revisaram suas estimativas de provisão para riscos.

Fluxo de caixa de operações de investimentos

Aquisição de ativo intangível

O volume de obras, conforme previsto no cronograma de obras, foi menor se comparado ao volume realizado em 2017.

Fluxo de caixa de atividades financeiras

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Aumento de capital

Ao longo do ano de 2018 a Companhia recebeu sucessivos aportes de capital feitos por sua controladora, totalizando R$ 88.353 mil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a) resultados das operações da Companhia

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita com arrecadação de pedágio e receita proveniente da contraprestação pecuniária

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de junho, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ocorrida até 30 de abril. Além da arrecadação pelo tráfego, o contrato prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga pela SEINFRA. Essa contraprestação pecuniária deve ser paga mensalmente à Companhia visando assegurar as condições necessárias à prestação do serviço, avaliada por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho (QID), cuja aferição é efetuada, mensalmente, por Verificador Independente, contratado pelo Poder Concedente. O valor da contraprestação pecuniária mensal é de aproximadamente R$1.233 e é corrigido anualmente pelo IPCA

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais ("Codemig") será responsável, em conjunto com o DER/MG, pelo pagamento da Contraprestação Pecuniária, atuando, assim, como interveniente no Contrato de Concessão.

Para garantir essa obrigação, parcela das receitas provenientes da distribuição de lucros da Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia ("CBMM") para a Codemig é mantida em conta vinculada, observado o valor mensal da Contraprestação Pecuniária. No caso de não pagamento da Contraprestação Pecuniária, pelo DER/MG, a Companhia deve notificar a Codemig para fazê-lo, podendo executar a garantia caso a Codemig não efetue o pagamento.

O Contrato de Concessão prevê o compartilhamento dos riscos relacionados à demanda de tráfego nas rodovias, em relação ao volume projetado no estudo de tráfego do edital, na proporção de 50% para a Companhia e de 50% para o DER/MG. De acordo com Contrato de Concessão, o tráfego acumulado realizado desde o início da Concessão será comparado ao tráfego acumulado projetado no estudo de tráfego do edital. Sobre as diferenças apuradas, serão aplicadas as seguintes regras:

Variações do tráfego a maior:

- Dentro da faixa de 10%, reverterão integralmente para a Companhia.

- Verificadas acima da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, sendo o montante de receitas a ser compartilhado com o DER/MG, compensada mediante a redução proporcional da Contraprestação.

Variações do tráfego a menor:

- Dentro da faixa de 10%, serão integralmente assumidas pela concessionária, e não ensejarão a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

- Abaixo da faixa de 10%, serão compartilhadas entre a concessionária e o DER/MG, na proporção de 50% para cada uma, mediante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Em 16 de abril de 2015 foi sancionado o Decreto Federal 8.433/2015 o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão patrocinada, a Sociedade possui o direito a recomposição do reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade do referido decreto.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Não existem fatores que afetam materialmente os resultados operacionais da Companhia. A variação das receitas, custos e despesas operacionais podem, eventualmente, afetar os resultados operacionais da Companhia. Informações acerca da referida variação referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 encontram-se comentadas pela administração da Companhia no item 10.1 deste formulário de referência.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não possui nem possuiu participação societária em nenhuma sociedade.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia não efetuou nenhuma operação não usual no último exercício social que tenha impactado seus resultados operacionais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a) mudanças significativas nas práticas contábeis:

As demonstrações financeiras são preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela CVM.

2020

Não houve mudanças significativas no ano de 2020

2019

Não houve mudanças significativas no ano de 2019

2018

Ativo contratual (infraestrutura em construção) representado pelos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou de melhoria, que foram reclassificados da rubrica de ativo intangível da concessão para ativo contratual (nota explicativa nº 6). A infraestrutura em construção representa os ativos de distribuição ainda em formação, cuja obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo em que a mesma é construída. A aplicação do CPC47 a partir de 1º de janeiro de 2018, gerou uma reclassificação de ativo intangível em curso para ativo contratual (infraestrutura em construção) no montante de R$ 25.558 mil.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não tivemos efeitos significativos de alterações em práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase

2020

Não houve ressalvas ou ênfases no ano de 2020

2019

Não houve ressalvas ou ênfases no ano de 2019

2018

Não houve ressalvas ou ênfases no ano de 2018

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial:

Não há qualquer transação para o financiamento de suas operações que não se encontre contabilizada nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

b) natureza e propósito da operação:

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos

i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O contrato de concessão firmado entre a Companhia e o poder concedente prevê todos os investimentos a serem realizados ao longo do período de concessão das rodovias.

A tabela abaixo mostra os investimentos realizados no ano de 2020 e aqueles previstos para o ano de 2021:

Período	**2020**	**2021**
Obras, Melhorias e Conserva Especial	123.675	168.641
Equipamentos e Outros	1.809	26.388
Total	**125.484**	**195.029**

A Concessionária Nascentes das Gerais, conforme cronograma contratual, é previsto para o biênio 2020/2021 a realização dos seguintes investimentos:

- 13,58 km de extensão em correções de traçados

- 11,11 km de extensão de duplicações e marginais

- 6,44 km de extensão de terceiras faixas

- 11 pontos de acessos aos municípios através de Interseções e rotatórias

- 2 Pontes e Viadutos

- 3 pontos de travessia de pedestres (Passagens inferiores de pedestres e Passarelas)

Adicionalmente, conforme plano de manutenção e conservação da infraestrutura, a Concessionária realiza periodicamente o monitoramento e recuperação das obras de arte e pavimento, além da Conservação de rotina do trecho.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para fazer frente aos investimentos, a Companhia utilizará sua geração de caixa operacional e, eventualmente, respeitados os compromissos já assumidos, poderá recorrer ao mercado de capitais, bem como a empréstimos bancários.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Até a data deste formulário, não houve aquisições de plantas, equipamento, patentes e outros ativos que influenciem materialmente na capacidade produtiva no período.

c) novos produtos e serviços:

Não houve desenvolvimento de novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens deste item 10 do Formulário de Referência.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1. As projeções devem identificar:

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

A Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a) atribuições de cada órgão e comitê

A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, na forma da Lei das Sociedades Por Ações e de seu Estatuto Social.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia será composto por 4, 6 ou 8 membros e até número igual de suplentes, conforme o caso, acionistas ou não, devendo ser profissionais experientes e devidamente qualificados para os cargos por eles ocupados, observado o disposto no Estatuto, eleitos para um mandato de 2 anos, permitida a reeleição.

O Conselho de Administração não possui regimento interno próprio e a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

Caberá à Assembleia Geral eleger e destituir os membros do Conselho de Administração da Companhia, indicando um deles para ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

De acordo com o Acordo de Acionistas da única acionista da Companhia, a AB Concessões S.A., as duas acionistas da AB Concessões S.A. (Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A. e Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.) indicam, cada uma, 50% dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 150, e seus parágrafos, da Lei das Sociedades Por Ações, ocorrendo vacância de qualquer Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes, devendo o substituto servir até a primeira Assembleia Geral.

Findo o mandato, os Conselheiros permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos administradores que os substituam, nos termos da Lei das Sociedades Por Ações e deste Estatuto Social.

O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, no mínimo, trimestralmente, e em outras datas e locais definidos pelo Conselho de Administração.

As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas mediante a presença de pelo menos 75% de seus membros, desde que todos os membros do Conselho de Administração tenham sido devidamente convocados para a respectiva reunião. Caso o quórum de instalação acima mencionado não seja alcançado, a reunião será automaticamente remarcada para o segundo dia subsequente, no mesmo horário e local e com a mesma ordem do dia. Caso o quórum novamente não seja alcançado na segunda reunião em função da repetida ausência de conselheiros indicados pelo mesmo acionista, uma terceira reunião será convocada para o mesmo fim e será instalada com o número de membros do Conselho presentes a tal reunião.

Sem prejuízo das demais atribuições fixadas pela Lei das Sociedades Por Ações e pelo Estatuto Social, o Conselho de Administração terá competência exclusiva, obedecido, contudo, quando necessário a prévia autorização do Poder Concedente na deliberação de quaisquer matérias referentes a gestão e operação da Companhia e das subsidiárias, entre as quais se encontram:

(i) Decidir sobre quaisquer matérias que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral ou constituam atribuições específicas da Diretoria, de acordo com a legislação aplicável e o Estatuto Social;

(ii) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando as diretrizes, política e objetivos básicos da Companhia e de suas subsidiárias, bem como o seu planejamento estratégico;

(iii) Eleger e destituir os Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições que não estejam, especificamente, previstas no Estatuto Social ou na lei;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos;

(v) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

(vi) Convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou necessário, observado os procedimentos estabelecidos no Estatuto Social;

(vii) Tomar decisões referentes ao curso normal dos negócios da Companhia e suas subsidiárias que envolvam matérias/patamares superiores aos delegados aos membros da Diretoria ou que, embora enquadrados na competência da Diretoria, tenham sido objeto de discordância entre os seus membros;

(viii) Aprovação do orçamento anual operacional da Companhia e suas subsidiárias;

(ix) Aprovar o cumprimento de todas as obrigações e requisitos decorrentes dos contratos de financiamento pela Companhia e suas subsidiárias, em vigor na presente data;

(x) Aquisição de novos negócios ou ingresso em novos negócios (dentro do ramo de concessões de rodoviárias no Brasil) que possam ser financiados com caixa, ou que se encontrem dentro do Limite Permitido de Endividamento (que levará em consideração também a dívida do negócio a ser adquirido), e que não acarretem qualquer necessidade de aumento de capital, levando-se em consideração a alavancagem e a previsão dos planos de negócio da Companhia e do negócio a ser adquirido;

(xi) Constituição de qualquer endividamento até o Limite Permitido de Endividamento, no total, que não acarrete qualquer necessidade de aumentos de capital: (a) no curso normal dos negócios da Companhia e suas subsidiárias, em conformidade com o item (vii) acima; (b) esteja dentro do orçamento anual da Companhia e suas subsidiárias, em conformidade com o item (viii) acima; (c) objetive a aquisição de novos negócios ou ingresso em novos negócios (no ramo de concessões rodoviárias no Brasil) em conformidade com o item (ix) acima; e (d) objetive a assinatura de qualquer Termo Aditivo e Modificativo- "TAM" que requeira novos investimentos em conformidade com o item (xiv) abaixo;

(xii) Aprovação de quaisquer medidas que devam ser tomadas pela Companhia e suas subsidiárias por ordem expressa de autoridade governamental;

(xiii) Aprovação de proposta das demonstrações financeiras anuais e infra-anuais obrigatórias a serem apresentadas para a aprovação da Assembleia Geral Ordinária bem como da proposta de nomeação do auditor independente (a ser escolhido dentre as Big Four e de modo compatível com as normas internacionais de contabilidade- International Financiai Reporting Standards (IFRS));

(xiv) Aprovação da assinatura de qualquer Termo Aditivo e Modificativo (TAM) que requeira novos investimentos (i) a serem financiados dentro do Limite Permitido de Endividamento da Companhia (e que não desencadeiem qualquer necessidade aumentos de capital) e (ii) contanto que a TIR não seja inferior ao custo médio de capital ponderado (WACC), avaliado pelo auditor independente da Companhia; e

(xv) A nomeação do banco de investimento a ser encarregado da elaboração do laudo de avaliação do valor econômico da Companhia.

O Acordo de Acionistas da AB Concessões S.A., acionista única da Companhia, dispõe que as deliberações do Conselho de Administração das subsidiárias, o que inclui a Companhia, serão aprovadas pelo voto de, no mínimo 75%, dos membros do respectivo Conselho de Administração. Caso o quórum necessário não seja alcançado em duas reuniões consecutivas convocadas com a mesma ordem do dia por não comparecimento de representante da mesma Parte, na terceira reunião

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

subsequente as deliberações poderão ser aprovadas pelo voto favorável de 50% dos membros do respectivo Conselho de Administração.

O Acordo de Acionistas da AB Concessões S.A. dispõe, ainda, que na hipótese de não haver consenso para determinadas matérias relevantes (elencadas na Cláusula 5.10.1 do Acordo de Acionistas) de competência do Conselho de Administração e o mecanismo de solução de discordância previsto no Acordo de Acionista deixar de oferecer solução amigável para controvérsia ou as Acionistas deixarem de chegar a uma solução amigável para a controvérsia, será concedido o voto de desempate/voto de qualidade a um dos membros do Conselho de Administração da AB Concessões S.A. indicados pela acionista Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda.

Diretoria

A Diretoria será composta por 2 membros, a saber o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores ("Diretores"), acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, devendo ser profissionais experientes e devidamente qualificados para os cargos por eles ocupados, observado o disposto no Estatuto.

Nos termos do Acordo de Acionistas da AB Concessões S.A., acionista única da Companhia, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro da Companhia são designados pelas acionistas da AB Concessões S.A., sendo que o Diretor Presidente é indicado pela Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda. e o Diretor Financeiro pela Hauolimau Empreendimentos e Participações S.A.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

O mandato dos Diretores será prorrogado automaticamente até a eleição e posse dos respectivos substitutos, caso esses atos ocorram após o vencimento do mandato dos Diretores.

Em caso de vacância, o Conselho de Administração será convocado para a eleição do respectivo substituto que completará o mandato do Diretor substituído.

As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável de ambos os Diretores. Em caso de empate, a matéria deverá ser levada para decisão do Conselho de Administração da Companhia, devendo então os Diretores observar e cumprir tal decisão.

Ressalvadas as competências exclusivas previstas nos artigos 14 e 15 do Estatuto Social e observadas as demais disposições do Estatuto Social, a Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por 2 Diretores, em conjunto, por 1 Diretor e 1 mandatário ou, ainda, por 2 mandatários, constituídos especialmente para esse fim, observadas as restrições previstas no artigo 19 do Estatuto, e o procedimento para nomeação de mandatários.

Todos os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias deverão ser: (i) outorgados com poderes específicos; (ii) concedidos por prazo certo de duração limitado a 2 meses, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado; e (iii) assinados sempre em conjunto pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

A assinatura individual do Diretor Presidente (CEO) vincula a Companhia e suas subsidiárias (i) até o montante de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para transações ou séries de transações relacionadas à aquisição de mercadorias e serviços, assunção de obrigações de qualquer natureza (ou renúncia à qualquer obrigação de terceiros em favor da Companhia ou suas subsidiárias), liquidação de dívidas e obrigações e renúncia de direitos, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer obrigações e despesas decorrentes dos ou com relação aos poderes e autoridade atribuídas ao Diretor

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Presidente; e (ii) até o montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para transações ou séries de transações especificamente relacionadas com qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outra transação que implique em endividamento para a Companhia ou suas subsidiárias.

Mediante a assinatura conjunta com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Diretor Presidente poderá vincular a Companhia e suas subsidiárias (i) de R$ 1.000.000,01 (um milhão de reais e um centavo) até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para transações ou séries de transações relacionadas à aquisição de mercadorias e serviços, assunção de obrigações de qualquer natureza (ou renúncia à qualquer obrigação de terceiros em favor da Companhia ou suas subsidiárias), liquidação de dívidas e obrigações e renúncia de direitos, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer obrigações e despesas decorrentes dos ou com relação aos poderes e autoridade atribuídas ao Diretor Presidente; e (ii) de R$ 3.000.000,01 (três milhões de reais e um centavo) até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para transações ou séries de transações relacionadas a qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outra transação que implique endividamento da Companhia.

Quando necessária a assinatura conjunta dos Diretores, na forma prevista no parágrafo primeiro do artigo 19 do Estatuto, nos casos em que o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores não conseguirem chegar a um consenso, a matéria deverá ser levada para decisão do Conselho de Administração da Companhia, devendo então os Diretores observar e cumprir tal decisão.

A assinatura individual do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores vincula a Companhia e suas subsidiárias: (i) até o montante de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para transações ou séries de transações relacionadas à aquisição de mercadorias e serviços, de acordo com os procedimentos de contratação, e para quaisquer obrigações e despesas decorrentes ou com relação aos poderes e autoridade atribuídas ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; e (ii) até o montante de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para transações ou séries de transações especificamente relacionadas a qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outra transação que implique em endividamento da Companhia ou de suas subsidiárias.

Em caso de urgência e necessidade, e sob responsabilidade própria, o Diretor Presidente poderá ultrapassar os limites previstos no artigo 23 do Estatuto mediante sua assinatura individual, desde que (i) notifique imediatamente o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o Conselho de Administração, e (ii) o valor da obrigação esteja dentro do orçamento anual aprovado.

b) Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B

c) Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B

d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Compete ao Diretor Presidente: orientar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias, sob a supervisão da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. O Diretor Presidente também será responsável pelo curso normal dos negócios da Companhia e de suas subsidiárias, conforme determinado pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, e dentro dos limites previstos no plano de negócios consolidado da Companhia (e sua controladora e outras sociedades). Para os fins do Estatuto Social, "curso normal dos negócios" inclui:

(i) realizar todo e qualquer ato com o objetivo de executar ou observar os direitos, obrigações e disposições constantes do Contrato de Concessão dentro dos limites previstos no artigo 19 do Estatuto, com exclusão de quaisquer atos ou matérias que, de acordo com o Estatuto Social, os estatutos sociais das subsidiárias da Companhia ou qualquer lei ou regulamento aplicável, devam ser submetidos à prévia aprovação dos acionistas ou do Conselho de Administração da Companhia, incluindo (a) a celebração de qualquer contrato com terceiros para o fornecimento de serviços, mercadorias e equipamentos para o Contrato de Concessão, dentro dos limites estabelecidos no artigo 19 do Estatuto e de acordo com

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

os procedimentos de contratação; (b) em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a contratação e gestão de quaisquer empréstimos, financiamentos, ou qualquer outra transação que resulte no endividamento da Companhia ou de suas subsidiárias para o custeio de investimentos a serem realizados de acordo com os contratos de concessão, dentro dos limites estabelecidos no artigo 19 do Estatuto e de acordo com os procedimentos de contratação; (c) a apresentação de reivindicações administrativas perante a ARTESP (ou qualquer outra autoridade similar); (d) em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e de acordo com os parâmetros aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, a negociação de quaisquer direitos ou obrigações relacionados ao Contrato de Concessão com a ARTESP (ou qualquer outra autoridade similar); e (e) em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a assinatura de qualquer aditivo aos contratos de concessão, conforme aprovação prévia do Conselho de Administração da Companhia;

(ii) celebrar contratos, assumir obrigações de qualquer natureza, quitar dívidas e obrigações, e renunciar a direitos, dentro dos limites estabelecidos no artigo 19 do Estatuto, incluindo a celebração de contratos com terceiros para o fornecimento de mercadorias e serviços, de acordo com os procedimentos de contratação e dentro dos limites previstos no plano de negócios da Companhia (e sua controladora e outras sociedades);

(iii) elaborar e submeter, para a aprovação do Conselho de Administração, a política de recursos humanos da Companhia e de suas subsidiárias;

(iv) implementar a estrutura de funcionários e empregados da Companhia e de suas subsidiárias, assim como as políticas de remuneração, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, contando com poderes para contratar e demitir os funcionários e empregados da Companhia e de suas subsidiárias, exceto os membros do departamento financeiro e demais funcionários subordinados ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores;

(v) cumprir com, acordar e/ou contestar qualquer ordem de qualquer juízo competente, órgão administrativo ou qualquer outra autoridade governamental, desde que toda e qualquer obrigação ou despesa decorrente do cumprimento, acordo ou contestação de tal ordem se encontrem dentro dos limites previstos no artigo 19 do Estatuto;

(vi) em conjunto com o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, elaborar e apresentar anualmente ao Conselho de Administração o plano de desenvolvimento estratégico e financeiro da Companhia e de suas subsidiárias e seus respectivos planos de execução, bem como seus programas de expansão e investimentos; caso o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o Diretor Presidente não cheguem a um acordo sobre qualquer parcela dos referidos planos, tal matéria será apresentada conforme a proposta do Diretor Presidente, sendo garantido ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores o direito de registrar sua discordância por escrito para conhecimento do Conselho de Administração;

(vii) implementar os planos mencionados no item (vi) acima;

(viii) revisar e submeter para o Conselho de Administração a proposta de orçamento anual e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas subsidiárias, preparadas pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, e implementar os orçamentos aprovados; sendo certo que, caso o Diretor Presidente modifique qualquer parte da proposta de orçamento anual e/ou das demonstrações financeiras elaboradas pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores terá o direito de registrar sua discordância por escrito para conhecimento do Conselho de Administração;

(ix) ingressar em qualquer processo judicial ou administrativo, seja como autor ou réu, ou celebrar qualquer acordo no âmbito de processos judiciais ou administrativos envolvendo valores de até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e

(x) apresentar o voto da Companhia em assembleias de outras sociedades em que a Companhia seja sócia ou acionista, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: o desempenho da política financeira e contábil, diretrizes e atividades financeiras da Companhia e de suas subsidiárias, de acordo com os do Estatuto Social, a orientação dos acionistas, do Conselho de Administração e do plano de negócios consolidado da Companhia (e controladora e outras sociedades), bem como a prestação de todas as informações necessárias aos investidores e à Comissão de Valores Mobiliários, conforme exigidas pela legislação e regulamentação do mercado de valores mobiliários. Para os fins do Estatuto Social, a competência do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores inclui:

(i) a negociação, de comum acordo com o Diretor Presidente e de acordo com as estratégias e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Companhia, junto a instituições financeiras sobre acordos financeiros, incluindo para assunção de dívidas de curto-prazo no montante de R$ 3.000.000,01 (três milhões de reais e um centavo) até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), conforme previsto no § 1° do artigo 19 do Estatuto;

(ii) elaborar a proposta de estratégia financeira e políticas financeiras da Companhia e de suas subsidiárias a serem submetidas ao Conselho de Administração;

(iii) administrar a tesouraria da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo o investimento dos recursos financeiros da Companhia e de suas subsidiárias de acordo com os limites estabelecidos pelas políticas da Companhia e de suas subsidiárias, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração;

(iv) celebrar, em conjunto com o Diretor Presidente, qualquer transação ou séries de transações relacionadas à aquisição de mercadorias e serviços, assunção de obrigações de qualquer natureza, liquidação de dívidas ou obrigações, renúncia de direitos, acordos, empréstimos, financiamentos ou outras transações que impliquem endividamento da Companhia, nos limites estabelecidos no artigo 19 do Estatuto;

(v) em conjunto com o Diretor Presidente, negociar o Contrato de Concessão com a ARTESP (ou qualquer outra autoridade similar) assim como com qualquer outra autoridade governamental;

(vi) definir as políticas e supervisionar as práticas relacionadas com os processos de controle, contábeis e financeiros da Companhia e de suas subsidiárias;

(vii) preparar e submeter ao Diretor Presidente a minuta do orçamento anual da Companhia e de suas subsidiárias;

(viii) preparar, de acordo com o "GAAP brasileiro" (entendido como os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil), e as políticas financeiras e contábeis do Grupo Atlantia, as demonstrações financeiras anuais e intermediárias da Companhia e de suas subsidiárias e submetê-las ao Diretor Presidente;

(ix) examinar e validar ordens de pagamento relacionadas a contratos relevantes pré-existentes;

(x) divulgar e comunicar qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, zelando por sua ampla e imediata disseminação; e

(xi) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, cumprindo todos os requisitos, legislação e regulamentação aplicáveis às companhias abertas, brasileiras ou estrangeiras, no que lhe for aplicável.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2. Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. prazos de convocação

b. competências

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

d. identificação e administração de conflitos de interesses

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

h. se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

i. instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

j. se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3. Descrever as regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração, indicando:

a. número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4. Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
José Renato Ricciardi	17/08/1962	Pertence apenas à Diretoria	28/06/2019	2 anos	4
036.616.398-11	Administrador de Empresas	10 - Diretor Presidente / Superintendente	28/06/2019	Sim	0.00%
Alexandre Tujisoki	29/08/1967	Pertence apenas à Diretoria	28/06/2019	2 anos	4
051.364.688-40	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	28/06/2019	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Roberto Mengucci	20/08/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/06/2015	2 anos	2
000.000.000-00	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/06/2015	Sim	100.00%
Stefano Rossi	13/07/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/12/2020	2 anos	1
000.000.000-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/12/2020	Sim	100.00%
Armando Franchini Junior	22/12/1986	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2017	29/06/2017	1
343.017.138-59	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2017	Não	100.00%
Fernando Antonio Bertin	30/05/1959	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/05/2016	1 ano - 29/06/2017	1
001.854.238-76	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	18/05/2016	Não	100.00%
Silmar Roberto Bertin	21/02/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/06/2015	2 anos	2
015.751.668-79	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/06/2015	Não	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Reinaldo Bertin	07/09/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/06/2015	2 anos	2
269.958.678-15	Empresário	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/06/2015	Não	100.00%
Michele Lombardi	20/06/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/06/2015	2 anos	2
000.000.000-00	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/06/2015	Sim	100.00%
Umberto Vallarino	26/12/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/06/2015	2 anos	2
000.000.000-00	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/06/2015	Sim	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

José Renato Ricciardi - 036.616.398-11

Nos últimos 8 anos, atuou como (i) Diretor Presidente da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) Diretor Presidente reeleito em junho de 2019 da AB Concessões S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) Diretor Presidente reeleito em junho de 2019 da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) Diretor Presidente reeleito em junho de 2019 da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; (v) membro do Conselho de Administração, de abril de 2009 a maio de 2012, da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; e (vi) Vice-Presidente, desde 2002, da ABCR – Associação Brasileira de Concessões de Rodovias. O Sr. José Renato Ricciardi, Diretor Presidente reeleito em 28 de junho de 2019, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 8 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Alexandre Tujisoki - 051.364.688-40

Nos últimos 8 anos, atuou como (i) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) Diretor Financeiro reeleito em junho de 2019 da AB Concessões S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades, cargo que ainda ocupa; (iii) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores reeleito em junho de 2019 da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo, cargo que ainda ocupa; (iv) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores reeleito em junho de 2019 da concessionária da Rodovia MG-050 S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais mediante concessão na modalidade patrocinada, cargo que ainda ocupa; (v) membro do Conselho de Administração reeleito em março de 2015 da Concessionária Rodovias do Tietê S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo, cargo que ainda ocupa. O Sr. Alexandre Tujisoki, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores reeleito em 28 de junho de 2019 declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 8 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Roberto Mengucci - 000.000.000-00

Nos últimos 8 anos, atuou como (i) membro efetivo e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015 da AB Concessões S.A, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; e (iv) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. O Sr. Roberto Mengucci, membro do Conselho de Administração reeleito em 29 de junho de 2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 8 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Passaporte: YA1413045.

Stefano Rossi - 000.000.000-00

(i) Membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A.; membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) Membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; (v) Membro do conselho de supervisão da Stalexport Autostrady S.A. (sociedade anônima listada na Bolsa de Valores - Polônia); (vi) Membro do conselho de supervisão da Stalexport Autostrada Malopolska S.A. (Polônia); (vii) Membro do Conselho de Administração da Autostrade dell'Atlantico S.r.l.; e (viii) Membro do Conselho de Administração da Autostrade Holding do Sur S.A. (Chile), da Sociedad Concesionaria de Los Lagos S.A. (Chile), e da Sociedad Concesionaria Autopista Nororiente S.A. (Chile). O Sr. Stefano Rossi, membro do Conselho de Administração eleito em 28 de dezembro de 2020 declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a pratica de qualquer atividade profissional ou comercial.

Armando Franchini Junior - 343.017.138-59

(i) Membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A.; (ii) membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; e (iv) Membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada. Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Católica Salesiana e Pós Graduado (CFM) em Finanças pelo Insper São Paulo, tem experiência de mais de 10 anos em Finanças Corporativas, onde atuou como Gestor da área de Finanças Estruturadas do Grupo Bertin (2012 a 2016) e da EXM Partners como Diretor de Reestruturação de Ativos (2016 até os dias atuais). Atualmente é membro efetivo do Conselho de Administração da Concessionária SP Mar S.A.. O Sr. Armando Franchini Junior, membro do Conselho de Administração eleito em 13 de abril de 2017, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Fernando Antonio Bertin - 001.854.238-76

(i) Membro do Conselho de Administração da Rodovias das Colinas S.A.; membro do Conselho de Administração da AB Concessões S.A, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração da Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) Membro do Conselho de Administração da Concessionária da Rodovia MG-050, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; e (v) Diretor nas holdings do Grupo Econômico Heber Participações. O Sr. Fernando Antonio Bertin, membro do Conselho de Administração eleito em 18 de maio de 2016 declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a pratica de qualquer atividade profissional ou comercial.

Silmar Roberto Bertin - 015.751.668-79

Nos últimos 8 anos, atuou como (i) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015 da AB Concessões S.A, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; (v) membro do conselho na BSB equipamentos; e (vi) como diretor nas holdings do Grupo Econômico Heber Participações. O Sr. Silmar Roberto Bertin, membro do Conselho de Administração reeleito em 29 de junho de 2015 declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 8 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Reinaldo Bertin - 269.958.678-15

Nos últimos 8 anos, atuou como (i) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015 da AB Concessões S.A., cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; (vi) como diretor nas holdings do Grupo Econômico Heber Participações; e (vii) como diretor na empresa Contern Construções. O Sr. Reinaldo Bertin, membro do Conselho de Administração reeleito em 29 de junho de 2015 declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 8 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Michele Lombardi - 000.000.000-00

Nos últimos 8 anos, atuou como (i) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015 da AB Concessões S.A., cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; (v) Gerente responsável pela América Latina da Autostrade per l'Italia, empresa integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estradas na Itália, desde janeiro de 2011; (vi) membro do Conselho de Administração da Autostrade Holding do Sur S.A. (Chile), companhia integrante do grupo econômico da Companhia, cuja principal atividade consiste na operação e exploração de estradas do Chile; (vii) Diretor Presidente da Sociedad Concesionaria de Los Lagos S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (viii) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Vespucio Sur S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (ix) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Costanera Norte S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (x) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria AMB S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (xi) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Litoral Central S.A., companhia integrante do grupo Atlantia, cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; O Sr. Michele Lombardi, membro do Conselho de Administração reeleito em 29 de junho de 2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 8 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Passaporte: YA1007633.

Umberto Vallarino - 000.000.000-00

Nos últimos 8 anos, atuou como (i) membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, cargo que ainda ocupa; (ii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015 da AB Concessões S.A, cuja principal atividade consiste na participação no capital de outras sociedades; (iii) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da concessionária Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de São Paulo; (iv) membro do Conselho de Administração reeleito em junho de 2015, da Concessionária da Rodovia MG-050 S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de sistema rodoviário no Estado de Minas Gerais, mediante concessão na modalidade patrocinada; (v) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Vespucio Sur S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (vi) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Litoral Central S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (vii) membro do Conselho de Administração da Sociedad Concesionaria Costanera Norte S.A., cuja principal atividade consiste na exploração e operação de estrada no Chile; (viii) membro do Conselho de Administração da Newpass S.p.A., companhia cuja principal atividade consiste na fabricação de equipamentos e sistemas de informações para controlar e automatizar segurança, transporte e informações sobre o transporte; (ix) Presidente do Conselho de Administração da Autostrade International U.S. Holding Inc., cuja principal atividade consiste na operação de estradas com pedágios; e (x) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Autostrade International of Virginia, companhia cuja principal atividade consiste na operação de estradas com pedágio. O Sr. Umberto Vallarino, membro do Conselho de Administração reeleito em 29 de junho de 2015, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 8 anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. Passaporte: F546640

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
José Renato Ricciardi - 036.616.398-11	
N/A	

Alexandre Tujisoki - 051.364.688-40

N/A

Roberto Mengucci - 000.000.000-00

N/A

Stefano Rossi - 000.000.000-00

N/A

Armando Franchini Junior - 343.017.138-59

N/A

Fernando Antonio Bertin - 001.854.238-76

N/A

Silmar Roberto Bertin - 015.751.668-79

N/A

Reinaldo Bertin - 269.958.678-15

N/A

Michele Lombardi - 000.000.000-00

N/A

Umberto Vallarino - 000.000.000-00

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui comitês

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

12.12 - Outras informações relevantes

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

iv. razões que justificam a composição da remuneração

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A remuneração da diretoria estatutária é paga pela controladora da Companhia. Item 13.15. O conselho de administração não é remunerado pela Companhia

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação ao bônus:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

e. em relação à participação no resultado:

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração

iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas

iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. termos e condições gerais

b. principais objetivos do plano

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

f. número máximo de ações abrangidas

g. número máximo de opções a serem outorgadas

h. condições de aquisição de ações

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

j. critérios para fixação do prazo de exercício

k. forma de liquidação

l. restrições à transferência das ações

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

i. data de outorga

ii. quantidade de opções outorgadas

iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis

iv. prazo máximo para exercício das opções

v. prazo de restrição à transferência das ações

vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

• em aberto no início do exercício social

• perdidas durante o exercício social

• exercidas durante o exercício social

• expiradas durante o exercício social

e. valor justo das opções na data de cada outorga

f. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.6 - Opções em Aberto

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação às opções ainda não exercíveis:

i. quantidade

ii. data em que se tornarão exercíveis

iii. prazo máximo para exercício das opções

iv. prazo de restrição à transferência das ações

v. preço médio ponderado de exercício

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social

e. em relação às opções exercíveis

i. quantidade

ii. prazo máximo para exercício das opções

iii. prazo de restrição à transferência das ações

iv. preço médio ponderado de exercício

v. valor justo das opções no último dia do exercício social

vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos

exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. em relação às opções exercidas informar:

i. número de ações

ii. preço médio ponderado de exercício

iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

e. em relação às ações entregues informar:

i. número de ações

ii. preço médio ponderado de aquisição

iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

d. forma de determinação da volatilidade esperada

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a. órgão

b. número de membros

c. número de membros remunerados

d. nome do plano

e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

f. condições para se aposentar antecipadamente

g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

Nº de membros
Nº de membros remunerados
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

Observação

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Órgão	Exercício social encerrado em 31.12.2020	Exercício social encerrado em 31.12.2019	Exercício social encerrado em 31.12.2018
Diretoria Estatutária	0%	0%	0%
Conselho de Administração*	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

* Os membros do Conselho de Administração da Companhia não recebem remuneração pelo exercício de suas atividades.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

a) Diretoria Estatutária

A remuneração da diretoria estatutária da Companhia foi paga pela holding controladora AB Concessões S.A., conforme quadro abaixo:

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

	2020	2019	2018
Controladores diretos e indiretos	R$ 2.915.508,28	R$ 3.228.930,72	R$ 2.684.978,02

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas

	2020	2019	2018
Bônus	R$ 576.200,00	R$ 590.400,00	R$ 712.000,00
Outros	-	R$ 1.216.000,00	R$ 910.560,00

Os valores pagos a títulos de bônus à diretoria estatutária foram definidos com base em métricas de curto e longo prazo.

b) Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia não recebe nenhum tipo de remuneração.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

c. índice de rotatividade

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

b. política de benefícios

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

ii. condições para exercício

iii. preços de exercício

iv. prazos de exercício

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
AB Concessões SA					
15.019.317/0001-47	Brasileira-SP	Não	Sim	31/07/2015	
Não					
74.220.000	100,000%	0	0,000%	74.220.000	100,000%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
74.220.000	100,000%	0	0,000%	74.220.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
AB Concessões SA				**15.019.317/0001-47**	
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda					
02.530.164/0001-56	Brasileira-SP	Sim	Sim	29/06/2012	
Não					
104.628	50,001	0	0,000	104.628	50,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Hauolimau Empreendimentos e Participações					
13.516.097/0001-31	Brasileira-SP	Sim	Não	29/06/2012	
Não					
104.626	49,999	0	0,000	104.626	49,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
209.254	100,000	0	0,000	209.254	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda				**02.530.164/0001-56**	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.					
14.910.438/0001-11	Italiana	Não	Sim	26/09/2013	
Não					
246.441.549	41,136	0	0,000	246.441.549	41,136
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Autostrade Holding do Sur S.A.					
10.935.316/0001-29	Chilena	Não	Não	26/09/2013	
Não					
202.870.176	33,863	0	0,000	202.870.176	33,863
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Autostrade Portugal - Concessoes de Infraestruturas (ATPCI), S.A.					
05.519.601/0001-29	Portuguesa	Não	Não	24/06/2016	
Não					
149.779.138	25,001	0	0,000	149.779.138	25,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade Concessões e Participações Brasil Ltda				02.530.164/0001-56	
TOTAL					
599.090.863	100,000	0	0,000	599.090.863	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Hauolimau Empreendimentos e Participações				**13.516.097/0001-31**	
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.					
09.376.519/0001-43	Brasileira-SP	Não	Sim	29/06/2012	
Não					
72.770.000	72,770	0	0,000	72.770.000	72,770
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Kandarpa Investimentos e Participações S.A.					
11.868.592/0001-84	Brasileira-SP	Não	Não	29/06/2012	
Não					
27.230.000	27,230	0	0,000	27.230.000	27,230
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100.000.000	100,000	0	0,000	100.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.				**14.910.438/0001-11**	
Atlantia S.p.A					
	Italiana	Não	Sim	01/03/2017	
Não					
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Autostrade Holding do Sur S.A.				**10.935.316/0001-29**	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.					
14.910.438/0001-11	Italiana	Não	Sim	10/06/2009	
Não					
100.000	99,999	0	0,000	100.000	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Autostrade per l'Italia S.p.A.					
		Não	Sim	10/06/2009	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100.001	100,000	0	0,000	100.001	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Autostrade Portugal - Concessoes de Infraestruturas (ATPCI), S.A.				**05.519.601/0001-29**	
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.					
14.910.438/0001-11	Italiana	Não	Sim	24/06/2009	
Não					
6.000.000	100,000	0	0,000	6.000.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
6.000.000	100,000	0	0,000	6.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.				**09.376.519/0001-43**	
Fernando Antonio Bertin					
001.854.238-76	Brasileiro-SP	Não	Não	29/06/2012	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Heber Participações S.A.					
01.523.814/0001-73	Brasileira-SP	Não	Sim	29/06/2012	
Não					
588.879.586	99,996	0	0,000	588.879.586	99,996
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Natalino Bertin					
250.015.238-34	Brasileiro-SP	Não	Não	29/06/2012	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cibe Participações e Empreendimentos S.A.				**09.376.519/0001-43**	
Reinaldo Bertin					
269.958.678-15	Brasileiro-SP	Não	Não	29/06/2012	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Silmar Roberto Bertin					
015.751.668-79	Brasileiro-SP	Não	Não	29/06/2012	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
588.879.590	100,000	0	0,000	588.879.590	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA

ACIONISTA

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**

Detalhamento de ações (Unidades)

Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Kandarpa Investimentos e Participações S.A.	**11.868.592/0001-84**	

Fernando Tarallo Libertini

284.785.868-73	Brasileira	Não	Sim		
Não					
1	0,000	0	0,000	1	0,001

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000

Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.

11.700.878/0001-56	Brasileira-SP	Não	Sim	21/10/2010	
Não					
999	100,000	0	0,000	999	99,999

Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %
TOTAL	0	0.000

OUTROS

0	0,000	0	0,000	0	0,000

TOTAL

1.000	100,000	0	0,000	1.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A					
Atlantia S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	10/03/2018	
Não					
7.772.693	0,941	0	0,000	7.772.693	0,941
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Floating					
		Não	Não		
Não					
376.719.461	45,620	0	0,000	376.719.461	45,620
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Fondazione Cassa di Risparmo di Torino					
	Italiana	Não	Não	20/09/2019	
Não					
40.017.492	4,846	0	0,000	40.017.492	4,846
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A					
Government of Singapore Investment Corporation					
	Singapura	Não	Não	27/11/2019	
Não					
68.416.204	8,285	0	0,000	68.416.204	8,285
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
HSBC BANK PLC					
		Não	Não	13/03/2018	
Não					
41.347.004	5,007	0	0,000	41.347.004	5,007
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Lazard Asset Management LLC					
		Não	Não	24/09/2019	
Não					
41.677.318	5,047	0	0,000	41.677.318	5,047
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A					
Sintonia S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	16/06/2015	
Não					
249.833.818	30,254	0	0,000	249.833.818	30,254
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
825.783.990	100,000	0	0,000	825.783.990	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.				**14.910.438/0001-11**	
Atlantia S.p.A.					
	Italiana	Não	Sim	01/03/2017	
Não					
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Autostrade dell'Atlantico S.r.l.				**14.910.438/0001-11**	
Atlantia S.p.A.					
	Italiana	Não	Sim	08/01/2009	
Não					
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1.000.000	100,000	0	0,000	1.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Autostrade per l'Italia S.p.A.					
Appia Investments S.r.l.					
		Não	Não	26/07/2017	
Não					
43.148.952	6,937	0	0,000	43.148.952	6,937
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Atlantia S.p.A.					
		Não	Não	26/07/2017	
Não					
547.776.698	88,063	0	0,000	547.776.698	88,063
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Silk Road Fund					
		Não	Não	26/07/2017	
Não					
31.101.350	5,000	0	0,000	31.101.350	5,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Autostrade per l'Italia S.p.A.					
TOTAL					
622.027.000	100,000	0	0,000	622.027.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Heber Participações S.A.				**01.523.814/0001-73**	
BERF Participações S.A.					
07.463.851/0001-10	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
Não					
10.547.299	16,670	0	0,000	10.547.299	16,670
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
HORLOF Participações S.A.					
09.352.093/0001-98	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
Não					
10.547.299	16,670	0	0,000	10.547.299	16,670
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
JUFERB Participações S.A.					
09.352.199/0001-91	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
Não					
10.547.299	16,670	0	0,000	10.547.299	16,670
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Heber Participações S.A.				**01.523.814/0001-73**	
NTE Participações S.A.					
09.420.237/0001-04	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
Não					
10.547.299	16,670	0	0,000	10.547.299	16,670
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Reivo Participações S.A.					
03.370.190/0001-27	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
Não					
10.547.299	16,670	0	0,000	10.547.299	16,670
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
63.283.794	100,000	0	0,000	63.283.794	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Heber Participações S.A.				**01.523.814/0001-73**	
Viamar Participações S.A.					
09.352.086/0001-96	brasileira-SP	Não	Não	12/08/2011	
Não					
10.547.299	16,650	0	0,000	10.547.299	16,650
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				**11.700.878/0001-56**	

Carolina Tarallo

287.994.948-33	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
16	0,000	0	0,000	16	0,800

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Douglas Tarallo

948.054.588-87	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
16	0,000	0	0,000	16	0,800

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

Fernando Tarallo Libertini

284.785.868-73	Brasileiro	Não	Não		
Não					
1.904	0,000	0	0,000	1.904	95,200

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				**11.700.878/0001-56**	

Geraldo José Tarallo					
582.487.818-87	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
16	0,000	0	0,000	16	0,800
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

Maria Marisol Tarallo Leal					
082.645.658-83	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
16	0,000	0	0,000	16	0,800
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

Rosemay de Fátima Tarallo					
082.219.098-23	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
16	0,000	0	0,000	16	0,800
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Lokelani Empreendimentos e Participações Ltda.				**11.700.878/0001-56**	
Sueli Aparecida Tarallo Libertini					
025.054.818-65	Brasileira-SP	Não	Não		
Não					
16	0,000	0	0,000	16	0,800
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
2.000	0,000	0	0,000	2.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A.					
Atlantia S.p.A.					
	Italiano	Não	Não	13/03/2018	
Não					
7.772.693	0,941	0	0,000	7.772.693	0,941
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Floating					
		Não	Não		
Não					
376.719.461	45,620	0	0,000	376.719.461	45,620
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Fondazione CRT					
		Não	Não	20/09/2019	
Não					
40.017.492	4,846	0	0,000	40.017.492	4,846
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A.					
Governement of Singapore Investment Corporation					
		Não	Não	27/11/2019	
Não					
68.416.204	8,285	0	0,000	68.416.204	8,285
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
HSBC BANK PLC					
		Não	Não	13/03/2018	
Não					
41.347.004	5,007	0	0,000	41.347.004	5,007
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Lazard Asset Management LLC					
		Não	Não	20/12/2018	
Não					
41.429.583	5,047	0	0,000	41.429.583	5,047
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A.					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Sintonia S.p.A.					
		Não	Não	16/06/2015	
Não					
249.833.818	30,254	0	0,000	249.833.818	30,254
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
825.536.255	100,000	0	0,000	825.536.255	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A.					
Atlantia S.p.A.					
	Italiano	Não	Não	13/03/2018	
Não					
7.772.693	0,941	0	0,000	7.772.693	0,941
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Floating					
		Não	Não		
Não					
376.719.461	45,620	0	0,000	376.719.461	45,620
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Fondazione CRT					
		Não	Não	20/09/2019	
Não					
40.017.492	4,846	0	0,000	40.017.492	4,846
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A.					
Government of Singapore Investment Corporation - GIC					
		Não	Não	27/11/2019	
Não					
68.416.204	8,285	0	0,000	68.416.204	8,285
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
HSBC BANK PLC					
		Não	Não	13/03/2018	
Não					
41.347.004	5,007	0	0,000	41.347.004	5,007
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Lazard Asset Management LLC					
		Não	Não	24/09/2019	
Não					
41.677.318	5,047	0	0,000	41.677.318	5,047
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A.					
Sintonia S.p.A.					
		Não	Não	16/06/2015	
Não					
249.833.818	30,254	0	0,000	249.833.818	30,254
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
825.783.990	100,000	0	0,000	825.783.990	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A.					
Atlantia S.p.A.					
	Italiano	Não	Não	13/03/2018	
Não					
7.772.693	0,941	0	0,000	7.772.693	0,941
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Floating					
		Não	Não		
Não					
376.719.461	45,620	0	0,000	376.719.461	45,620
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Fondazione CRT					
		Não	Não	20/09/2019	
Não					
40.017.492	4,846	0	0,000	40.017.492	4,846
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Atlantia S.p.A.					
Government of Singapore Investment Corporation - GIC					
		Não	Não	27/11/2019	
Não					
68.416.204	8,285	0	0,000	68.416.204	8,285
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
HSBC BANK PLC					
		Não	Não	13/03/2018	
Não					
41.347.004	5,007	0	0,000	41.347.004	5,007
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Lazard Asset Management LLC					
		Não	Não	24/09/2019	
Não					
41.677.318	5,047	0	0,000	41.677.318	5,047
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Atlantia S.p.A.					
Sintonia S.p.A.					
		Não	Não	16/06/2015	
Não					
249.833.818	30,254	0	0,000	249.833.818	30,254
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
825.783.990	100,000	0	0,000	825.783.990	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
BERF Participações S.A.				**07.463.851/0001-10**	
Juracy Frare Bertin					
061.826.398-57	Brasileiro-SP	Não	Sim	07/08/2012	
Não					
639.396.216	84,000	0	0,000	639.396.216	84,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Mario H. Frare Bertin					
174.079.598-97	brasileiro-SP	Não	Não	07/08/2012	
Não					
126.189.005	16,000	0	0,000	126.189.005	16,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
765.585.221	100,000	0	0,000	765.585.221	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
HORLOF Participações S.A.				**09.352.093/0001-98**	
Hossland Investments LLP					
		Não	Sim	18/09/2012	
Não					
765.582.222	99,999	0	0,000	765.582.222	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Nikolas Ferreira dos Santos					
221.257.778-86	brasileiro-SP	Não	Não	18/06/2012	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JUFERB Participações S.A.				**09.352.199/0001-91**	
Metropolitan II ASSETS LLC					
		Não	Não	11/12/2018	
Não					
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
NTE Participações S.A.				**09.420.237/0001-04**	
Cleonice Espelho Verona Bertin					
094.935.948-31	brasileira-SP	Não	Não		
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
João Bertin Filho					
711.616.358-15	brasileiro-SP	Não	Sim	10/06/2009	
Não					
765.582.220	99,999	0	0,000	765.582.220	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
765.582.221	100,000	0	0,000	765.582.221	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Reivo Participações S.A.				**03.370.190/0001-27**	
Maria Ivone Prado Bertin					
253.227.598-75	brasileira-SP	Não	Não	19/12/2014	
Não					
2.964.085	6,000	2.964.085	6,000	5.928.170	6,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Reinaldo Bertin					
269.958.678-15	Brasileiro-SP	Não	Não	29/06/2012	
Não					
43.685.287	94,000	43.685.287	94,000	87.370.574	94,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
46.649.372	100,000	46.649.372	100,000	93.298.744	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Sintonia S.p.A.					
Edizione S.r.l.					
	Italiana	Não	Não	16/06/2015	
Não					
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Viamar Participações S.A.				**09.352.086/0001-96**	
Aline Granado Bertin					
342.421.568-63	brasileira-SP	Não	Não	16/07/2007	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Fernando Antonio Bertin					
001.854.238-76	Brasileiro-SP	Não	Sim	29/06/2012	
Não					
765.582.220	99,997	0	0,000	765.582.220	99,997
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Mariana Granado Bertin Vergílio					
308.811.578-21	brasileira-SP	Não	Não	16/07/2007	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Viamar Participações S.A.				**09.352.086/0001-96**	
TOTAL					
765.582.223	100,000	0	0,000	765.582.223	100,000

Vitor Granado Bertin					
346.065.088-50	brasileiro-SP	Não	Não	16/07/2007	
Não					
1	0,001	0	0,000	1	0,001

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Appia Investments S.r.l.					
OUTROS					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Silk Road Fund					
OUTROS					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Edizione S.r.l.					
Evoluzione S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Outras pessoas físicas					
		Não	Não		
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Proposta S.r.l.					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Edizione S.r.l.					
Regia S.r.l.					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Ricerca S.p.A.					
	Italiana	Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.500.000.000	100,000	0	0,000	1.500.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Hossland Investments LLP					
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Silmar Roberto Bertin					
015.751.668-79		Não	Não		
Não					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Metropolitan II ASSETS LLC					
Natalino Bertin					
250.015.238-34		Não	Não		
Não					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Sintonia S.p.A.					
Edizione S.r.l.					
		Não	Não	16/06/2015	
Não					
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Sintonia S.p.A.					
Edizione S.r.l.					
		Não	Não	16/06/2015	
Não					
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Sintonia S.p.A.					
Edizione S.r.l.					
		Não	Não	16/06/2015	
Não					
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
930.000	100,000	0	0,000	930.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fondazione CRT					
OUTROS					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Government of Singapore Investment Corporation - GIC					
OUTROS					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
HSBC BANK PLC					
OUTROS					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Lazard Asset Management LLC					
OUTROS					
1	100,000	0	0,000	1	100,000
TOTAL					
1	100,000	0	0,000	1	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Edizione S.r.l.					
Evoluzione S.p.A.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Outras pessoas físicas					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Proposta S.r.l.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Edizione S.r.l.					
Regia S.r.l.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Ricerca S.p.A.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.500.000.000	100,000	0	0,000	1.500.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Edizione S.r.l.					
Evoluzione S.p.A.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Outras pessoas físicas					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Proposta S.r.l.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Edizione S.r.l.					
Regia S.r.l.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Ricerca S.p.A.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.500.000.000	100,000	0	0,000	1.500.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Edizione S.r.l.					
Evoluzione S.p.A.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Outras pessoas físicas					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Proposta S.r.l.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Edizione S.r.l.					
Regia S.r.l.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Ricerca S.p.A.					
		Não	Não	21/06/2012	
Não					
300.000.000	20,000	0	0,000	300.000.000	20,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
1.500.000.000	100,000	0	0,000	1.500.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evoluzione S.p.A.					
Carlo Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Daniela Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Franca Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evoluzione S.p.A.					
Giuliana Benetton					
	Italiana	Não	Não	25/06/2015	
Não					
4.200.000	100,000	0	0,000	4.200.000	60,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Paola Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
4.200.000	100,000	2.800.000	100,000	7.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Proposta S.r.l.		

Andrea Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

Christian Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

Leone Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Proposta S.r.l.					
Massimo Benetton					
	Italiana	Não	Não	10/07/2018	
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
4.200.000	100,000	0	0,000	4.200.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Regia S.r.l.					
Fondazione di Famiglia B. Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
2.860	0,010	0	0,000	2.860	0,010
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Maria Laura Pasquotti					
	Italiana	Não	Não		
Não					
14.297.140	49,990	0	0,000	14.297.140	49,990
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Sabrina Benetton					
	Italiana	Não	Não	04/10/2019	
Não					
14.300.000	50,000	0	0,000	14.300.000	50,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Regia S.r.l.					
TOTAL					
28.600.000	100,000	0	0,000	28.600.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ricerca S.p.A.					
Alessandro Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
612.500	0,000	0	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Luciano Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
3.185.000	0,000	1.365.000	0,000	4.550.000	65,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Mauro Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ricerca S.p.A.					
Rocco Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Rossella Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
4.900.000	0,000	2.100.000	0,000	7.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evoluzione S.p.A.					
Carlo Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Daniela Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Franca Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evoluzione S.p.A.					
Giuliana Benetton					
		Não	Não		
Não					
4.200.000	100,000	0	0,000	4.200.000	60,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Paola Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
4.200.000	100,000	2.800.000	100,000	7.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evoluzione S.p.A.					
Carlo Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Daniela Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Franca Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evoluzione S.p.A.					
Giuliana Benetton					
		Não	Não		
Não					
4.200.000	100,000	0	0,000	4.200.000	60,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Paola Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
4.200.000	100,000	2.800.000	100,000	7.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evoluzione S.p.A.					
Carlo Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Daniela Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Franca Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evoluzione S.p.A.					
Giuliana Benetton					
		Não	Não	25/06/2015	
Não					
4.200.000	100,000	0	0,000	4.200.000	60,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Paola Bertagnin Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
0	0,000	700.000	25,000	700.000	10,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
4.200.000	100,000	2.800.000	100,000	7.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Proposta S.r.l.					
Andrea Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Christian Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Leone Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Proposta S.r.l.					
Massimo Benetton					
	Italiano	Não	Não	10/07/2018	
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
4.200.000	100,000	0	0,000	4.200.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Proposta S.r.l.		

Andrea Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

Christian Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

Leone Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Proposta S.r.l.					
Massimo Benetton					
	Italiano	Não	Não	10/07/2018	
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000

OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
4.200.000	100,000	0	0,000	4.200.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Proposta S.r.l.		

Andrea Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

Christian Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

Leone Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Proposta S.r.l.					
Massimo Benetton					
	Italiano	Não	Não	10/07/2018	
Não					
1.050.000	25,000	0	0,000	1.050.000	25,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
4.200.000	100,000	0	0,000	4.200.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Regia S.r.l.					
Fondazione di Famiglia B. Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
2.860	0,010	0	0,000	2.860	0,010
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Maria Laura Pasquotti					
	Italiano	Não	Não		
Não					
14.297.140	49,990	0	0,000	14.297.140	49,990
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Sabrina Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
14.300.000	50,000	0	0,000	14.300.000	50,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Regia S.r.l.					
TOTAL					
28.600.000	100,000	0	0,000	28.600.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Regia S.r.l.					
Fondazione di Famiglia B. Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
2.860	0,010	0	0,000	2.860	0,010
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Maria Laura Pasquotti					
	Italiano	Não	Não		
Não					
14.297.140	49,990	0	0,000	14.297.140	49,990
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Sabrina Benetton					
	Italiano	Não	Não	04/10/2019	
Não					
14.300.000	50,000	0	0,000	14.300.000	50,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Regia S.r.l.					
TOTAL					
28.600.000	100,000	0	0,000	28.600.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Regia S.r.l.					
Fondazione di Famiglia B. Benetton					
	Italiano	Não	Não		
Não					
2.860	0,010	0	0,000	2.860	0,010
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Maria Laura Pasquotti					
	Italiano	Não	Não		
Não					
14.297.140	49,990	0	0,000	14.297.140	49,990
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Sabrina Benetton					
	Italiano	Não	Não	04/10/2019	
Não					
14.300.000	50,000	0	0,000	14.300.000	50,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Regia S.r.l.					
TOTAL					
28.600.000	100,000	0	0,000	28.600.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ricerca S.p.A.					
Alessandro Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
612.500	0,000	0	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Luciano Benetton					
		Não	Não		
Não					
3.185.000	0,000	1.365.000	0,000	4.550.000	65,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Mauro Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ricerca S.p.A.					
Rocco Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Rossella Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
4.900.000	0,000	2.100.000	0,000	7.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ricerca S.p.A.					
Alessandro Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
612.500	0,000	0	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Luciano Benetton					
		Não	Não		
Não					
3.185.000	0,000	1.365.000	0,000	4.550.000	65,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Mauro Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ricerca S.p.A.					
Rocco Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Rossella Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
4.900.000	0,000	2.100.000	0,000	7.000.000	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ricerca S.p.A.					
Alessandro Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
612.500	0,000	0	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Luciano Benetton					
		Não	Não		
Não					
3.185.000	0,000	1.365.000	0,000	4.550.000	65,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Mauro Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ricerca S.p.A.					
Rocco Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
Rossella Benetton					
	Italiana	Não	Não		
Não					
367.500	0,000	245.000	0,000	612.500	8,750
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000			
TOTAL					
4.900.000	0,000	2.100.000	0,000	7.000.000	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	14/12/2018
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

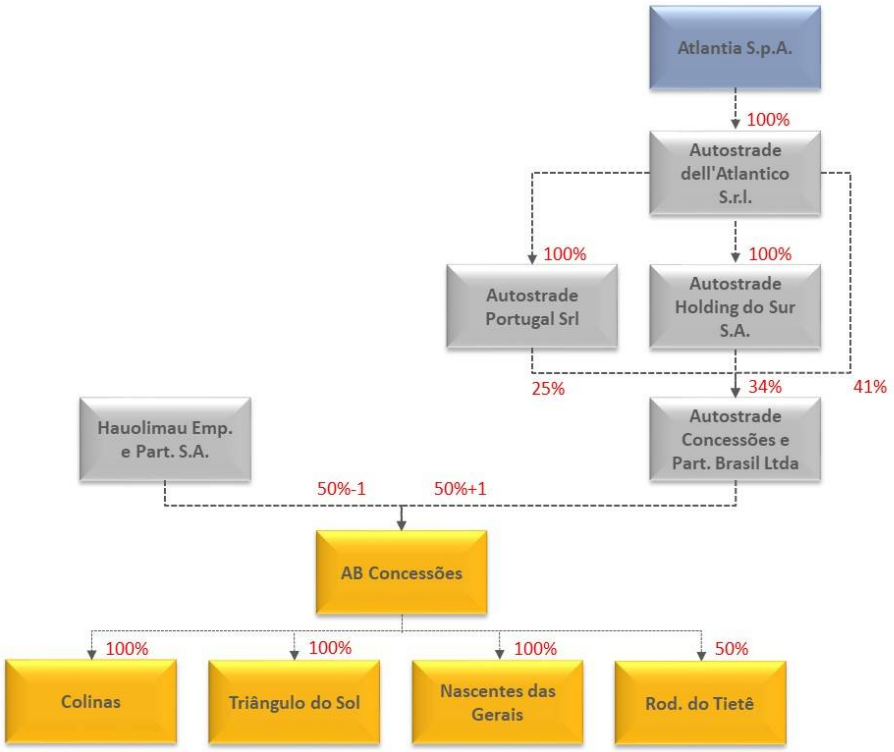
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	100,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	100,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

Organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

b. data de celebração

c. prazo de vigência

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor.

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

15.7 - Principais Operações Societárias

Principais operações societárias ocorridas no grupo AB Concessões que tenham tido efeito relevante para o emissor

1. Cisão total da controladora Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação das parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo AB Concessões

a. evento

Como parte do processo de simplificação da estrutura societária, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da controladora Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação das parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo AB Concessões.

b. principais condições do negócio

Operação de reorganização societária entre empresas do mesmo grupo, com objetivo exclusivo de simplificação da estrutura societária.

c. sociedades envolvidas

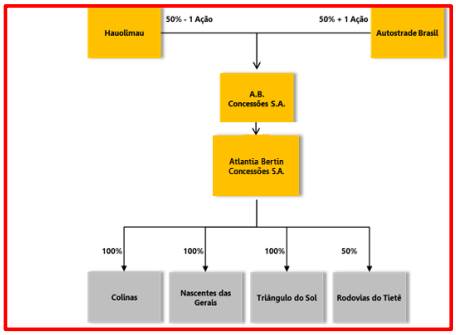
Cisão total da controladora Atlantia Bertin Concessões S.A. e a incorporação das parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do Grupo AB Concessões (Triângulo do Sol Auto Estradas S.A., Concessionária da Rodovia MG-050 e AB Concessões S.A.).

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

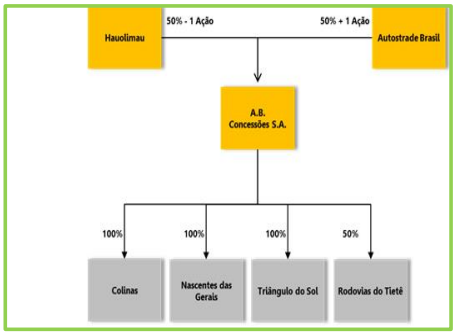
O controle final da Companhia permanece o mesmo. O efeito prático foi a eliminação de holding intermediária entre a Companhia e sua controladora final AB Concessões S.A..

e. quadro societário antes e depois da operação

Antes



Depois



f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não Aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

2. Incorporação de sua controladora direta, Triângulo do Sol Participações S.A. pela Atlantia Bertin Concessões S.A..

a. evento

Como parte do processo de simplificação da estrutura societária, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2015, foi aprovada a operação de incorporação de sua controladora direta, Triângulo do Sol Participações S.A. pela Atlantia Bertin Concessões S.A.

b. principais condições do negócio

Operação de reorganização societária entre empresas do mesmo grupo, com objetivo exclusivo de simplificação da estrutura societária.

c. sociedades envolvidas

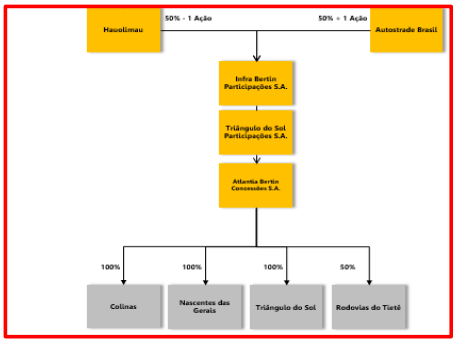
Incorporação total da controladora da Companhia Triângulo do Sol Participações S.A. pela Atlantia Bertin Concessões S.A.

d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

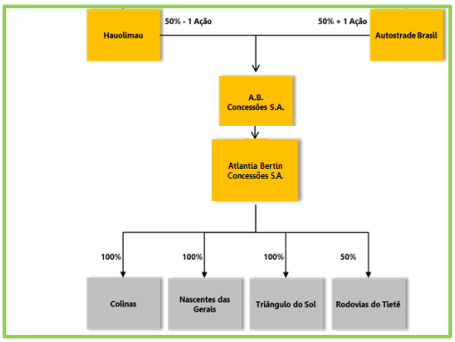
O controle final da Companhia permanece o mesmo. O efeito prático foi a eliminação de holding intermediária entre a Companhia e sua controladora final AB Concessões S.A..

e. quadro societário antes e depois da operação

Antes



Depois



f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Não Aplicável

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
AB Concessões S.A.	31/12/2012	3.795.000,00	274.000,00	274.000,00	Não há.	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Controladora
Objeto contrato	Refere-se à prestação de serviço contábil, financeiro, fiscal, recursos humanos e jurídico mediante contrato específico que definiu os serviços a serem realizados assim como o preço.
Garantia e seguros	Não há.
Rescisão ou extinção	Não há.
Natureza e razão para a operação	
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.
Até a presente data, a Companhia não adotou qualquer política específica relacionada à solução de conflitos de interesse.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Quando da celebração das operações e negócios com partes relacionadas à Companhia segue os padrões de mercado e ampara tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
24/03/2021	821.446.594,41		1.331.978.481	0	1.331.978.481
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
24/03/2021	821.446.594,41		1.331.978.481	0	1.331.978.481
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
24/03/2021	821.446.594,41		1.331.978.481	0	1.331.978.481

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES
Data de emissão	14/06/2017
Data de vencimento	14/06/2022
Quantidade (Unidades)	460
Valor total (Reais)	460.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	460.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A emissora poderá realizar: (i) a amortização extraordinária facultativa das debêntures da primeira série, limitada a 98% do valor nominal unitário, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as debêntures da primeira série; ou (ii) resgate facultativo da totalidade das debêntures da primeira série. As janelas e seus respectivos prêmios de amortiação/resgate das debêntures da primeira série deverão ser consultados na escritura de emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura, e nas hipóteses de alteração de prazos, valor, forma de remuneração das Debêntures, garantias, quora, e eventos de vencimento antecipado, que dependerão da aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ou das Debêntures em Circulação da respectiva série, conforme o caso.
Outras características relevantes	Houve o resgate facultativo total no dia 22/06/2021

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES
Data de emissão	04/06/2021
Data de vencimento	15/12/2030
Quantidade (Unidades)	400.000
Valor total (Reais)	400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	400.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	O valor a ser pago pela Emissora em relação a cada uma das Debêntures, no âmbito do Resgate Antecipado Facultativo, será equivalente ao valor indicado nos itens I ou II abaixo, entre os dois, o que for maior ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo"): (i) ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculado, pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); (b) dos Encargos Moratórios, se houver; e (c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (ii) o valor presente das parcelas remanescentes de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios, utilizando como taxa de desconto o cupom do título Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com duration mais próximo à duration remanescente das Debêntures, calculado conforme fórmula abaixo, e acrescido de encargos e outras obrigações pecuniárias eventualmente devidos e não pagos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo. Nos termos da Resolução do CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751") ou de outra forma, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data efetiva do resgate antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 e calculado nos termos da Resolução CMN 3.947, a Emissora poderá, desde que não tenha sido declarado o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, observados os termos e condições a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, nos termos da legislação aplicável ("Resgate Antecipado Facultativo").

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	6

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As Debêntures serão devidamente registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio: (a) do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da BM&FBOVESPA; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio: (a) do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários ("Cetip21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e (b) do Sistema Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

a) 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, série única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição

Em 4 de junho de 2021 a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples no montante total de R$ 400.000 mil, sendo 400 debêntures com valor nominal unitário de R$ 1.000 mil, em série única.

Remuneração das Debêntures: IPCA+5,9668% a.a.

Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios prefixados equivalentes a 5,9668% (cinco inteiros e nove mil, seiscentos e sessenta e oito décimos de milésimo por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, desde a Primeira Data de Integralização, ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Juros Remuneratórios").

O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), calculado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures, até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso ("Valor Nominal Unitário Atualizado").

Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de liquidação antecipada em razão do resgate antecipado facultativo ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os valores relativos aos Juros Remuneratórios referentes às Debêntures deverão ser pagos em 19 (dezenove) parcelas semestrais, sempre no dia 15 de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de dezembro de 2021 e o último na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios"), conforme indicado na tabela a seguir:

Parcela	Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures
1	15 de dezembro 2021
2	15 de junho 2022
3	15 de dezembro 2022
4	15 de junho 2023
5	15 de dezembro 2023
6	15 de junho 2024
7	15 de dezembro 2024
8	15 de junho 2025
9	15 de dezembro 2025
10	15 de junho 2026
11	15 de dezembro 2026
12	15 de junho 2027
13	15 de dezembro 2027
14	15 de junho 2028
15	15 de dezembro 2028
16	15 de junho 2029
17	15 de dezembro 2029

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18	15 de junho 2030
19	Data de Vencimento

O Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado em 17 (dezessete) semestrais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de dezembro de 2022 e a última na Data de Vencimento, conforme os percentuais da tabela a seguir:

Parcela	Data de Amortização	% do Valor Nominal Unitário em 15 de dezembro de 2022 a ser amortizado*	% do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizado**
1	15 de dezembro de 2022	1,50%	1,5000%
2	15 de junho de 2023	2,50%	2,5381%
3	15 de dezembro de 2023	6,00%	6,2500%
4	15 de junho de 2024	3,10%	3,4444%
5	15 de dezembro de 2024	3,10%	3,5673%
6	15 de junho de 2025	5,00%	5,9666%
7	15 de dezembro de 2025	7,00%	8,8832%
8	15 de junho de 2026	8,20%	11,4206%
9	15 de dezembro de 2026	8,20%	12,8931%
10	15 de junho de 2027	0,50%	0,9025%
11	15 de dezembro de 2027	1,50%	2,7322%
12	15 de junho de 2028	5,30%	9,9251%
13	15 de dezembro de 2028	8,00%	16,6320%
14	15 de junho de 2029	6,90%	17,2070%
15	15 de dezembro de 2029	6,90%	20,7831%
16	15 de junho de 2030	9,50%	36,1217%
17	Data de Vencimento	16,80%	100,0000%

*Percentuais utilizados para fins meramente referenciais; e
**Percentuais utilizados para o cálculo da parcela do Valor Nominal Unitário Atualizado a ser amortizada.

As debêntures da 5ª emissão da Companhia são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora.

2. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão.

3. Fiança da controladora AB Concessões S.A.

A fiança aqui referida é prestada pela Fiadora em caráter irrevogável e irretratável, e vigerá (i) até o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura; ou (ii) após o cumprimento do Completion do Projeto (conforme abaixo definido), até a data da comunicação enviada pela Fiadora ao Agente Fiduciário, informando sobre a liberação da fiança. Caso, após o Completion do Projeto, a Fiadora informe a liberação da fiança, o Agente Fiduciário estará obrigado a formalizar a liberação da fiança por meio de aditamento à presente Escritura, o qual poderá ser celebrado pelo Agente Fiduciário sem a necessidade de aprovação de Assembleia Geral de Debenturistas e/ou qualquer outro ato das Partes. Enquanto não houver a comunicação enviada pela Fiadora para liberação da fiança, deverá ser observado o ICSD com Caixa maior ou igual 1,20x (um inteiro e vinte centésimos) vezes.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

"Completion do Projeto" significa a verificação cumulativa (a) da não ocorrência de um Vencimento Antecipado relacionado à Emissora e/ou ao Projeto, observados os prazos de cura aplicáveis; (b) de ICSD Completion maior ou igual 1,40x (um inteiro e quarenta centésimos) vezes, apurado com base nas demonstrações contábeis auditadas da Emissora referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026 ou com base nos balanços dos semestres subsequentes à 31 de dezembro de 2026 até que se atinja o ICSD Completion; e (c) do preenchimento da Conta Reserva de Pagamento conforme disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

b) 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, a ser Convolada em Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em 2 (duas) séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição

Em 14 de junho de 2017 a Companhia efetuou a 4ª emissão de debêntures simples no montante total de R$ 460.000 mil, sendo 460 debêntures com valor nominal unitário de R$ 1.000 mil, em duas séries:

- 1ª série: 260 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser convolada em espécie com garantia real.

- 2ª série: 200 debêntures não conversíveis em ações, da espécie subordinada e com garantia adicional fidejussória.

Remuneração das debêntures:

Em assembleia geral de debenturistas realizada em 10 de junho de 2020, foram aprovadas determinadas alterações nas características da emissão, que passou a ter as seguintes condições:

- 1ª série: São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4% ao ano até o dia 14/06/2020 (exclusive), e, a partir de 14 de junho de 2020 (inclusive) passaram a ser remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 4,60% ao ano.

O primeiro pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série será devido em 14 de dezembro de 2017, os demais pagamentos dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série serão pagos semestralmente, em junho e dezembro e o vencimento do principal será em 14 de junho de 2022;

- 2ª série: São remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 6% ao ano. Os juros são pagos na mesma data do vencimento do principal, em 14 de julho de 2022.

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de resgate das Debêntures da Primeira Série ou de amortização antecipada das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será pago em parcelas semestrais, a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês contado da Data de Emissão, sempre no dia 14 dos meses de junho e dezembro. O primeiro pagamento será devido em 14 de junho de 2021 e o último pagamento será devido na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, conforme tabela a seguir:

Parcela	Data de amortização	Percentual de amortização
1ª	14/06/2021	60%

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

2ª	14/12/2021	20%
3ª	14/06/2022	100% do Saldo do Valor Nominal Unitário

Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de resgate das Debêntures da Segunda Série ou de amortização antecipada das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será pago integralmente em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

As debêntures da 4ª emissão da Companhia são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Emissora.

2. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer direitos presentes e futuros, decorrentes da exploração da concessão objeto do contrato de concessão.

3. Fiança da controladora AB Concessões S.A.

Em 22 de junho de 2021, a Companhia efetuou o resgate antecipado total da 4ª emissão de debêntures.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Informação facultativa para companhias abertas registradas na categoria B.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.